

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
MARINA ROSSI FERREIRA**

**MUSEU PARA TODOS: PROPOSTA DE INSTALAÇÃO DE UMA
SALA TEMÁTICA PARA PESSOAS COM DEFICIÊNCIA VISUAL NO
MUSEU PARANAENSE – CURITIBA/PR**

**CURITIBA
2010**

MARINA ROSSI FERREIRA

**MUSEU PARA TODOS: PROPOSTA DE INSTALAÇÃO DE UMA
SALA TEMÁTICA PARA PESSOAS COM DEFICIÊNCIA VISUAL NO
MUSEU PARANAENSE – CURITIBA/PR**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado às disciplinas de Orientação e Supervisão de Estágio e de Projeto de Turismo em Planejamento e Gestão do Turismo em Áreas Urbanas II e Projeto de Turismo em Planejamento e Gestão do Turismo em Áreas Urbanas II, como requisito parcial para conclusão do Curso de Turismo – ênfase em Planejamento e Gestão do Turismo em Áreas Urbanas, do Departamento de Turismo, Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Paraná.

Orientadora: Prof.^a Msc. Luciane de Fátima Neri

**CURITIBA
2010**

TERMO DE APROVAÇÃO

MARINA ROSSI FERREIRA

MUSEU PARA TODOS: PROPOSTA DE INSTALAÇÃO DE UMA SALA TEMÁTICA PARA PESSOAS COM DEFICIÊNCIA VISUAL NO MUSEU PARANAENSE – CURITIBA/PR

Trabalho de graduação aprovado com nota 92 apresentado às disciplinas de Orientação e Supervisão de Estágio e Projeto em Planejamento e Gestão de Turismo em Áreas Urbanas II e Projeto em Planejamento e Gestão de Turismo em Áreas Urbanas II, Curso de Turismo, Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Paraná.

Banca: Prof. Msc. Luciane de Fátima Neri (orientadora)
Departamento de Turismo, UFPR

Prof. Dr^a. Maria Henriqueta Sperandio Garcia Gimenes
Departamento de Turismo, UFPR

Sra. Elayne Fabrilli Adams
Instituto Paranaense de Cegos

Curitiba, 23 de Novembro de 2010.

Para meus pais, Antonio e Maria Regina,
que me ensinaram que somos todos
diferentes uns dos outros e que essa
diferença deve ser respeitada.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus, que sempre me iluminou e me tornou mais forte perante as dificuldades que hora ou outra surgem pelo caminho e que fez da diversidade um princípio da natureza.

Aos meus pais, Antonio e Maria Regina, que se fizeram presentes em todos os momentos, me incentivando a buscar meus sonhos, a ir atrás dos meus planos e a trilhar meu próprio caminho.

Ao meu irmão, Felipe, pela companhia, carinho e os momentos de descontração. E por emprestar seus talentos artísticos e confeccionar a planta super charmosa que ilustra este projeto.

À Karla, por ter sido desde o começo, a minha família em Curitiba, tornando mais fácil a distância e a saudade de casa. Por estar presente sempre que eu preciso e por me entender tão bem.

À Denise, Lara e Lilian, por serem desde sempre como irmãs pra mim, me apoiando e incentivando, mesmo à quilômetros de distância.

Ao Fábio, pelo amor, carinho, companheirismo, incentivo e apoio, acreditando neste projeto desde o começo. Por trazer mais graça e música para minha vida.

Aos meus amigos de classe, em especial a Aline, Maria, Juliana, Josiane, Patrícia, Tatiane, Ana Paula, Caroline e Augusto, por me acompanharem durante esta jornada, dividindo alegrias, aflições, dúvidas, expectativas e muitas risadas!

“Eis o meu segredo: só se vê bem com o
coração. O essencial é invisível aos olhos.”
(Antoine de Saint-Exupéry)

RESUMO

A atividade turística se configura como um meio de divulgação e valorização da cultura local, viabilizando o acesso à elementos como os bens materiais e imaterias do patrimônio histórico e cultural de uma localidade, conferindo também ao turismo uma função educativa e de democratização do acesso. Neste sentido, os museus se configuram além de espaço para exposição, pesquisa e registro da história e da cultura, como um pólo de atração turística. Apesar dos museus serem apontados como recursos para a educação e figurarem como atrativos turísticos, a utilização predominante da comunicação visual nestes espaços, faz com que as pessoas com deficiência visual enfrentem dificuldades de usufruir do acervo existente nestes locais. Visando identificar alternativas acessíveis para este público e tendo como objeto principal, o Museu Paranaense, desenvolveu-se uma pesquisa exploratória e descritiva, com a realização de uma investigação bibliográfica, a aplicação de entrevistas com representantes de instituições que atendem pessoas com deficiência visual em Curitiba e uma análise das condições de acessibilidade do Museu Paranaense. Com base nos dados obtidos constatou-se que apesar das pessoas com deficiência visual configurarem uma demanda potencial, o Museu Paranaense não possui condições adequadas de atendê-las. A fim de preencher tal lacuna, propõe-se o projeto de uma Sala Temática Acessível, com a disponibilização de maquetes e mapa tátil-sensorial, apresentando um pouco sobre a história do Paraná, instigando o interesse e o conhecimento entre os visitantes, e apresentando novas formas de se usufruir o espaço museológico.

Palavras-Chave: Turismo; Acessibilidade; Deficiência Visual; Museus.

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 01 – Mapa de Localização do Museu Paranaense

FIGURA 02 – Foto do Museu Paranaense

FIGURA 03 - Oficina de modelagem em argila para alunos com deficiência no Museu Rodin (Paris)

FIGURA 04 – Sala de Reproducciones de Monumentos Nacionales do Museo Tiflológico (Madrid/Espanha)

FIGURA 05 – Sala de Obras de Artistas Ciegos y Deficientes Visuales do Museo Tiflológico (Madrid/Espanha)

FIGURA 06 – Sala de Material Tiflológico do Museo Tiflológico (Madrid/Espanha)

FIGURA 07 - Apreciação tátil da escultura original Guanabara, de Alfredo Ceschiatti, na Pinacoteca de São Paulo

FIGURA 08 - Reprodução em relevo de obra de arte. (Pinacoteca de São Paulo)

FIGURA 09 - Maquetes visuais e táteis de reconhecimento do edifício da Pinacoteca e seus arredores (Pinacoteca de São Paulo)

FIGURA 10 - Manuseio de mobiliário por visitantes do Museu da Casa Brasileira (São Paulo)

FIGURA 11 – Exposição temporária para pessoas com deficiência visual no Museu Paranaense

FIGURA 12 – Exposição temporária para pessoas com deficiência visual no Museu Paranaense (Manuseio de peças do acervo)

FIGURA 13 - Exposição temporária para pessoas com deficiência visual no Museu Paranaense (Maquete tátil do Museu Paranaense)

FIGURA 14 – Auditório Loureiro Fernandes (Museu Paranaense)

FIGURA 15 – Sala Temática Acessível: Visão Geral

FIGURA 16 – Sala Temática Acessível: Visão Geral (Saída)

FIGURA 17 – Sala Temática Acessível: Mapa Tátil

FIGURA 18 – Sala Temática Acessível: Etiquetas de identificação das maquetes e mapa tátil

LISTA DE QUADROS

QUADRO 01 – Modelo de Relatório de Diagnóstico de Acessibilidade – Ministério do Turismo

LISTA DE TABELAS

TABELA 01 – Entrevista com Representantes das Instituições: Identificação do Entrevistado

TABELA 02 – Entrevista com Representantes das Instituições: Perfil das pessoas atendidas pelas entidades

TABELA 03 – Entrevista com Representantes das Instituições: Perfil das pessoas atendidas pelas entidades – Caracterização da deficiência

TABELA 04 – Entrevista com Representantes das Instituições: Museus e Acessibilidade – Promoção de atividades por parte das entidades

TABELA 05 – Entrevista com Representantes das Instituições: Museus e Acessibilidade – Visitas à museus.

TABELA 06 – Entrevista com Representantes das Instituições: Museus e Acessibilidade – A acessibilidade nos locais visitados.

TABELA 07 – Entrevista com Representantes das Instituições: Museus e Acessibilidade – Opinião sobre a oferta de exposições para pessoas com deficiência visual.

TABELA 08 – Entrevista com Representantes das Instituições: Museus e Acessibilidade – Fatores importantes quanto à acessibilidade em museus.

TABELA 09 – Entrevista com Representantes das Instituições: Museus e Acessibilidade – Importância de um projeto de acessibilidade para pessoas com deficiência visual em museus.

TABELA 10 – Entrevista com Representantes das Instituições: Museus e Acessibilidade – Sugestões e propostas dos entrevistados.

TABELA 11 – Entrevista com Representante do Museu Paranaense – Identificação do entrevistado e a oferta de treinamento para os colaboradores

TABELA 12 – Entrevista com Representante do Museu Paranaense: Atendimento de pessoas com deficiência

TABELA 13 – Entrevista com Representante do Museu Paranaense: Legislação e museus acessíveis

TABELA 14 – Entrevista com Representante do Museu Paranaense: Considerações sobre a acessibilidade no museu

TABELA 15 – Entrevista com Representante do Museu Paranaense: Considerações sobre a importância de um projeto de acessibilidade para pessoas com deficiência visual

TABELA 16 – Diagnóstico de Acessibilidade do Museu Paranaense

TABELA 17 – Cronograma para o planejamento e implantação do projeto

TABELA 18 – Cronograma do Treinamento do Departamento Educativo do Museu Paranaense

TABELA 19 – Descrição do orçamento do projeto

LISTA DE SIGLAS

ABNT - Associação Brasileira de Normas Técnicas

AFAN - Associação Feminina de Amparo ao Deficiente e Recém Nascido

CRAID - Centro Regional de Atendimento Integrado ao Deficiente

FACE - Fundação de Assistência à Criança Cega

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

ICOM - Conselho Internacional de Museus

IPC - Instituto Paranaense de Cegos

IPHAN - Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

IPPUC - Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Curitiba

OMS - Organização Mundial da Saúde

ONCE – Organizácion Nacional de Ciegos Españoles

ONU - Organização das Nações Unidas

RINAM - Rede de Informação de Acessibilidade em Museus

UNESCO - Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura

USP - Universidade de São Paulo

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....14

2. MARCO TEÓRICO.....18

2.1 TURISMO: CONTEXTUALIZAÇÃO.....18

2.2 O SEGMENTO DE TURISMO CULTURAL.....19

2.2.1 Patrimônio Histórico e Cultural.....22

2.2.2 Museus: Patrimônio e Atrativo Turístico.....25

2.3 ACESSIBILIDADE: CONCEITUAÇÕES E CARACTERIZAÇÃO.....30

2.3.1 A Inclusão Social das Pessoas com Deficiência.....34

2.3.2 Legislação sobre Acessibilidade.....36

2.4 DEFICIÊNCIA VISUAL: Conceituação e Caracterização.....40

2.4.1 Acessibilidade para Pessoas com Deficiência Visual.....42

2.5 TURISMO E ACESSIBILIDADE.....44

2.5.1 Acessibilidade em Museus.....46

2.5.2 Exemplos de Boa Prática de Acessibilidade em Museus.....48

3. METODOLOGIA.....55

3.1 TIPO DE PESQUISA.....55

3.2 TÉCNICAS DE PESQUISA.....56

3.3 COLETA DE DADOS.....57

3.3.1 Construção do Instrumento de Coleta de Dados.....58

3.3.2 Tabulação e Interpretação dos Dados.....60

4. ANÁLISE DOS RESULTADOS DA PESQUISA.....61

4.1 ANÁLISE DOS DADOS COLETADOS.....61

4.1.1 Entrevistas com os representantes das Instituições.....64

4.1.2 Entrevista com representante do Museu Paranaense.....76

4.1.3 Relatório da Visita Técnica ao Museu Paranaense.....83

4.2 INTERPRETAÇÃO E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS.....86

5. PROJETO DE TURISMO.....88

5.1 DESCRIÇÃO DA PROPOSTA DO PROJETO.....88

5.2 ETAPAS PARA EXECUÇÃO DO PROJETO.....94

5.2.1 Descrição das Etapas para a Execução do Projeto.....94

5.2.2 Descrição dos Recursos Humanos.....98

5.2.3 Descrição do Orçamento.....100

5.2.4 Avaliação do Retorno do Investimento.....	102
6. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	103
7. REFERÊNCIAS.....	105
8. APÊNDICES.....	112
9. ANEXOS.....	120

1. INTRODUÇÃO

Caracterizada pelo deslocamento, voluntário e temporário, de pessoas, por motivos como recreação, saúde, lazer e cultura, a atividade turística tem se desenvolvido expressivamente nas últimas décadas.

O turismo, segundo Gândara *et al.* (2006), consiste não apenas como um instrumento de contemplação de uma determinada cultura, mas sim de vivência intensa com a cultura do destino. Além da divulgação e valorização da cultura local, GALLICHIO (2001, p. 57) afirma que “a viabilização e o acesso à cultura conferem ao turismo uma função educativa, propagando o conhecimento e reproduzindo os valores da humanidade”.

Segundo PECIAR (2006, p. 43), “o homem, durante toda a história de seu percurso, deixou sinais que caracterizam formas de pensar, sentir, agir e reagir”. Estes sinais são caracterizados pela autora, “como peças preciosas de um quebra-cabeça que remonta à grande parte da trajetória da humanidade e, como tais, devem ser preservados”.

Estas informações se traduzem nos bens pertencentes ao patrimônio cultural que, em linhas gerais, significam “aquilo que é criado pelo homem” (PECIAR, 2006, p. 43). Tais bens podem ser de natureza material e imaterial e expressam a memória e cultura de uma comunidade, caracterizando-se como um registro da história, devendo assim ser valorizado e preservado.

Nota-se que a atividade turística possibilita o acesso ao patrimônio histórico e cultural, seja pela utilização deste como um atrativo turístico ou no simples ato do deslocamento que proporciona o contato entre turistas e comunidade local e, conseqüentemente, a interação com a cultura e o cotidiano desta comunidade.

Neste contexto, os museus, como bem material de patrimônio histórico e cultural, além de consistirem em um espaço de exposição, curadoria, pesquisa e ação educativa, passam também a constituir, por si só, um pólo de atração, cujos dividendos são repartidos com diversos setores da indústria turística (Gomes, 2003).

CASTRO (2007, p. 04) aponta que na relação entre turismo e museus deve-se considerar alguns aspectos renovadores, “sobretudo aqueles que dizem respeito

à ascensão de uma camada social que clama por maior democratização na cultura”. Esta questão da democratização da cultura e do turismo também pode se enquadrar no sentido da acessibilidade.

Retratar a acessibilidade no contexto da atividade turística mostra-se de extrema importância, tendo em vista que, segundo o MINISTÉRIO DO TURISMO - MTUR (2009, p. 09), “o crescimento das viagens de turismo ainda não permitiu que todos os segmentos da população fossem beneficiadas para desfrutar do turismo de lazer”.

Salienta-se que as pessoas com deficiência de diferentes tipologias podem ser incluídas nas estatísticas de exclusão social do turismo, pois encontram dificuldades para usufruírem das instalações e equipamentos nas edificações turísticas e espaços de lazer, como também constata a falta de prestadores de serviços com qualificações específicas para um atendimento diferenciado.

A preocupação acerca da garantia do direito de acessibilidade a esta parcela da população resultou, no ano de 2010, na criação da Secretaria Especial dos Direitos da Pessoa com Deficiência, por parte da Prefeitura Municipal de Curitiba, tendo como principal objetivo encaminhar soluções para as principais dificuldades das pessoas com deficiência residentes no município.

Ainda que os museus sejam apontados como recursos para educação e figurem como importantes atrativos turísticos, de acordo com Sarraf (2006) a utilização predominante da comunicação visual nestes espaços, através das exposições, publicações e ação cultural, faz com que as pessoas com deficiência visual enfrentem maiores dificuldades para usufruir do patrimônio existente nos museus do que qualquer outro público, comprometendo o potencial educativo-cultural dos mesmos.

Tendo em vista o exposto, delimitou-se como problema de pesquisa: “O Museu Paranaense possui condições adequadas de acessibilidade para atender pessoas com deficiência visual?”. Neste sentido, estabeleceu-se como objetivo geral analisar se o Museu Paranaense possui condições adequadas de acessibilidade para atender pessoas com deficiência visual. A escolha por este museu em específico pauta-se em sua importância histórica e cultural, figurando como um

registro permanente da história da formação do Paraná, sendo o primeiro museu do Estado e tombado pelo Patrimônio Histórico e Artístico Estadual.

Neste contexto, aponta-se como objetivos específicos da pesquisa: Averiguar se as pessoas com deficiência visual visitam os museus do município de Curitiba; Investigar os fatores determinantes para que as pessoas com deficiência visual visitem ou não museus; Analisar as condições de acessibilidade para pessoas com deficiência visual no Museu Paranaense e em seus arredores; Caracterizar a acessibilidade de acordo com a legislação e políticas específicas da atividade turística e; Levantar exemplos de boas práticas em museus acessíveis para pessoas com deficiência visual.

A escolha deste tema surgiu do contato com a exposição “Picasso na Oca”, uma retrospectiva das obras do pintor espanhol Pablo Picasso, realizada no espaço da Oca, no parque Ibirapuera, em São Paulo, no ano de 2004, onde pude observar um dos monitores acompanhando um grupo de jovens com deficiência visual e a didática utilizada para apresentar a exposição a estes visitantes. Esta experiência fez com que eu começasse a refletir sobre as possibilidades de se usufruir dos espaços museológicos, proporcionando uma nova leitura das exposições para pessoas com ou sem deficiência.

Como afirma SARRAF (2006, p. 02), as necessidades de todos os indivíduos devem ser respeitadas. Os museus e instituições patrimoniais, com seu potencial educativo-cultural tão importante, precisam garantir o respeito às necessidades especiais dos visitantes e daqueles que poderão sê-lo, mas não encontram espaço para exercer seu direito.

Neste sentido, visando tornar o Museu Paranaense em um espaço apto a receber pessoas com deficiência visual, propõe-se a criação de uma sala temática acessível para este público. Tal proposta justifica-se principalmente pelo fato da legislação vigente estabelecer como obrigatória a acessibilidade às pessoas com deficiência em espaços públicos.

A fim de embasar tal iniciativa realizou-se uma investigação bibliográfica, documental e de campo que auxiliaram a compor este trabalho. Para facilitar a compreensão, a presente pesquisa está organizada em cinco partes: Marco Teórico, Metodologia, Análise dos Resultados da Pesquisa e Projeto de Turismo.

O marco teórico consiste em uma investigação bibliográfica acerca dos conceitos pertinentes à temática da pesquisa e está composto por uma breve contextualização no que se refere à atividade turística, ao segmento de turismo cultural e ao patrimônio histórico e cultural, destacando dentre estes os museus, atualmente também utilizados como atrativos turísticos.

Apresentam-se também conceituações quanto à acessibilidade, com uma breve caracterização dos tipos de deficiências, com ênfase na deficiência visual e as condições de acessibilidade para atender este público, citando por fim exemplos de boas práticas de acessibilidade para pessoas com deficiência visual em museus, que configura como temática central desta pesquisa.

A segunda parte da pesquisa abrange a metodologia utilizada para o desenvolvimento deste trabalho, esclarecendo os tipos e técnicas de pesquisa aplicadas, assim como os locais onde se realizou a coleta de dados e os instrumentos elaborados para tal.

A seguir, apresenta-se a análise e interpretação dos dados coletados, através da aplicação de entrevistas com representantes de instituições do município de Curitiba que atendem pessoas com deficiência visual e a análise das condições de acessibilidade do Museu Paranaense. Este capítulo também aborda as conclusões sobre a pesquisa realizada, na qual se respaldou a formatação da proposta do Projeto de Turismo, apresentada no capítulo seguinte.

A quarta parte apresentará a proposta da criação da Sala Temática Acessível para Pessoas com Deficiência Visual, descrevendo-a como um todo, pontuando suas características e outros detalhes para sua instalação, como os recursos humanos necessários e uma perspectiva dos custos envolvidos em sua implantação.

Por fim, será realizado o fechamento deste trabalho, no qual será avaliado o desenvolvimento de todo o projeto e de sua importância, assim como a importância e o aprendizado obtido com o desenvolvimento desta pesquisa.

2. MARCO TEÓRICO

2.1 TURISMO: CONTEXTUALIZAÇÃO

Observa-se no turismo um caráter dinâmico e multidisciplinar, que faz com que a atividade não possa ser limitada a uma única e restrita definição. Atualmente a atividade turística mobiliza grandes fluxos ao redor do mundo, e assim gera índices elevados de trocas comerciais e negócios entre o receptivo e emissor, sendo considerado um dos setores mais produtivos da economia global.

De acordo com ANSARAH (2000, p. 11) “o homem vem realizando viagens, por razões diferentes, para atender à satisfação das necessidades vitais, como comércio, esportes, eventos, etc”. E características como facilidades, segurança e rapidez nos transportes, além dos constantes avanços tecnológicos, têm possibilitado o deslocamento crescente de turistas para vários destinos.

Segundo Ashton (2001), o turismo configura-se em um dos motores da atividade econômica no mundo contemporâneo, além de representar um dos pilares do processo de globalização como fator de integração social, valorização cultural e de desenvolvimento econômico.

O turismo, interpretado como atividade econômica que mais cresce no mundo, passa gradualmente a incorporar novos olhares de planejamento, como resultado de seu potencial gerador de emprego e renda, aporte de benefícios econômicos, sociais e ambientais e, mecanismo para inclusão e transformação social, num sentido mais amplo, em termos de reflexão ética que implica. (IRVING *et al.*, 2005, p. 02).

Para BARRETO (2003, p. 17) “o turismo é um fenômeno complexo e diversificado”, havendo diversos tipos de turismo, que podem ser classificados por diferentes critérios. Pires (2004) afirma que tão relevante quanto o aspecto econômico da atividade turística, é a dimensão social e cultural que o abriga. Percebe-se uma semelhança com outros pontos de vista que também veem o turismo como elo de ligação entre povos e uma ponte de aproximação entre culturas (González, 2002).

Neste sentido, nota-se que a interrelação entre turismo e cultura é intrínseca à atividade e deve-se ao fato de que, ao promover o contato entre o turista e a comunidade local do destino, se está promovendo a oportunidade destes conhecerem e se integrarem, um à cultura do outro. Logo, é possível afirmar que o turismo é um ato cultural por natureza.

Além desta multidisciplinaridade, uma característica relevante quanto à atividade turística está na diversidade de elementos que podem conformar sua oferta. Cooper *et al.* (2001) dividem o mercado turístico em três segmentos, de acordo com o propósito da viagem. O primeiro segmento é “lazer e recreação”, o que inclui férias, esportes, turismo cultural e visitas a parentes e amigos. O segundo é o de “profissional e de negócios”, englobando viagens para participação em reuniões e conferências, missões empresariais, desfrute de viagens de incentivos etc. O último inclui “estudos e saúde”, entre outros fins.

No entendimento de De La Torre (1992 *apud* BARRETO, 2003, p. 13),

O turismo é um fenômeno social que consiste no deslocamento voluntário e temporário de indivíduos ou grupos de pessoas que, fundamentalmente por motivos de recreação, descanso, cultura ou saúde, saem de seu local de residência habitual para outro, no qual não exercem nenhuma atividade lucrativa nem remunerada, gerando múltiplas interrelações de importância social, econômica e cultural.

O fato de o turismo poder ser impulsionado por diferentes motivações proporciona uma diversificação da oferta turística mundial em relação às tendências da demanda, que de acordo com o MTur (2008), entre outros fatores, ocasiona a expansão do mercado e o surgimento e consolidação de variados segmentos turísticos, sendo a segmentação entendida como uma forma de organizar o turismo para fins de planejamento, gestão e mercado.

2.2 O SEGMENTO DE TURISMO CULTURAL

Entendendo que os segmentos “podem ser estabelecidos a partir dos elementos de identidade da oferta e também das características e variáveis da

demanda” (MTUR, 2008, p. 09), define-se o segmento de Turismo Cultural como aquele que,

[...] compreende as atividades turísticas relacionadas à vivência do conjunto de elementos significativos do patrimônio histórico e cultural e dos eventos culturais, valorizando e promovendo os bens materiais e imateriais da cultura. (MTUR, 2008, p. 16).

A definição de BARRETO (2003, p. 22) para o segmento de turismo cultural apresenta um caráter mais amplo, ou seja, aquele que não tem como atrativo principal um recurso natural. Tendo em vista que a oferta cultural é constituída das “coisas feitas pelo homem”, o turismo cultural seria então aquele que tem como objetivo conhecer os bens materiais e imateriais produzidos pelo homem.

Segundo o MTUR (2008, p. 15), a cultura figura desde os primórdios como uma das principais razões para a realização de viagens, sendo a relação cultura e turismo fundamentada basicamente em dois pilares:

[...] o primeiro é a existência de pessoas motivadas em conhecer culturas diversas e o segundo é a possibilidade do turismo servir como instrumento de valorização da identidade cultural, da preservação e conservação do patrimônio e da promoção econômica de bens culturais.

Nesta perspectiva é importante destacar que, assim como afirma Bennett (1995 *apud* KÖHLER e DURAND, 2007, p. 03), o termo “cultura” pode ser usado para designar um produto ou processo. No primeiro caso, a cultura significa o resultado do conjunto de atividades artísticas e culturais, na forma de produtos tangíveis ou não, representadas na forma de edifícios, músicas, danças, pinturas, festivais, entre outros produtos. No segundo caso, a cultura assume uma “amplitude antropológica”, referindo-se ao modo de vida de uma determinada população, podendo-se afirmar a existência de “uma cultura brasileira, pernambucana, paulistana, entre diversas outras”.

[...] é preciso despertar a consciência de que, muito antes dos reflexos econômicos, o turismo deve fazer sobressair a importância do inter-relacionamento entre as pessoas, dentro de uma consciência de respeito de todos os elementos que formam a cultura do povo. (CASTELLI, 1990, p.123).

GASTAL (1998, p.129 *apud* OLIVEIRA, 2005, p. 54) afirma que “a cultura é um insumo turístico importante, mas é aquela cultura viva, praticada pela comunidade em seu cotidiano”.

Neste sentido, vale ressaltar a observação feita por GÂNDARA *et al.* (2006, p. 04), no sentido de que “[...] a cultura inclui desde a arquitetura, as expressões artísticas e manifestações populares, até os sentimentos coletivos de uma determinada comunidade em relação ao seu território (urbano e natural)”.

Köhler e Durand (2007) destacam que o turismo cultural pode ser distinguido em dois conjuntos de definições. O primeiro define turismo cultural a partir da demanda (motivos, percepções e experiências de viagem), enquanto o segundo foca aspectos da oferta (consumo de atrações previamente classificadas como culturais).

SANTOS (2001, p. 05) demonstra a abrangência da relação entre turismo e cultura, ao afirmar que o “turismo cultural assenta-se justamente na busca do conhecimento de tudo aquilo que convencionamos chamar de patrimônio histórico, artístico e cultural”.

A utilização turística dos bens culturais pressupõe sua valorização, promoção e a manutenção de sua dinâmica e permanência no tempo como símbolos de memória e de identidade. Valorizar e promover significa difundir o conhecimento sobre esses bens e facilitar seu acesso e usufruto a moradores e turistas. (MTUR, 2008, p. 18).

Neste sentido, a perspectiva do turismo cultural como um instrumento de educação mostra-se de extrema valia quando se tem em vista que, em algumas análises, argumenta-se que a globalização econômica acabou por promover a desterritorialização e, conseqüentemente, a standardização da produção e a homogeneização da procura no que se refere aos elementos que constituem a cultura.

Assim, e num quadro de intensificação dos fluxos culturais globais e de codificação da cultura (Appadurai, 1998), em que esta se transforma numa mercadoria produzida e consumida à escala global, verifica-se um crescente distanciamento e alheamento dos indivíduos em relação ao seu passado histórico, às suas raízes, origens e especificidades culturais locais, produzindo sujeitos descentrados em busca de mecanismos e instrumentos de identificação e vinculação locais no novo contexto global. (ANICO, 2005, p. 02).

Seguindo o mesmo ponto de vista, PELEGRINI (2007, p. 02), afirma que “as bases históricas da globalização econômica e cultural no mundo assentam-se na inculcação de padrões universalizantes e de modelos ocidentais de organizações societárias”. Neste processo, a “industrialização da cultura e a disseminação da comunicação estimularam o consumismo de bens materiais e simbólicos, entre os quais se inserem os bens patrimoniais”.

Nesta perspectiva, destaca-se que a importância do turismo cultural pauta-se no fato deste proporcionar a aproximação da cultura local e mundial, proporcionando a possibilidade de conhecer tanto o patrimônio cultural tangível (centros históricos, paisagens urbanas, museus), como intangível (costumes, lendas, música, danças, gastronomia tradicional), gerando novos conhecimentos ao mesmo tempo que educa (Socorro, 2008 *apud* Kravets, Camargo, 2008).

Nota-se assim que o turismo cultural, tal qual o concebemos atualmente, implica não apenas a oferta de espetáculos ou eventos, mas também a existência e preservação de um patrimônio cultural representado por museus, monumentos e locais históricos (Rodrigues, 2003).

2.2.1 Patrimônio Histórico e Cultural

A Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura - UNESCO *apud* VINHAS (2006, p. 54), afirma que patrimônio significa:

[...] o legado que recebemos do passado, vivemos no presente e transmitimos às futuras gerações. Nosso patrimônio cultural e natural é fonte insubstituível de vida e inspiração, nossa pedra de toque, nosso ponto de referência, nossa identidade.

De acordo com o MTUR (2008, p. 26), “o patrimônio cultural é o principal atrativo do Turismo Cultural” e pode ser bens de natureza material e imaterial, que expressam ou revelam a memória e a identidade das populações e comunidades.

São bens culturais de valor histórico, artístico, científico, simbólico, passíveis de se tornarem atrações turísticas: arquivos, edificações,

conjuntos urbanísticos, sítios arqueológicos, ruínas, museus e outros espaços destinados à apresentação ou contemplação de bens materiais e imateriais, manifestações como música, gastronomia, artes visuais e cênicas, festas e celebrações. (MTUR, 2008, p. 17)

Neste sentido, o patrimônio cultural pode ser entendido como uma representação da cultura local. Porém, segundo Neves (2009), os usos relacionados a esse patrimônio são influenciados pelos sentidos a ele atribuídos em cada sociedade local ou regional, ou seja, o patrimônio recebe utilizações cotidianas relacionadas à maneira como é compreendido na esfera local.

SOARES e LOPES (2009, p. 03) expressam a importância do patrimônio para a comunidade que o detém, ao afirmar que este “significa a materialidade dos diversos aspectos que representam uma sociedade, estando estes ligados a formas peculiares de vida”.

Em relação aos aspectos legais diretamente relacionados à cultura, a Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, estabelece em seu Art. 216 que o patrimônio cultural brasileiro é constituído por bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem:

- I - as formas de expressão;
- II - os modos de criar, fazer e viver;
- III - as criações científicas, artísticas e tecnológicas;
- IV - as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais;
- V - os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico.

De um modo geral, segundo FUNARY e PINSKY (2003, p. 09) pode-se dizer que patrimônio cultural é tudo aquilo que constitui um bem apropriado pelo homem, com suas características únicas e particulares, abrangendo “tudo que constitui parte do engenho humano, e por isso, pode estar no cerne mesmo do turismo”.

PELLEGRINI (2007, p. 05) também discorre sobre a representação do patrimônio não apenas em bens materiais, mas também imateriais, afirmando que,

[...] não somente os objetos ou as coisas, mas suas representações imagéticas e simbólicas circulam nas entranhas das memórias dos sujeitos

sociais, em meio a sentimentos e vivências que resistem ao acaso e se mantêm devotadas a sustentar vínculos com os seus lugares de pertencimento, historicamente construídos.

ANICO (2005, p. 06) ressalta que o patrimônio, enquanto representação simbólica da cultura possui potencialidades para a sua “rentabilização social e econômica através de uma procura turística diferenciada que é oferecida a um turista que é, cada vez mais, um consumidor de cultura”.

Partindo de uma perspectiva semelhante, OLIVEIRA (2005, p. 05) aponta que,

[...] repensar o desenvolvimento local a partir da construção do capital cultural existente em uma comunidade é contribuir para o estímulo solidário ao buscar ações coletivas que fortaleçam o uso comunitário dos recursos presentes, tendo em vista que a valorização de uma cultura local pode propiciar a sua auto-afirmação, identidade e melhorar as forças produtivas.

Torna-se, portanto, evidente a importância do reconhecimento, divulgação e valorização dos bens que integram e compõe a cultura local de um destino, pois “tudo que tem valor significativo, que é susceptível de ser adquirido e transmitido”, deve ser preservado por “representarem referenciais importantes para a coletividade” (SANTOS, 2001, p. 01).

Em uma abordagem quanto ao histórico da construção do patrimônio, ANICO (2005, p. 04) aponta que “as acelerações brutais da história contemporânea e a imediatez ao nível da propagação da informação” vieram contribuir para a “emergência de uma consciência patrimonial”. É este interesse pelo passado que produz um fenômeno ao qual a autora refere-se como um “*boom* da memória”, traduzido com frequência na criação de “lugares de memória ou teatros da memória, locais de recordação e reminiscência do passado”, que incluem monumentos, museus, arquivos, bibliotecas, comemorações e outros.

Na perspectiva de SANTOS (2001, p. 01), atualmente, com o despertar da consciência de que a história não só é feita de grandes fatos passados, mas consiste em um processo do qual todos participam, o patrimônio cultural das comunidades passou também a ser valorizado. Patrimônio este que inclui, além do legado material, os “contares e fazeres” preservados ao longo de gerações.

[...] quando nos referimos ao conceito de patrimônio, apreendido como expressão mais profunda da “alma dos povos” e como “legado vivo” que recebemos do passado, vivemos no presente e transmitimos às gerações futuras, admitimos que o patrimônio é historicamente construído e conjuga o sentido de pertencimento dos indivíduos a um ou mais grupos. Essa lógica da pertença lhes assegura uma identidade cultural, que constitui um suporte precioso para formação do cidadão. (PELEGIRINI, 2007, p. 03).

É necessário ressaltar que além de elementos de atração turística, os bens culturais podem também ser utilizados como forma de conscientização social, em um processo contínuo de valorização e preservação da história e da cultura.

FUNARY e PINSKY (2001, p. 09) afirmam que, apesar da política do patrimônio ter preservado de forma desigual os bens culturais, com o predomínio do “grandioso e rebuscado” em detrimento do que representava os “costumes e anseios de muitos”, não há dúvida de que o contato direto com museus, edifícios e artefatos históricos permite uma abertura para a variedade cultural, no passado e no presente.

2.2.2 Museus: Patrimônio Cultural e Atrativo Turístico

O museu, como instituição, assumiu ao longo da história diferentes características e papéis. O termo museu origina-se do grego “*mouseion*” ou “casa das musas”, em uma referência mitológica às filhas do deus Zeus com Mnemosine, a deusa da memória, o que demonstra que a própria origem do termo implica uma relação entre questões inerentes ao poder e à memória (Vasconcellos, 2006).

Segundo VASCONCELLOS (2006, p. 13), no período da Antiguidade clássica, este espaço era tido como um “local dedicado, sobretudo, ao saber e ao deleite da filosofia” e por um longo período da história, era composto por coleções as quais apenas as pessoas pertencentes à elite local tinham acesso.

Somente após a Revolução Francesa, no ano de 1789, teve-se acesso definitivo às grandes coleções, tornando-as, portanto, públicas e passíveis de serem visitadas em diferentes museus. Com a ascensão da classe burguesa no continente europeu, “uma nova concepção foi incorporada ao universo museal: a noção de

patrimônio” (VASCONCELLOS, 2006, p. 18). A partir deste período, os museus passam também a exercer um papel importante na questão do ensino.

Segundo o Código de Ética dos Museus, desenvolvido pelo Conselho Internacional de Museus – ICOM (2008), os museus preservam, interpretam e promovem o patrimônio natural e cultural da humanidade, mantendo acervos em benefícios da sociedade e de seu desenvolvimento, devendo assim criar condições para o conhecimento, compreensão e promoção.

Os museus têm o dever de adquirir, preservar e valorizar seus acervos, a fim de contribuir para a salvaguarda do patrimônio natural, cultural e científico. Seus acervos constituem patrimônio público significativo, ocupam posição legal especial e são protegidos pelo direito internacional. A noção de gestão é inerente a este dever público e implica zelar pela legitimidade da propriedade desses acervos, por sua permanência, documentação, acessibilidade e pela responsabilidade em casos de sua alienação, quando permitida. (ICOM, 2008, p. 12).

A estreita relação entre os museus e a atividade turística vem sendo construída ao longo do tempo. Para GOMES (2003, p. 27) os elementos-chave desta relação podem ser entendidos como “a existência de acervos consagrados, de um trabalho dinâmico de musealização e, finalmente, de estratégias de marketing direcionadas ao turismo”.

Neste aspecto, BARRETO (2003, p. 16) destaca que “dentre os atrativos turísticos construídos, muitos são produtos da história e da cultura, como a variedade de museus e de galerias de arte”.

Através do Decreto Lei n.º 5.264, de 5 de Novembro de 2004, instituiu-se no país o Sistema Brasileiro de Museus. O segundo artigo deste decreto aponta como características das instituições museológicas, dentre outras:

- I – o trabalho permanente com patrimônio cultural;
- II – a disponibilização de acervos e exposições ao público, propiciando a ampliação do campo de construção identitária, a percepção crítica da realidade cultural brasileira, o estímulo à produção do conhecimento e à produção de novas oportunidades de lazer;
- III – o desenvolvimento de programas, projetos e ações que utilizem o patrimônio cultural como recurso educacional e de inclusão social; e
- IV – a vocação para a comunicação, investigação, interpretação, documentação e preservação de testemunhos culturais e naturais.

Observa-se que o patrimônio cultural encontra nos museus um cenário ideal para ser exibido e preservado. De acordo com Pelegrini Filho (2000), o turismo cultural também pode ser identificado em grandes centros urbanos que oferecem galerias de arte, museus, teatros e restaurantes com características culturais do mundo inteiro e típicas da contemporaneidade.

Apesar das diversas discussões acerca do reconhecimento do papel educativo dos museus e da importância da atuação destes junto não só ao público escolar, mas também para outros segmentos de visitantes, ainda há, em alguns casos, uma visão que identifica os museus como meros “locais de coisas velhas”.

Nesta perspectiva, CARVALHO ([s.d.], p. 01) ressalta que,

[...] ao considerar as necessidades contemporâneas de valorização e preservação do patrimônio museológico pode se pensar em novas formas e práticas de gestão, distintas dos modelos tradicionais, que possam dar conta da resignificação dos museus e de sua importância no campo social e cultural. No seu novo significado, já não são casas de memória que representam o passado, mas espaços vivos que incluem ações mais complexas e voltadas para a comunicação com seus públicos, cuja noção atual é a de que os museus são territórios com diversidade de sedes e importantes instrumentos de reconhecimento do homem na sua identidade.

Santos (2004 *apud* SILVA, 2008, p. 03) explica que atualmente podem ser consideradas instituições museais não só monumentos, jardins botânicos, zoológicos, aquários, galerias, centros científicos, planetários, reservas naturais, mas também “centros culturais, práticas culturais capazes de preservar legados intangíveis e atividades criativas do mundo digital”.

Aprofundando a relação com o turismo, VASCONCELLOS (2006, p. 35) aponta o papel social do museu ao demonstrar que “esse tipo de instituição insere turistas e moradores em atividades culturais passíveis de trocas de experiências”. Este interesse pelas trocas culturais impulsiona o crescimento da atividade turística, ampliando com isso “a procura por produtos culturais que se bem adequados podem contribuir para a melhoria da qualidade de vida das pessoas”.

Os museus conquistaram notável centralidade no panorama político e cultural do mundo contemporâneo, [...] passaram a ser percebidos como práticas sociais complexas, que se desenvolvem no presente, para o presente e para o futuro, como centros (ou pontos) envolvidos com criação, comunicação, produção de conhecimentos e preservação de bens e manifestações culturais. (MINISTÉRIO DA CULTURA, 2007, p. 20).

A partir desta contextualização e tendo em vista que o objeto principal desta pesquisa é o Museu Paranaense, apresenta-se a seguir uma breve caracterização do mesmo.

Desde o início de suas atividades, no século XIX, o Museu Paranaense teve como objetivo formar, organizar e expor um acervo que expressasse as características do território da população paranaense. Sua localização passou por uma itinerância de sedes até ser instalado na atual, a sétima de sua história, localizada na Rua Kellers, 289, no Alto São Francisco, setor histórico do município de Curitiba.

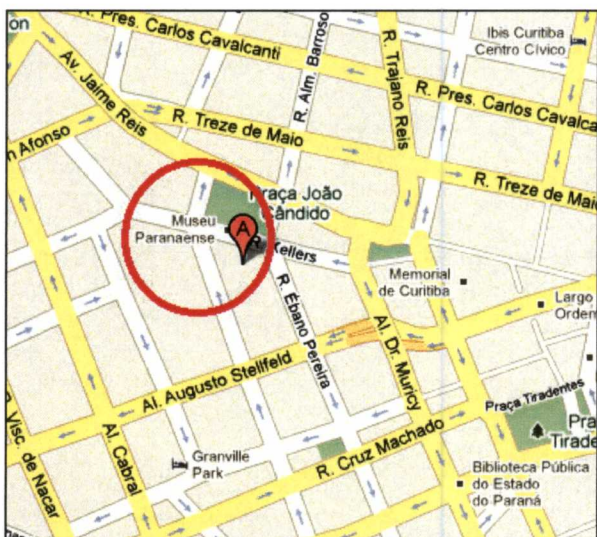


FIGURA 01 - Mapa de Localização do Museu Paranaense

FONTE: Google Maps (2010)

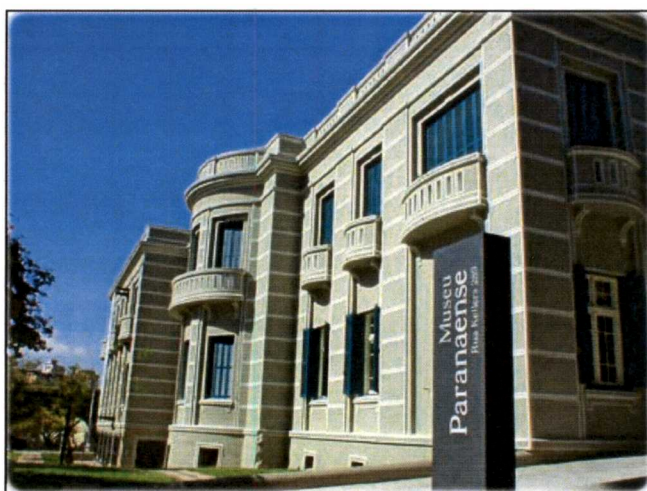


FIGURA 02 – Foto do Museu Paranaense
FONTE: Guia Geográfico Curitiba (2010)

A atual sede abriga três edifícios, com destaque para o prédio construído em 1928/1929 para abrigar a residência da família Garmatter, adquirido posteriormente, no ano de 1938, por Manoel Ribas, então interventor do Estado do Paraná, a fim de instalar o Palácio São Francisco, sede do Governo. Sediou desde então outros governos e diversos departamentos oficiais, até em 2002, ser totalmente restaurado para abrigar, junto aos dois edifícios anexos, o Museu Paranaense. Em 1986, o Palácio São Francisco foi tombado pelo Patrimônio Histórico e Artístico Estadual (Museu Paranaense, 2006).

O objetivo principal do Museu Paranaense é valorizar e difundir a história do Paraná. Possui um acervo de cerca de 300 mil peças, com uma parte desta exposta ao público e o restante acondicionada em quatro Reservas Técnicas.

O acervo é mostrado ao público nas salas de Exposições Permanentes: Sala Palácio São Francisco (que enfoca a história dos governos entre 1938 e 1953), Sala Histórico do Museu Paranaense, Sala Índios do Brasil, Sala Vladimir Kozák (em homenagem a um dos grandes pesquisadores dos indígenas habitantes das terras paranaenses), Sala da Prataria, Sala dos Governantes e o Pavilhão da História do Paraná, que faz a “linha do tempo” desde a pré-história, há 8000 anos da época atual até o início do século XX, com a integração dos imigrantes ao Estado.

De acordo com seu site oficial, atualmente o Museu Paranaense desenvolve estudos nas áreas da Arqueologia, Antropologia, História e Numismática e sua sede está estruturada para a realização de projetos e atividades culturais, atingindo os diversos segmentos sociais, com laboratórios, biblioteca, auditório, além de salas de exposições permanentes e exposições temporárias.

Em entrevista ao jornal Gazeta do Povo, o atual diretor do museu e professor sênior do curso de História da Universidade Federal do Paraná, Euclides Marchi, declarou que “Nos últimos anos, há uma política forte de inserção do museu na sociedade. Quebrou-se a ideia de que o museu é um mero depositário de coisas velhas: é um lugar de conhecimento, lazer e também fruição, prazer”. (DEL VECCHIO, 2010, P. 01)

Por fim, resume-se a importância dos museus e sua função social, como apontado por VASCONCELLOS (2006, p. 35) no que diz respeito a seu papel educativo que desempenha com a finalidade de “contribuir para o despertar da consciência do indivíduo em relação ao patrimônio do qual é herdeiro e do seu potencial em termos de ensino e aprendizagem”.

2.3 ACESSIBILIDADE: CONCEITUAÇÕES E CARACTERIZAÇÃO

Assim como a saúde e a educação, o turismo e o lazer também são direitos sociais assegurados no artigo 6º da Constituição Federal. De acordo com o Art. 8º do Decreto Lei n.º 5.296 de 2004, considera-se acessibilidade como sendo,

[...] a condição para utilização, com segurança e autonomia, total ou assistida, dos espaços, mobiliários e equipamentos urbanos, das edificações, dos serviços de transporte e dos dispositivos, sistemas e meios de comunicação e informação, por pessoa portadora de deficiência ou com mobilidade reduzida.

Vale fazer uma observação referente à terminologia utilizada para se dirigir ao público com deficiência, pois conforme observado por SERPA (2009, p. 21), ao longo dos anos já foram utilizadas diversas denominações, “cada uma correspondentes aos valores de cada época da sociedade”. Aliás, a própria evolução no uso dos termos utilizados para se referir às pessoas com deficiência, segundo a autora, indica que pensar sobre o assunto é pensar, sobretudo, nos valores culturais embutidos neste debate.

Segundo Sassaki (2003 *apud* SILVA e OLIVEIRA, 2009, p. 27), “os movimentos mundiais de pessoas com deficiência, incluindo os do Brasil, optaram pelo termo pessoas com deficiência”, perspectiva confirmada por SERPA (2009, p. 23) que afirma que este termo “valoriza a pessoa, destacando que a deficiência é um detalhe de seu corpo, e não ele próprio”.

Este termo integra o texto da Convenção Internacional para Proteção e Promoção dos Direitos e Dignidade das Pessoas com Deficiência, aprovado pela Organização das Nações Unidas – ONU, no ano de 2004, sendo promulgado posteriormente através de lei nacional dos Países-Membros, entre eles o Brasil. Deste modo, optou-se por utilizar esta terminologia nesta pesquisa.

Historicamente, o termo “deficiência física” tem sido utilizado pela maioria das pessoas para identificar todos os tipos de deficiência, entretanto, de acordo com Gil (2001), as deficiências podem ser divididas em cinco grandes grupos: deficiência física; deficiência mental; deficiência sensorial (relacionada às limitações quanto visão, audição e fala), deficiência orgânica (relacionada a problemas especiais de

saúde de caráter crônico) e deficiência múltipla (quando da associação de dois ou mais tipos de deficiências).

Vale, entretanto, a ressalva de que a “deficiência orgânica” não consta entre as tipologias abordadas pela legislação e na maioria dos estudos acerca do tema acessibilidade, consultadas durante a confecção desta pesquisa.

De acordo com Serpa (2009), além desta classificação, pode-se subdividir a deficiência sob os aspectos de sua origem (pré-natal ou pós-natal) e o grau da deficiência.

Segundo o Decreto Federal n.º 5.296 de 2004, pessoa com deficiência é definida como a que possui limitação ou incapacidade para o desempenho de algum tipo de atividade e que se enquadra nas seguintes categorias:

- a) deficiência física: alteração completa ou parcial de um ou mais segmentos do corpo humano, acarretando o comprometimento da função física, apresentando-se sob a forma de paraplegia, paraparesia, monoplegia, monoparesia, tetraplegia, tetraparesia, triplicia, triparesia, hemiplegia, hemiparesia, ostomia, amputação ou ausência de membro, paralisia cerebral, nanismo, membros com deformidade congênita ou adquirida, exceto as deformidades estéticas e as que não produzam dificuldades para o desempenho de funções;
- b) deficiência auditiva: perda bilateral, parcial ou total, de quarenta e um decibéis (dB) ou mais, aferida por audiograma nas frequências de 500Hz, 1.000Hz, 2.000Hz e 3.000Hz;
- c) deficiência visual: cegueira, na qual a acuidade visual é igual ou menor que 0,05 no melhor olho, com a melhor correção óptica; a baixa visão, que significa acuidade visual entre 0,3 e 0,05 no melhor olho, com a melhor correção óptica; os casos nos quais a somatória da medida do campo visual em ambos os olhos for igual ou menor que 60º; ou a ocorrência simultânea de quaisquer das condições anteriores;
- d) deficiência mental: funcionamento intelectual significativamente inferior à média, com manifestação antes dos dezoito anos e limitações associadas a duas ou mais áreas de habilidades adaptativas, tais como: comunicação; cuidado pessoal; habilidades sociais; utilização dos recursos da comunidade; saúde e segurança; habilidades acadêmicas; lazer; e trabalho;
- e) deficiência múltipla - associação de duas ou mais deficiências.

AGUIRRE *et al.* (2003, p. 37) comenta que é muito frequente descrever a pessoa com alguma deficiência como sendo “um ser ‘diferente’ com relação aos outros que se desenvolvem no mesmo contexto social, cultural, histórico e geográfico”. Entretanto, como destaca o autor, todos os homens são diferentes por natureza, não havendo assim dois indivíduos idênticos.

No Preâmbulo da Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, realizada em Nova Iorque no ano de 2006 e posteriormente ratificada pelo Congresso Nacional Brasileiro em 2008, é reconhecido que a deficiência resulta da interação entre as pessoas com deficiências e as barreiras ambientais e atitudinais que impedem a sua plena e efetiva participação na sociedade em igualdade de oportunidades com as demais pessoas. Isto acontece porque o espaço foi constituído sem considerar a ampla diversidade antropométrica humana (Serpa, 2009).

Segundo estimativas da ONU, 7% a 10% da população mundial possui algum tipo de deficiência, um percentual que representa cerca de 650 milhões de pessoas. Este percentual pode ficar entre 15 e 20% devido às condições de saneamento básico e de prevenção satisfatórios. Os dados do último censo demográfico realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE (2000) apontam que 14,5% da população brasileira possuem algum tipo de deficiência.

Seguindo a mesma defasagem quanto às pesquisas do universo de pessoas com deficiência, AGUIRRE *et al.* (2003, p. 29) afirma que “não há consciência, no campo do turismo, acerca das características numéricas desse segmento da demanda”.

As estatísticas mais recentes no Brasil indicam que cerca de 24,5 milhões de pessoas no Brasil – 14,5% da população – possuem algum tipo de deficiência. Desses, 8,3% possuem deficiência mental; 4,1% deficiência física; 22,9% deficiência motora; 48,1% deficiência visual e 16,7% deficiência auditiva. (IBGE, 2000 *apud* MTUR, 2009, p. 16).

A questão da acessibilidade perpassa também a questão do desenvolvimento sustentável e conseqüentemente do planejamento de um modo geral. De acordo com Jara (1999 *apud* OLIVEIRA, 2005, p. 05),

[...] o desenvolvimento precisa ir além da simples progressão material, devendo promover a justiça, o acesso à informação, à educação e o empoderamento de toda sociedade envolvida no processo, considerando-o uma metodologia de amadurecimento cultural e social.

Neste sentido, trazendo tal perspectiva ao campo da atividade turística, torna-se evidente a importância de projetos que visem proporcionar o acesso aos

equipamentos e atrativos turísticos às pessoas com deficiência, “para que estas possam usufruir o direito à cidadania, ao descanso e ao lazer” (CARVALHO, 2007, p. 09).

No que diz respeito ao conceito de acessibilidade, nota-se que alguns termos são frequentemente utilizados e figuram inclusive na legislação referente a esta temática. Dentre estes conceitos, um dos principais é o de desenho universal, definido pelo MTUR (2006, p. 10) como:

[...] concepção de espaços, artefatos e produtos que visam atender simultaneamente todas as pessoas, com diferentes características antropométricas e sensoriais, de forma autônoma, segura e confortável, constituindo-se nos elementos ou soluções que compõem a acessibilidade.

O conceito de desenho universal é importante, pois entende que a acessibilidade inclui não apenas as pessoas com deficiência, mas também a pessoa com mobilidade reduzida, sendo esta o indivíduo que tenha, por qualquer motivo, dificuldade de movimentar-se permanente ou temporariamente, gerando redução efetiva de mobilidade, flexibilidade, coordenação motora e percepção.

A norma técnica NBR 9050:2004 da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, entende por pessoa com mobilidade reduzida, além da pessoa com deficiência, o idoso, sendo que no Brasil é considerada idosa a pessoa com 60 anos ou mais, o obeso (indivíduo que excedeu o índice de massa corporal – IMC adequado para sua constituição física), mulheres gestantes, pessoas com crianças de colo, entre outros.

O conceito de desenho universal se faz presente pela existência de certas barreiras, que de diferentes maneiras podem dificultar ou impedir que os indivíduos usufruam de um espaço ou produto.

As barreiras consistem em qualquer entrave ou obstáculo que limite ou impeça o acesso, a liberdade de movimento, a circulação com segurança e a possibilidade de as pessoas se comunicarem ou terem acesso à informação.

Estas estão classificadas em basicamente quatro tipos: barreiras urbanísticas (as existentes nas vias públicas e nos espaços de uso público), barreiras nas edificações (existentes no entorno e interior das edificações de uso público e coletivo e nas áreas internas de uso comum nas edificações de uso privado multifamiliar),

barreiras nos transportes (existentes nos serviços de transportes que impedem ou dificultam o ingresso ao interior dos veículos de transportes que impedem ou dificultam o ingresso ao interior dos veículos de transporte público, privado, aos terminais, às estações e aos pontos de parada).

Há também as barreiras nas comunicações e informações, definidas como sendo “qualquer entrave ou obstáculo que dificulte ou impossibilite a expressão ou o recebimento de mensagens por intermédio dos dispositivos, meios ou sistemas de comunicação, sejam ou não de massa, bem como aqueles que dificultem ou impossibilitem o acesso à informação” (MTUR, 2006, p. 10).

No contexto da atividade turística, segundo MENEZES *et al.* (2009, p. 03), tais entraves são uma realidade, sendo freqüente a existência de empecilhos arquitetônicos, atitudinais, comunicacionais, metodológicos, instrumentais e programáticos que bloqueiam ou prejudicam o consumo e uso de bens e serviços turísticos.

Dentre os tipos existentes de barreiras, destacam-se as barreiras metodológicas, como aquelas em que não é percebido o diferencial das necessidades específicas de cada pessoa, não levando em consideração suas limitações individuais.

É neste sentido que, de acordo MENEZES *et al.* (2009, p.03) “o significado real de inclusão não está presente, quando produtos e serviços turísticos são propostos aos turistas de maneira uniforme”, já que os espaços devem permitir várias maneiras de uso ou exploração, estar providos de elementos construídos únicos ajustáveis, ou múltiplo-complementares, de forma que o conjunto esteja a algum tipo de necessidade ou característica do usuário (PRADO, 2001, p.31).

2.3.1 A Inclusão Social das Pessoas com Deficiência

A questão da inclusão social está diretamente relacionada ao conceito de acessibilidade e deve permear todos os campos da sociedade, como o da saúde, da segurança, do transporte, da educação e também do turismo e lazer. Assim, pensar

em inclusão social significa prover modificações espaciais, que vão desde adaptação física do mobiliário urbano até a adaptação de atividades, de modo a permitir que equipamentos e serviços sejam utilizados com segurança e conforto.

Segundo PEREZ (2001, p. 115) o princípio da inclusão é muito amplo e deve permear todas as áreas do conhecimento humano e do cotidiano das comunidades. Logo, não pode ser um processo exclusivo da educação ou da saúde, mas estar presente nas áreas do trabalho, dos esportes, da recreação, da religião e também da cultura. “O objetivo é produzir uma sociedade efetivamente inclusiva”.

A inclusão social pode ser definida como um processo em que a sociedade se adéqua para receber as pessoas com deficiência no trabalho, no lazer e no turismo. Em uma sociedade inclusiva se reconhece que é a sociedade a responsável por não dar condições de acessibilidade às pessoas com deficiência. (SANTOS e FRATUCCI, 2009, p. 09).

De acordo com Serpa (2009), simultaneamente ao avanço nas discussões referente à acessibilidade, a preocupação com a inclusão social vem crescendo nos últimos anos, tendo ganhado destaque principalmente a partir do final da década de 1990, o que resultou em uma série de leis, decretos, normas técnicas além de declarações internacionais, orientando a adaptação de atividades necessárias para o lazer, educação, trabalho, saúde, entre outros aspectos, das pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida. Em uma reflexão mais ampla, o aspecto central da deficiência e da compreensão de como é possível a inclusão da pessoa com deficiência é a “construção social da deficiência”.

Como apontado por PRADO (2001, p. 30) “a conquista da autonomia e da independência é uma das características da cidadania e parte desse processo tem relação direta com o bem estar do individuo no meio em que ele vive”.

Neste contexto, pode-se afirmar que acessibilidade e inclusão social possuem conceitos que estão interrelacionados e complementam-se, compreendendo a retirada de barreiras e obstáculos em vias públicas e espaços privados, viabilizando o acesso aos meios de transporte, dentre outros procedimentos, tendo em vista que o Art.5º da Constituição Federal Brasileira prevê que,

[...] todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a

inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade.

Neste contexto, vale a ressalva feita por Menezes *et al.* (2009) de que não basta somente a elaboração de leis para que a inclusão social aconteça satisfatoriamente, é preciso que haja principalmente mudanças de atitudes das pessoas, pois são as pessoas envolvidas no quadro social que poderão fazer acontecer a inclusão, ou mesmo promover a acessibilidade.

2.3.2 Legislação sobre Acessibilidade

Observa-se que a preocupação com o atendimento às pessoas com deficiência vem crescendo no Brasil, principalmente a partir da promulgação da Constituição Federal no ano de 1988, quando começam a surgir legislações e normas visando à promoção dos direitos das pessoas com deficiência e com mobilidade reduzida, prevendo a acessibilidade ao meio físico, à informação, à comunicação e ao transporte.

No que se refere a tratados e convenções de caráter internacional, Serpa (2001) destaca a Convenção Interamericana para Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Pessoas Portadoras de Deficiência, realizada em 1999 na Guatemala; a Declaração Internacional de Montreal sobre Inclusão realizada em 2001; e o Manifesto pelo Lazer Inclusivo, resultado do Congresso Ocio, Inclusión y Discapacidad, realizado em 2003, em Madrid, na Espanha (o ano de 2003 foi proclamado como o Ano Europeu das Pessoas com Deficiência).

Outros documentos internacionais também podem ser citados, como a Carta para o Terceiro Milênio, aprovada em Londres, no ano de 1999 que solicitou aos Países-Membros da ONU, o apoio à promulgação de uma Convenção das Nações Unidas sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência (realizada no ano de 2006) e determinava que “no Terceiro Milênio, a meta de todas as nações precisa ser a de evoluírem para sociedades que protejam os direitos das pessoas com deficiência

mediante o apoio ao pleno empoderamento e inclusão delas em todos os aspectos da vida”.

Referente à legislação nacional, de acordo com Silva e Oliveira (2009), a Legislação Constitucional aplicável às pessoas com deficiência tem como princípio fundamental a igualdade, abrangendo direitos que deveriam ser exercidos por todo e qualquer cidadão, o que não ocorre, sendo que o objetivo da legislação para o público em questão parte do pressuposto da integração social das pessoas com deficiência.

Dentre a legislação nacional, destacam-se as seguintes leis, decretos e portarias:

- a) Lei nº. 10.048, de 08 de novembro de 2000 - Dá prioridade de atendimento às pessoas que especifica, e dá outras providências;
- b) Lei nº. 10.098, de 19 de dezembro de 2000 - Estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida;
- c) Lei nº. 10.741, de 01 de outubro de 2003 - Dispõe sobre o Estatuto do Idoso;
- d) Lei nº. 11.126, de 27 de junho de 2005 - Dispõe sobre o direito da pessoa com deficiência visual de ingressar e permanecer em ambientes de uso coletivo acompanhado de cão-guia;
- e) Decreto nº. 5.626, de 22 de dezembro de 2005 - Regulamenta a Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras, e o art. 18 da Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000;
- f) Decreto nº. 5.296, de 02 de dezembro de 2004 - Regulamenta a Lei nº 10.048/2000, que dá prioridade e atendimento às pessoas e a Lei nº 10.098/2000, que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida;
- g) Decreto nº 5.904, de 21 de setembro de 2006 - Regulamenta a Lei nº 11.126, de 27 de junho de 2005, que dispõe sobre o direito da pessoa com deficiência visual de ingressar e permanecer em ambientes de uso coletivo acompanhada de cão-guia e dá outras providências;
- h) Portaria nº. 310, de 27 de junho de 2006 - Aprova a Norma Complementar nº 01/2006, que trata de recursos de acessibilidade para pessoas com deficiência, na programação veiculada nos serviços de radiodifusão de sons e imagens e de retransmissão de televisão. (MTUR, 2006, p. 12)

Dentre a legislação, destaca-se a seguir algumas diretrizes referentes à acessibilidade para pessoas com deficiência visual, que configura o público alvo deste projeto.

O Decreto Nº 5.296/2004 prevê atendimento prioritário, compreendendo este como tratamento diferenciado e imediato às pessoas com deficiência e mobilidade

reduzida. No caso das pessoas com deficiência visual, a admissão de entrada e permanência de cão-guia de acompanhamento além de que o planejamento e a urbanização de vias, praças e demais espaços de uso público deve constar a instalação de piso tátil direcional e de alerta.

Este decreto também prevê que os semáforos para pedestres instalados nas vias públicas deverão estar equipados com mecanismo que sirva de guia ou orientação para a travessia de pessoa com deficiência visual ou com mobilidade reduzida, assim como a obrigatoriedade da existência de sinalização visual e tátil para orientação de pessoas com deficiência auditiva e visual nas edificações de uso público ou de uso coletivo, em conformidade com as normas técnicas de acessibilidade da ABNT.

No que diz respeito ao acesso à informação e a comunicação, o cap. VI do referido decreto impõe inclusive um prazo para que os portais e *sítes* da administração pública estejam acessíveis para o uso das pessoas com deficiência visual, garantindo-lhes o pleno acesso às informações disponíveis.

Outros prazos estabelecidos abrangem a indústria de medicamentos e os fabricantes de equipamentos eletroeletrônicos e mecânicos de uso doméstico, que deve prover exemplares das bulas dos medicamentos em meio magnético, braille ou em fonte ampliada.

Outro exemplo que pode ser citado é o artigo 18 da Lei Nº 10.098/2000, que referente à acessibilidade nos sistemas de comunicação e sinalização, prevê que o Poder Público irá realizar a formação de profissionais intérpretes de escrita em braille, linguagem de sinais e de guias-intérpretes, para facilitar qualquer tipo de comunicação direta à pessoa com deficiência sensorial e com dificuldades de comunicação.

A ABNT também possui um conjunto de normas técnicas pertinentes à presente temática, sendo estas utilizadas inclusive como base para os parâmetros de acessibilidade abordados na legislação vigente. Dentre estas normas, destacam-se:

- a) NBR 9050:2004 - Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos;
- b) NBR 14022:1998 - Acessibilidade à pessoa com deficiência em ônibus e trólebus, para atendimento urbano e intermunicipal;

- c) NBR 14273:1999 - Acessibilidade da pessoa com deficiência no transporte aéreo comercial;
 - d) NBR 13994:2000 - Elevadores de passageiros - elevadores para transporte de pessoa com deficiência;
 - e) NBR 15320:2005 - Acessibilidade à pessoa com deficiência no transporte rodoviário;
 - f) NBR 14021:2005 - Transporte - Acessibilidade no sistema de trem urbano e metropolitano;
 - g) NBR 15250:2005 - Acessibilidade em caixa de auto-atendimento bancário;
 - h) NBR 15290:2005 - Acessibilidade em comunicação na televisão;
- (MTUR, 2006, p. 12)

Tratando especificamente da acessibilidade para pessoas com deficiência visual, destaca-se, por exemplo, o previsto na norma técnica NBR 9050:2004, que afirma que as informações em Braille não dispensam a sinalização visual dos espaços, incluindo caracteres ou figuras em relevo.

Na cartilha Turismo Acessível desenvolvida pelo MTur (2009), o tópico “Avaliando as necessidades de adaptação de equipamentos e instalações físicas” destaca que no caso de estabelecimento para lazer e recreação, como atrativos, parques temáticos, fazendas, museus e espaços para eventos, é preciso se estudar a acessibilidade individual a cada elemento e a acessibilidade ao conjunto geral. A acessibilidade às edificações de uso público, coletivo ou privado deve ser garantida às pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida, conforme apresenta o Decreto Federal n.º 5296/2004 e a NBR 9050:2004.

Quanto às edificações de uso turístico, de acordo com a NBR 9050:2004, os estabelecimentos turísticos estão obrigados às adaptações legais exigidas sendo também classificados como edificações de uso coletivo. Isto inclui, portanto, as agências de turismo, estabelecimentos de alimentação, museus e centros culturais. Entre outras, são edificações de uso coletivo destinadas a atividades de natureza comercial, hoteleira, cultural, esportiva, turística, recreativa, social, religiosa, educacional e de saúde.

No caso de Museus, Parques e Zoológicos, ressalta-se que além das adaptações padrões, poderão desenvolver materiais sensoriais adaptados para atendimentos de deficiências visuais sensoriais, tais como maquetes, brinquedos, pranchas táteis, jogos e réplicas (MTur, 2009).

CARVALHO *et al.* (2009) comenta que apesar da sociedade estabelecer que as pessoas com deficiência devam ter acesso às condições de igualdade no que

tange à sua mobilidade física, obrigatoriedade prevista em leis e normas, é necessário a ressalva de que cada deficiência possui características próprias e necessidades especiais que, segundo a autora, estão relacionadas ao contexto social em que a pessoa está inserida.

2.4 DEFICIÊNCIA VISUAL: Conceituação e Caracterização

Segundo a Organização Mundial da Saúde – OMS, 10% da população mundial apresenta algum tipo de deficiência. No Brasil, de acordo o último censo, realizado em 2000 pelo IBGE, 14,5% da população tem alguma deficiência e dentro desta porcentagem 48,1% apresenta deficiências visuais. No Paraná, segundo o Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Curitiba – IPPUC (2010), 849.982 pessoas são incapazes ou possuem alguma ou grande dificuldade permanente de enxergar, destas 47.517 residem em Curitiba.

O termo deficiência visual engloba pessoas cegas e com baixa visão, também referenciadas em alguns documentos por visão subnormal. Entretanto segundo Ventorini (2009), os especialistas preferem utilizar o termo baixa visão por acreditarem que ele minimiza o preconceito que o termo visão subnormal pode provocar. A deficiência visual deve ser interpretada em diversas categorias, tendo em vista que o grau de perda da visão é subjetivo e revela-se de modo diferente entre as pessoas.

A cegueira compreende uma acuidade visual (medida de nitidez da visão para o reconhecimento de pormenores a uma determinada distância) inferior a 0,05 ou um campo visual (distância angular em torno de um ponto fixo quando se olha a direito) inferior a 10° e pode ainda ser parcial quando verificada em apenas um olho ou resultar num daltonismo, quando a visão não reconhece cores, sobretudo as primárias (azul, amarelo e vermelho) (Martins, 2008).

A baixa visão, de acordo com Martins (2008), ainda subdivide-se em duas categorias: baixa visão moderada (com acuidade visual variando entre 0.03 e 0.1) e baixa visão severa (acuidade visual de 0.01 a 0.05). Quando a acuidade visual é

afetada, a percepção de imagens acontece com fraca nitidez e baixo contraste. Consequentemente, a percepção de aspectos minuciosos acaba sendo comprometida, afetando, por exemplo, na leitura de caracteres de livros, legendas de vídeos ou placas.

As pessoas com visão subnormal podem utilizar auxílios ópticos para distância e para leitura, levando a uma melhora da acuidade visual e, portanto, a um melhor aproveitamento da visão residual, enquanto o deficiente visual que é considerado cego depende da leitura por meio do sistema Braille e de gravações auditivas. (SARRAF, 2006, p. 02).

De acordo com VENTORINI (2009, p. 15), a identificação das pessoas com deficiência visual baseia-se no diagnóstico oftalmológico e consiste na “acuidade visual medida pelos oftalmologistas”. A acuidade visual é definida como “a capacidade de discriminação de formas”, sendo que a pessoa com baixa acuidade visual “apresenta dificuldades para perceber formas, seja de perto, de longe ou em ambas as situações”.

A autora aponta que atualmente, quanto à definição de cegueira, além do diagnóstico médico, “o conceito centra-se na capacidade visual apresentada pelo sujeito depois de aplicados todos os métodos de tratamento cirúrgico e correções ópticas possíveis”.

A cegueira pode manifestar-se desde a ausência total de visão até a perda da projeção de luz e cujo processo de aprendizagem ocorre por meio dos sentidos do tato, audição, olfato e paladar e que utilizam o sistema braille (código ou meio de leitura e escrita das pessoas cegas, criado em 1825, por Louis Braille) como principal meio de comunicação escrita (VENTORINI, 2009, p. 16).

Neste sentido, LORA (2003, p. 59) afirma que o fato das pessoas perceberem boa parte da realidade à sua volta por meio do sentido da visão, não significa que as pessoas com deficiência visual estejam impossibilitadas de conhecer e se relacionar com o mundo. Estas utilizam de outras percepções sensoriais, como a audição que envolve as funções de “ecolocalização, localização dos sons, escutar seletivamente e sombra sonora”; o “sistema háptico ou tato ativo”; a sinestesia; a memória muscular; o “sentido vestibular ou labiríntico”; o olfato e o aproveitamento máximo de qualquer grau de visão que a pessoa possa ter.

A forma como as pessoas com deficiência visual utilizam os sentidos para perceber o mundo exterior é a principal diferença que as distingue das pessoas normo-visuais. Uma vez que a percepção visual não lhes é acessível, estamos a falar de uma experiência sensorial do mundo qualitativamente diferente, não de ordem quantitativa, dado que as pessoas deficientes visuais organizam de forma própria os quatro sentidos que dispõe, tirando o maior partido deles, de modo a obterem uma informação bastante precisa do mundo que as rodeia. (MARTINS, 2008, p.17).

Evidencia-se neste sentido a necessidade de se pensar e proporcionar condições adequadas de acessibilidade que respeitem as particularidades de cada tipo de deficiência.

2.4.1 Acessibilidade para Pessoas com Deficiência Visual

Masini (2007), afirma que a construção do cotidiano acontece através de nossas percepções que vão se fazendo por meio de ações e explorações daquilo que nos rodeia. As habilidades de perceber, experimentar, organizar e compreender o mundo se dá através dos movimentos e interações com o universo arredor.

Observa-se que a formação da pessoa com deficiência visual, exige a compreensão das particularidades presentes à sua realidade social, assim como de seus direitos e das responsabilidades em relação à sua vida pessoal e comunitária.

MARTINS (2008, p. 17), ressalta que apesar do mundo exterior ser o mesmo para todos, o “mundo interior da pessoa deficiente visual difere do mundo interior da pessoa normo-visual, visto que os sistemas de conexão utilizados com o exterior também são diferentes”.

As sensações gustativas, olfativas, táteis e sonoras, assumem um nível de protagonismo mais elevado nas pessoas com deficiência visual. Logo, a qualidade da informação que adquirem através destes sentidos é mais relevante em relação à da pessoa normo-visual, que está acostumada a perceber o mundo exterior através do sentido da visão, “sem utilizar e potencializar as restantes fontes de informação também complementares a percepção” (MARTINS, 2008, p. 17).

Neste contexto, um dos principais entraves no que diz respeito à acessibilidade para pessoas com deficiência visual, pauta-se no fato de que, como

afirma MASINI (2007, p. 20), vivemos em uma sociedade na qual há uma predominância na utilização do sentido da visão.

Para nós, que dispomos da visão, a predominância desse sentido está tão arraigada que nos tornamos desatentos ao fato de que criamos linguagem visual para descrever o que nos cerca. Assim, vivendo em uma cultura de videntes, pela familiaridade e senso comum, a predominância da visão e de suas representações passa despercebida, ocultas pelo hábito, da mesma forma que a prevalência na linguagem de uma terminologia própria do que é visual.

Atualmente existem várias tecnologias e equipamentos para promover a acessibilidade a pessoas com deficiência e que são facilitadores para um bom atendimento, como por exemplo: Placas em braille para elevadores, sanitários e corrimãos; Mapas táteis personalizados; Pisos táteis de borracha e cimento; Cardápios em Braille e tinta; Lupas de mão e lupa eletrônica; Teclados de computador com símbolos ampliados; Material em Braille; Bengalas, entre outros.

É evidente que proporcionar condições adequadas de acessibilidade para pessoas com deficiência visual, exige primeiramente que as necessidades decorrentes de limitações visuais não sejam ignoradas, negligenciadas ou confundidas com concessões ou necessidades fictícias. Em suma, é necessário não se apoiar exclusivamente de imagens e apelos visuais no que diz respeito à linguagem, a comunicação e demais formas de expressão cultural ou artística, revendo estas práticas convencionais, a fim também de “conhecer, reconhecer e aceitar as diferenças como desafios positivos e expressão natural das potencialidades humanas” (SÁ *et al.*, 2007, p. 14).

Como comentado anteriormente, apesar do aumento de incentivos e facilidades para se viajar e da oferta de espaços públicos de lazer, ainda há uma parcela da população que encontra dificuldades de acesso aos locais de lazer e turismo.

SANTOS e FRATUCCI (2009) destacam que no turismo, o tema acessibilidade tem sido aprofundado nas últimas décadas, sendo recentes as publicações que abrangem o tema, embora este tenha sido discutido com maior frequência em grupos de trabalhos em eventos acadêmicos e científicos.

2.5 TURISMO E ACESSIBILIDADE

Partindo da reflexão sobre os motivos pelas quais o turismo assume a referência como um campo privilegiado para a promoção do desenvolvimento social, devido ao potencial inclusivo e democratizante da atividade, Rua (2006, p. 17) afirma que “o turismo pode contribuir decisivamente para o desenvolvimento sustentável e para a inclusão social porque agrega um conjunto de dimensões favoráveis à solidariedade e à integração social”.

Segundo a autora isto se deve, primeiramente, pela própria natureza da atividade turística, que opera pela ruptura do isolamento, provocando o contato entre diferentes culturas e ocasionando interações de múltiplos e variados atores. Proporcionando este contato, a atividade propicia o conhecimento e a valorização de determinados ambientes e comunidades, estimulando o respeito e o interesse pela sua preservação.

Como observado anteriormente, por seu caráter multidisciplinar e essencialmente cultural, a atividade turística revela-se como uma atividade capaz de reduzir distâncias sócio-culturais e promover o intercâmbio de relações para abreviar as disparidades sociais e econômicas (Oliveira, 2005), o que também proporciona ao turismo uma condição de instrumento para a inclusão social.

Neste sentido, PELEGRINI FILHO (2000, p. 05) destaca a importância do turismo cultural “como um turismo de integração entre povos, educativo, promovedor de inclusão social e, por isso, sustentável”.

Turismo Acessível é, portanto, o termo técnico para definir a “possibilidade e condição do portador de deficiência alcançar e utilizar, com segurança e autonomia, edificações e equipamentos de interesse turístico” (MTUR, 2009, p. 27).

A acessibilidade na atividade turística também pode ser entendida inclusive como uma diretriz do segmento de Turismo Social, já que este, na visão do MTUR (2005, p. 04), trata-se de uma forma de conduzir e praticar a atividade turística, “visando promover a igualdade de oportunidades, sem discriminação, acessível a todos, de maneira solidária, em condições de respeito e sob os princípios da

sustentabilidade e da ética”. Deste modo, as premissas do Turismo Social “perpassam transversalmente todos os segmentos ou tipos de turismo, como forma de se promover a inclusão pela atividade turística”.

A menção à inclusão social remete ao contrário, a exclusão. Frequentemente confundida como a desigualdade, a exclusão deve ser corretamente entendida como a negação parcial ou total da incorporação de grupos sociais à comunidade política e social. É dessa maneira, que formal ou informalmente, são negados a esses grupos os direitos de cidadania, como a igualdade perante a lei e as instituições públicas e o seu acesso às oportunidades sociais – de estudo, de profissionalização, de trabalho, de cultura, de lazer, de expressão etc. – é impedido ou obstaculizado. (RUA, 2006, p. 20)

O Artigo 2º do Código Mundial de Ética do Turismo dispõe que as atividades turísticas além de respeitar a igualdade entre homens e mulheres, “devem tender a promover os direitos humanos e especialmente os direitos particulares de grupos, especialmente crianças, idosos, deficientes, minorias étnicas e os povos autóctones” (BOITEUX, 2003, p. 113).

De acordo com as recomendações do MTUR (2008, p. 38), os atrativos turísticos devem estar acessíveis quanto aos seguintes aspectos:

Espacial (localização, acesso, sinalização, informação).
Temporal (datas e horários possíveis de desfrute).
Econômico (preços e tarifas para o desfrute).
Psicológico, afetivo e intelectual (relacionado à forma como o atrativo pode ser contextualizado e apreciado completamente no seu contexto).

Neste sentido, Menezes *et al.* (2009) contextualiza os tipos existentes de barreira à realidade da atividade turística, sendo estas: as Barreiras Atitudinais, quando pessoas com poder de decisão acomodam-se e não tomam medidas com vistas para uma demanda turística com direitos igualitários; Barreiras Comunicacionais, caracterizada pela falta de intérpretes em linguagem Libras, ausência de sinalização em braile e falta de informação adequada nos atrativos e infra-estruturara de apoio turístico.

As Barreiras Instrumentais são aquelas que estão instaladas nos equipamentos turísticos e não contemplam as limitações físicas e psíquicas de pessoas com deficiência, não permitindo a estes o usufruto de tais equipamentos de modo independente e autônomo; as Barreiras Arquitetônicas em particular impedem

o direito de ir e vir a qualquer local, turístico ou não, tais como de educação, saúde, ao lazer, ao trabalho, trazendo, segundo a autora, graves consequências financeiras e principalmente psicológicas a pessoa, baixando sua auto-estima.

Nesta perspectiva, segundo Sassaki (2003), o processo de inclusão social acontece quando a sociedade é ajudada a modificar seus sistemas de lazer e turismo para que todas as pessoas, com ou sem deficiência, possam participar juntas e ativamente de suas atividades nos mesmos locais, desfrutando de momentos de lazer em ambientes comuns.

2.5.1 Acessibilidade em Museus

Como observado, a acessibilidade é garantir que todos exerçam seus direitos de ir e vir, de acesso ao transporte, à comunicação, à educação, ao trabalho e ao lazer. Neste sentido, qualquer que seja o estabelecimento – turístico, comercial etc. – deve possuir adaptações de modo que todos os turistas, com ou sem deficiência, possam usufruir com independência, autonomia e dignidade de forma coletiva ou individual.

Os dados apresentados anteriormente indicam que as pessoas com deficiências visuais representam uma parcela significativa da população – parcela esta que, de acordo com SARRAF (2006, p. 01), “a cada dia vem se inserindo de maneira mais ativa na sociedade, requisitando que os serviços e produtos oferecidos também privilegiem suas características comunicativas, perceptivas, expressivas, entre outras”.

Entretanto, como ressalta a autora (2006) a utilização predominante da comunicação visual nos museus faz com que este público enfrente maiores dificuldades de usufruir do patrimônio existente nestes espaços do que qualquer outro público.

CAMISÃO (2006, p. 335) prevê que as soluções destinadas à eliminação, redução ou superação de barreiras na promoção da acessibilidade a todos os bens culturais imóveis devem estar de acordo com o que estabelece a Instrução

Normativa n.º 1 do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN, de 25 de novembro de 2003.

Na cruzada para atrair o turista, os museus mais importantes contam com exposições temporárias, constantemente renováveis; pessoal treinado para atender diferentes segmentos do público (crianças, idosos, grupos, deficientes, etc.); ingressos promocionais; publicações impressas em vários idiomas; e divulgação das atividades por meio de campanhas publicitárias. (GOMES, 2003, p. 27).

Conforme apresentado anteriormente quanto à legislação, as recomendações de acessibilidade para pessoas com deficiência visual em Museus, Parques e Zoológicos, o MTur (2009) ressalta que além das adaptações padrões previstas em lei para edifícios públicos, estes estabelecimentos poderão desenvolver materiais sensoriais adaptados para atendimento de deficiências sensoriais, tais como maquetes, brinquedos, pranchas táteis, jogos e réplicas.

O Mtur (2008) aponta que no caso dos museus e centros de cultura a interpretação serve-se de várias artes e tecnologia, como o desenho, a fotografia, a arte gráfica, a informática e a robótica, para exibir, valorizar e enriquecer lugares e objetos;

Museus e centros de cultura, [...] têm promovido uma verdadeira revolução na apresentação de acervos de forma dinâmica e interativa, interpretando-os com meios que dão movimento, imagem, som e até cheiro, levando os visitantes a “experenciarmos” paisagens, tecnologias, usos e costumes de épocas passadas e presentes. (MTur, 2008, p. 39)

De acordo com o Código de Ética para Museus, elaborado pelo ICOM (2004, p. 09), “a autoridade de tutela deve assegurar que o museu e seu acervo sejam acessíveis a todos durante horários aceitáveis e períodos regulares; Atenção diferenciada deve ser dada aos portadores de necessidades especiais”.

Ressalta-se novamente de que a “igualdade social pressupõe garantir a acessibilidade a todos, independentemente das diferenças, e entender a diversidade como regra e não como exceção” (MTUR, 2009, p. 09).

SARRAF (2008, p. 26) afirma que,

Praticar a inclusão nas instituições culturais pressupõe o desenvolvimento de novas estratégias de mediação, nas quais todos os sentidos inerentes à

percepção de seus visitantes sejam envolvidos. A linguagem dos museus é regida pela cultura ocidental, em que predomina a exploração visual, o que leva os visitantes a uma relação superficial com os conteúdos das exposições.

Esta perspectiva é confirmada por MARTINS (2008, p. 17) que destaca a importância de utilizar-se todos os sentidos, e não se pautar apenas no visual, ao se explorar o universo exterior e afirma que “[...] no campo das artes visuais unir num todo a diversidade de opiniões e de percepções acerca de uma obra é, com certeza, uma forma de alcançarmos uma análise mais completa da mesma”.

Neste sentido, atentos à necessidade de melhorias nas condições de acessibilidade dos museus, alguns espaços têm investido em adaptações em suas instalações e atendimento especializado, através, por exemplo, da utilização de recursos tecnológicos.

2.5.2 Exemplos de Boas Práticas de Acessibilidade em Museus

De acordo com TOJAL (2007, p. 81),

Aos museus, bem como a todas as instituições culturais, cabe também estar em sintonia com o pensamento contemporâneo de respeito e reconhecimento da diversidade cultural e social trabalhando a favor não somente da comunicação de seus objetos culturais, sob um ponto de vista multicultural, como também contribuindo para a democratização cultural por meio dos processos de inclusão social.

Em sua tese de doutorado, a autora supracitada, relata como importantes museus da Europa desenvolveram condições mais adequadas de participação do público com deficiência visual em seus espaços.

Dentre os exemplos, destaca-se o Museu Rodin, em Paris, credenciado como instituição de Turismo para Deficientes na França, e que possui uma programação específica para o atendimento do público com deficiência visual, mental e auditiva. Em sua programação de atividades constam visitas agendadas à exposição do acervo, incluindo atividades em ateliê com a modelagem em argila ou gesso

(FIGURA 03); visitas táteis ao acervo, individuais ou em grupo, para pessoas com deficiências visuais, abordando temas específicos da produção do artista.



FIGURA 03: Oficina de modelagem em argila para alunos com deficiência no Museu Rodin (Paris)
Fonte: TOJAL (2007, p. 124)

Outro exemplo é o *Museo Tifológico* da ONCE – Organización Nacional de Ciegos Españoles, localizado em Madrid /Espanha e inaugurado em 1992, que foi totalmente projetado para atender as especificidades do público com deficiência visual.

Sua estrutura está dividida em três áreas principais: *Salas de Reproducciones Monumentos*, com a reprodução em maquetes táteis de alguns dos principais monumentos arquitetônicos da humanidade (FIGURA 04); as *Salas de Obras de Artistas Ciegos y Deficientes Visuales* (FIGURA 05), com a exposição de obras, como esculturas e pinturas, de artistas com deficiência visual; e a *Sala de Material Tifológico* (FIGURA 06), que tem como objetivo mostrar ao público como e através de quais meios as pessoas com deficiência visual expressam-se, comunicam-se e resolvem os problemas cotidianos.



FIGURA 04 – Sala de Reproducciones de Monumentos Nacionales do Museo Tiflológico (Madrid/Espanha)

FONTE: ANACHORETA, H. (2009). Disponível em: <
<http://picasaweb.google.com/lh/photo/EzBt21XN3Zy-BwZAE4NHdw>> Acesso em 23 out. 2010.

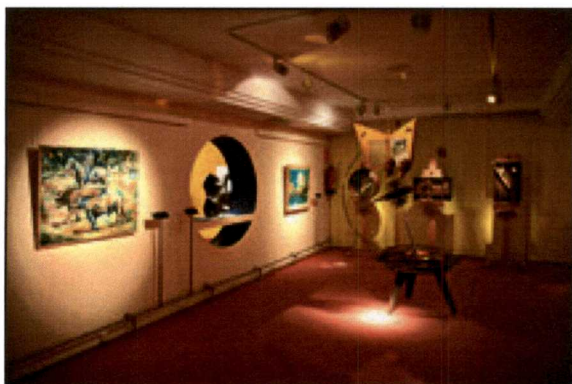


FIGURA 05 – Sala de Obras de Artistas Ciegos y Deficientes Visuales do Museo Tiflológico (Madrid/Espanha)

FONTE: ONCE (2010). Disponível em: <
<http://museo.once.es>> Acesso em 23 out. 2010.



FIGURA 06 – Sala de Material Tiflológico do Museo Tiflológico (Madrid/Espanha)

FONTE: ONCE (2010). Disponível em: <
<http://museo.once.es>> Acesso em 23 out. 2010.

Quanto aos exemplos de acessibilidade em museus brasileiros, de acordo com dados apresentados pela Rede de Informação de Acessibilidade em Museus – RINAM em seu site, já há atualmente no Brasil alguns museus que fizeram alterações em sua estrutura a fim de melhor atender o público com deficiência visual.

Entre estes, destaca-se o exemplo da Pinacoteca do Estado de São Paulo, através de seu Programa Educativo Público Especiais, um trabalho voltado para

grupos especiais, composto por pessoas com limitações sensoriais, físicas e mentais, e também por grupos inclusivos compostas por pessoas com e sem essas limitações, que tem como objetivo possibilitar a acessibilidade física e sensorial aos espaços expositivos, oferecendo também atendimento especializado a esse público alvo.

Os atendimentos especializados têm por objetivo estimular e facilitar a compreensão e a fruição de obras de arte pertencentes à exposição de maneira não somente visual, mas também multissensorial, possibilitando a percepção e o conhecimento da arte por meio de outros sentidos como o tátil, o olfativo, sonoro, o cinestésico, etc.

Para esses atendimentos, são realizadas visitas orientadas por educadores ao acervo da Pinacoteca que organizam percursos multissensoriais nos quais o público especial, de acordo com as suas necessidades, poderá participar de atividades de exploração tátil de obras tridimensionais originais, bem como a exploração visual e multissensorial de obras bi e tridimensionais intermediadas por materiais didáticos especialmente elaborados para este fim como: reproduções em relevo de obras de arte, jogos sensoriais, maquetes táteis com a localização e arquitetura do museu e publicações em tinta e braile.



FIGURA 07: Apreciação tátil da escultura original Guanabara, de Alfredo Ceschiatti, na Pinacoteca de São Paulo

Fonte: TOJAL (2007, p. 108)

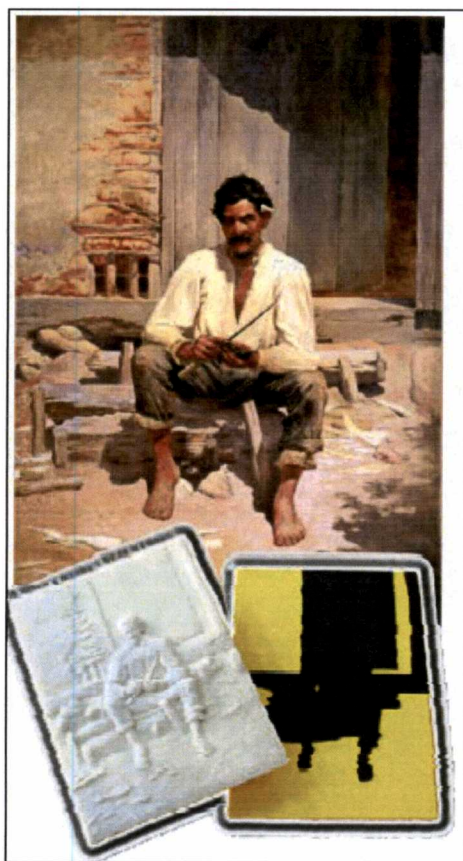


FIGURA 08: Reprodução em relevo de obra de arte. (Pinacoteca de São Paulo)
Fonte: TOJAL (2007, p. 110)

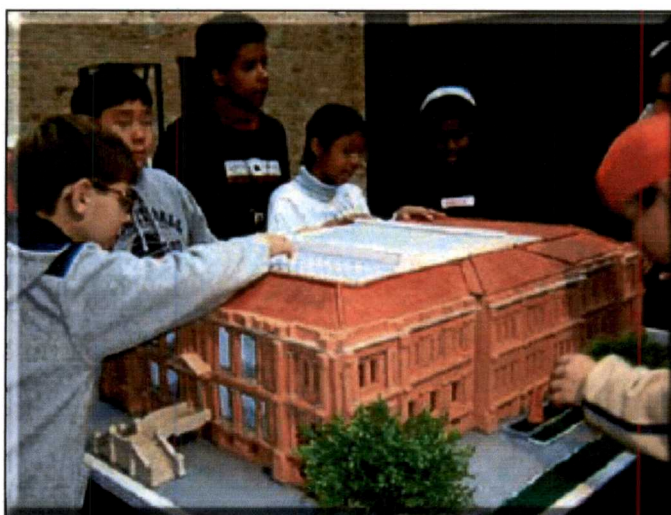


FIGURA 09: Maquetes visuais e táteis de reconhecimento do edifício da Pinacoteca e seus arredores (Pinacoteca de São Paulo)
Fonte: TOJAL (2007, p. 112)

Outros exemplos podem ser citados, localizados em sua maioria no município de São Paulo, como o Museu do Instituto Biológico, que dispõe de *kits* de peças

táteis, maquetes táteis e esquema tátil de um formigueiro; o Museu de Geociências da Universidade de São Paulo – USP, com peças táteis, maquetes de formações rochosas táteis, recursos auditivos para visitantes deixarem sugestões (gravador áudio e máquina braille) e visitas especializadas.

O Museu da Casa Brasileira, na qual algumas peças foram selecionadas e reproduzidas em miniatura, de forma a permitir o conhecimento através da manipulação (o museu fornece luvas para que os visitantes possam tocar o mobiliário que compõe seu acervo permanente) (FIGURA 10), disponibilização de folder com informações em braille e a uma maquete do solar.



FIGURA 10: Manuseio de mobiliário por visitantes do Museu da Casa Brasileira (São Paulo)

FONTE: Museu da Casa Brasileira. Disponível em: <http://www.mcb.sp.gov.br/mcbText.asp?sMenu=P006&sOrdem=1> Acesso em 23 out. 2010.

O Museu Casa de Portinari, também localizado em São Paulo, oferece visitas monitoradas para atender o público com deficiência física, sensorial e mental, e dispõe de recursos como maquete tátil com a arquitetura do museu, textos informativos em tinta e Braille, áudio-guia para cegos, réplicas táteis de obras bi e tridimensionais, réplicas táteis de móveis e ambientes e o uso de jogos, quebra-cabeças e detalhes de obras.

Em suma, apesar das pessoas com deficiência terem seus direitos presentes em declarações, leis, normas e documentos públicos nacionais e internacionais, no Brasil, como ressalta SARRAF (2008, p. 103), tais garantias permanecem atreladas ao poder das lideranças sociais que as colocam em prática de acordo com seus interesses, fazendo com que a significativa parcela, de aproximadamente 25 milhões de brasileiros, dependa da vontade política e momentos favoráveis para exercer sua cidadania.

Neste sentido, mesmo com o aumento no número de iniciativas e projetos que visem melhor atender as pessoas com deficiência, destaca-se a importância da discussão da função dos museus como um agente de desenvolvimento social, tendo como responsabilidade responder a questões como a do acesso ao patrimônio preservado pelos museus a diferentes públicos.

Lembrando-se também da utilização destes espaços como componentes da oferta turística, ressalta-se o papel do turismo em fazer da atividade uma possibilidade de acesso e democratização ao lazer e à cultura.

3. METODOLOGIA

Segundo Dencker (1998, p. 21) “o método especifica o procedimento a ser seguido na busca do conhecimento”, podendo ser definido como um conjunto de regras ou critérios que servem de referência no processo de busca da explicação ou da elaboração de previsões em relação a questões ou problemas específicos, sendo três elementos que formam a base da investigação científica e que caracterizam o conhecimento como ciência: a teoria, o método e a técnica.

3.1 TIPO DE PESQUISA

A fim de atingir os objetivos propostos será utilizada a pesquisa exploratória e a descritiva, sendo a pesquisa exploratória, na definição de GIL (1991, p. 45) aquela que tem como objetivo “proporcionar maior familiaridade com o problema, com vista a torná-lo mais explícito ou a construir hipóteses”, envolvendo em sua maioria: “levantamento bibliográfico; entrevistas com pessoas que tiveram experiências práticas com o problema pesquisado; e análise de exemplos que “estimulem a compreensão”.

Segundo DENCKER (1998, p. 58) “a pesquisa exploratória procura aprimorar idéias ou descobrir intuições”, caracterizada por possuir um planejamento flexível envolvendo em geral “levantamento bibliográfico, entrevistas com pessoas experientes e análise de exemplos similares”.

A pesquisa descritiva possui como “objetivo primordial a descrição das características de determinada população ou fenômeno ou, então, o estabelecimento de relação entre as variáveis” (GIL, 1991, p. 46), sendo uma das características mais significativas a utilização de técnicas padronizadas de coletas de dados, como o questionário e a observação sistemática.

3.2 TÉCNICAS DE PESQUISA

Com base nos procedimentos anteriormente expostos (Gil, 1991), comuns à pesquisa exploratória, primeiramente se realizará uma investigação bibliográfica e documental a fim de construir o marco teórico com os conceitos pertinentes à temática desta pesquisa.

A pesquisa bibliográfica é “desenvolvida a partir de material já elaborado, construído principalmente de livros e artigos científicos” (GIL, 1991, p. 48) e a documental “vale-se de materiais que não receberam ainda um tratamento analítico, ou que ainda podem ser reelaborados de acordo com os objetos da pesquisa” (GIL, 1991, p. 58).

No entendimento de DENCKER (1998, p. 37) para realizar a pesquisa bibliográfica e documental, o pesquisador deve procurar todas as informações existentes acerca do assunto que pretende estudar, “levantando material referente a casos semelhantes, estudos teóricos sobre as variáveis envolvidas e propostas de modelos sobre a realidade”. Este levantamento permite um grau de amplitude maior, economia de tempo e possibilita também o levantamento de dados históricos.

Neste contexto, o marco teórico abrangerá a conceituação e contextualização acerca do turismo e sua interrelação com a cultura, tanto na forma do segmento de turismo cultural quanto da utilização turística do patrimônio histórico e cultural, com destaque para os museus. No que diz respeito ao conceito de acessibilidade, o objetivo será de caracterizar a mesma com base na legislação vigente e demais estudos, com foco especial à deficiência visual, contextualizando a acessibilidade na atividade turística.

Segundo GIL (1991, p. 90) para a coleta de dados nos levantamentos são utilizadas “as técnicas de interrogação: o questionário, a entrevista e o formulário”. [...] “qualquer que seja o instrumento utilizado, convém lembrar que as técnicas de interrogação possibilitam a obtenção de dados a partir do ponto de vista dos pesquisados”.

Deste modo, a fim de alcançar os objetivos propostos, também se realizará pesquisa em campo, para averiguar as condições de acessibilidade do Museu

Paranaense e seus arredores e o levantamento que consistirá na interrogação direta de um representante do museu e de instituições do município de Curitiba que atendem pessoas com deficiência visual.

3.3 COLETA DE DADOS

Primeiramente, baseado na legislação correspondente ao tema, abordada inicialmente no marco teórico, em especial ao previsto no Decreto Federal n.º 5296/2004 e NBR 9050:2004, e nas orientações quanto ao mapeamento, planejamento e bem atender para um turismo acessível nos destinos turísticos, propostos pelo Mtur (2009), será elaborado um formulário, que servirá como um roteiro de inspeção na pesquisa de campo, a fim de registrar as condições de acessibilidade do Museu Paranaense e seus arredores.

Além do preenchimento do formulário, será realizada a análise das condições de acessibilidade por meio do registro fotográfico e entrevista com um representante do Museu Paranaense.

Com o objetivo de averiguar se as pessoas com deficiência visual visitam os museus do município de Curitiba e identificar os fatores determinantes para que este público visite ou não um museu, será utilizado como técnica de pesquisa, o levantamento através de entrevistas estruturadas com os representantes de associações e institutos do município de Curitiba voltados ao atendimento deste público. A entrevista estruturada, de acordo com GIL (1991), é desenvolvida a partir de uma relação fixa de perguntas.

As pesquisas deste tipo caracterizam-se pela interrogação direta das pessoas cujo comportamento se deseja conhecer. Basicamente, procede-se à solicitação de informações a um grupo significativo de pessoas acerca do problema estudado para, em seguida, mediante análise quantitativa, obterem-se as conclusões correspondentes aos dados coletados. (GIL, 1991, p. 56).

Para aplicação das entrevistas será adotada a amostragem não-probabilística, que segundo Dencker (1998) tem como pressuposto o bom senso do

pesquisador para escolha de seus informantes, tanto no que se refere à quantidade das informações coletadas quanto à qualidade das mesmas.

Foram escolhidos para a aplicação das entrevistas, os representantes das instituições: Instituto Paranaense de Cegos, Associação Feminina de Amparo ao Deficiente e Recém Nascido – AFAN, Centro Regional de Atendimento Integrado ao Deficiente – CRAID, Associação dos Deficientes Visuais do Paraná – ADEVIPAR e a Fundação de Assistência à Criança Cega – FACE.

A aplicação destas entrevistas permitirá caracterizar a acessibilidade no museu na perspectiva dos principais afetados pelo problema, pois como ressalta Gil (1991) essas técnicas mostram-se bastante úteis para a obtenção de informações acerca do que a pessoa sabe, crê ou espera, sente ou deseja, pretende fazer, faz ou fez, bem como a respeito de suas explicações ou razões quaisquer das coisas precedentes.

Cabe ressaltar que DENCKER (1998, p. 137) define a técnica da entrevista como “[...] uma comunicação verbal entre duas ou mais pessoas, com um grau de estruturação previamente definido, cuja finalidade é a obtenção de informações de pesquisa”, esta pode ser estruturada (com perguntas determinadas) ou semi-estruturada (permite maior liberdade do pesquisador).

Como apresentado anteriormente, a escolha da entrevista como instrumento de coleta de dados, justifica-se pelo fato de que, segundo Gil (1991) é dentre as técnicas de interrogação, a que apresenta maior flexibilidade e pode ser aplicável a pessoas que não sabem ler ou escrever, além de possibilitar o auxílio ao entrevistado com dificuldade para responder, bem como a análise do seu comportamento não verbal.

3.3.1 Construção do Instrumento de Coleta dos Dados

De acordo com DENCKER (1998, p. 91), no procedimento de construção do instrumento de coleta de dados deve-se considerar: o tipo de entrevista (estruturada, semi-estruturada ou mista); o objetivo da entrevista; as fontes utilizadas para

determinação dos tópicos a serem considerados nas entrevistas estruturadas; o número aproximado de entrevistados e o perfil dos entrevistados.

Para GIL (1991, p. 93), “a estratégia para a realização de entrevistas em levantamento deve considerar duas etapas fundamentais: a especificação dos dados que se pretende obter e a escolha e formulação das perguntas”.

O questionário a ser utilizado como roteiro da entrevista dos representantes de instituições de Curitiba que atendem pessoas com deficiência visual (APÊNDICE 01) será composto por quatro partes. A primeira visa à identificação do entrevistado, a segunda e a terceira partes buscam caracterizar as pessoas atendidas pela instituição e a última parte tem como objetivo identificar as ações da instituição quanto à promoção de atividades de lazer e recreação, incluindo visitas a museus e as observações acerca da acessibilidade nos locais visitados.

Quanto à entrevista com o representante do Museu Paranaense, será utilizado um questionário baseado no modelo do Questionário ao Empreendedor – Turismo Acessível (Mtur, 2009). O questionário (APÊNDICE 02) está dividido em duas partes, sendo a primeira a identificação do entrevistado e a segunda relacionada ao levantamento da acessibilidade do museu na perspectiva do entrevistado.

Para a pesquisa de campo a fim de averiguar as condições de acessibilidade do Museu Paranaense e seus arredores, serão utilizados dados propostos pelo Roteiro de Inspeção – Mapeamento da Acessibilidade (Anexo 01), elaborado pelo MTur no volume II do caderno Turismo Acessível.

Além deste, serão observados os presentes itens específicos para proporcionar a acessibilidade da pessoa com deficiência visual: placas em Braille para elevadores, sanitários e corrimãos; mapas táteis de borracha e cimento; pisos táteis de borracha e cimento; cardápios e demais materiais em Braille, entre outros.

3.3.2. Tabulação e Interpretação dos Dados

Concluída a fase de coleta dos dados, os mesmos serão tabulados e organizados de forma a subsidiar o processo de análise e interpretação para embasar a construção do projeto.

Para resumir os dados coletados na investigação desenvolvida com a aplicação de entrevistas será utilizada a descrição tabular.

A partir da aplicação do formulário de inspeção das condições de acessibilidade do Museu Paranaense e seus arredores, será elaborado um relatório de análise da acessibilidade geral e específico à deficiência visual, com base no modelo de relatório de diagnóstico de acessibilidade proposto pelo MTUR (2009, p. 24), apresentado a seguir:

MODELO DE RELATÓRIO DE DIAGNÓSTICO DE ACESSIBILIDADE	
Diagnóstico de Acessibilidade – Setor:	
Estabelecimento	Descrever
Endereço	Descrever
Contato	Quem
Responsáveis	Quem
Data da Pesquisa	
Introdução sobre a edificação analisada	Descrever utilizando fotos onde a edificação está localizada e suas características, como número de pavimentos etc.
Avaliação da acessibilidade externa à edificação e o seu entorno	Descrever utilizando fotos, a análise técnica das condições de acessibilidade da calçada, passeio, faixa elevada, tipo de piso, piso tátil, rebaixamento de calçada, inclinações, subsolo, mobiliário urbano e estacionamento.
Avaliação da acessibilidade interna	Descrever utilizando fotos, a análise técnica das condições de acessibilidade do estacionamento, entrada, saídas, circulação horizontal, circulação vertical, tipo de pisos, áreas de rotação, área de aproximação, escadas fixas, degraus, rampas, corrimãos, elevadores, plataformas, portas, janelas, dispositivos, maçanetas, sanitários, vestiário, mobiliário interno, comunicação e sinalização.
Avaliação do receptivo e atendimento ao visitante (se for o caso)	Descrever se a empresa recebe pessoas com deficiência.
Recomendações para adaptação	Gerar diretrizes para o programa de necessidades, que indicará as soluções em conformidade com a NBR 9050:2004, e resoluções municipais.

Quadro 01 – Modelo de Relatório de Diagnóstico de Acessibilidade – Ministério do Turismo
Fonte: MTUR (2009, p.24)

4. ANÁLISE DOS RESULTADOS DA PESQUISA

4.1 ANÁLISE DOS DADOS COLETADOS

Conforme proposto na metodologia, a coleta de dados desta pesquisa foi dividida em duas etapas. A primeira consistiu na aplicação de entrevistas com representantes de instituições do município de Curitiba que atendem pessoas com deficiência visual.

Ao todo foram realizadas cinco entrevistas com representantes das seguintes instituições:

1. Instituto Paranaense de Cegos:

O Instituto Paranaense de Cegos - IPC está localizado na Avenida Visconde de Guarapuava, n.º 4186, no centro de Curitiba e se encontra em atividade há 71 anos. Fundado em 1939, a primeira entidade de assistências às pessoas com deficiência visual do Paraná.

Dentre seus objetivos, aponta-se: promover a concretização e promoção efetiva dos direitos das pessoas cegas e de baixa visão; incentivar e apoiar o aprimoramento e a capacitação das pessoas com deficiência visual; promover cursos de formação continuada para profissionais interessados nas questões da deficiência visual; apoiar e realizar ações voltadas para assistência social, educação reabilitação e habilitação, cursos de qualificação profissional, atividades desportivas, culturais e de lazer; ofertar Atendimento Educacional Especializado a alunos com deficiência visual matriculados no ensino regular; e oferecer os serviços de reabilitação visual.

2. Associação Feminina de Amparo ao Deficiente e Recém Nascido – AFAN:

A instituição localizada na Rua Gonçalves Dias, n.º 417, fundada em Março de 1969 e mantenedora da Escola de Educação Especial Professor Altair dos Santos Cavali, com o objetivo de atender pessoas com deficiência visual (cegueira e

baixa visão), independente da faixa etária, através dos seguintes programas: Educação Infantil Especializada – Educação Precoce/Essencial e preparação para alfabetização, Apoio Escolar, Itinerante, Orientação e Mobilidade e Estimulação Visual, dispondo também de atividades complementares como Braille, Sorobã, Digitação e Informática adaptada.

3. Centro Regional de Atendimento Integrado ao Deficiente – CRAID:

O CRAID é uma unidade da Secretaria de Estado da Saúde, criada em 1985, visando proporcionar qualidade de vida, integração psicossocial e a reabilitação. Entre os programas disponibilizados, conta com o de Estimulação Visual.

Em parceria com a Secretaria de Educação desenvolve o projeto para o atendimento a pessoas com baixa visão, funcionando como um centro de reeducação visual, atendendo especialmente crianças que têm dificuldades e não conseguem se integrar na escola regular.

A instituição está localizada na Rua do Rosário, n.º 144, no bairro São Francisco.

4. Fundação de Assistência à Criança Cega – FACE:

Fundada na década de 70, está localizada na Rua Holanda, n.º 881 no bairro Boa Vista. A entidade oferece apoio escolar e auxílio na reeducação visual para pessoas com deficiência visual, assim como apoio nas questões acerca de mobilidade e autonomia. Para tal, mantém a Escola de Educação Especial Boa Vista.

5. Associação dos Deficientes Visuais do Paraná – ADEVIPAR:

A associação, administrada em sua maioria por deficientes visuais, foi fundada em Maio de 1979, localiza-se na Rua Eurico Zytkevitz n.º 110 – Sítio Cercado e pauta seu trabalho principalmente na profissionalização de pessoas com deficiência visual, promovendo a formação, capacitação, colocação profissional e acompanhamento dos mesmos no mercado de trabalho.

A ADEVIPAR mantém a Escola de Educação Especial Professor Orlando A. Chaves, que atende em programas como apoio escolar, Braille, Orientação e

Mobilidade, cursos profissionalizantes, entre outros. A escola dispõe dos departamentos de Educação Física e Esporte; Sócio Artístico Cultural; Departamento de Profissionalização e Colocação Profissional e o de Previdência e Assistência Social.

A instituição também dispõe de uma Imprensa Braille com o objetivo de propiciar o acesso à informação por parte das pessoas com deficiência visual.

As entrevistas foram aplicadas pessoalmente, em visita às referidas instituições. O registro das respostas foi realizado por meio de um gravador de voz, e as mesmas foram transcritas e organizadas através de tabelas.

O objetivo destas entrevistas era obter um breve panorama das pessoas com deficiência visual atendidas por estas instituições e averiguar se as mesmas visitam ou não os museus do município de Curitiba e quais os fatores para que estes estejam adequados quanto à acessibilidade.

A segunda etapa consistiu na análise da acessibilidade do Museu Paranaense para pessoas com deficiência visual, através da aplicação de entrevista com um representante do museu e de visitas técnicas ao local, a fim de coletar dados e realizar registros fotográficos, mediante autorização prévia da administração do local.

Para auxiliar a coleta de dados durante a visita técnica, utilizou-se as orientações quanto ao mapeamento, planejamento e bem atender para um turismo acessível nos destinos turísticos, propostos pelo MTur (2009) e nas determinações e recomendações previstas na legislação, em especial no Decreto Federal n.º 5296/2004 e NBR 9050:2004.

Posteriormente, as anotações coletadas acerca das condições de acessibilidade do Museu Paranaense e arredores foram organizadas na forma de relatório de visita técnica e dispostas através de uma tabela.

4.1.1 Entrevistas com os representantes das Instituições

Os dados coletados por meio da aplicação das entrevistas foram dispostos através da descrição tabular a fim de facilitar a análise das informações coletadas. Para cada questão, organizou-se um resumo com as respostas dos representantes das cinco instituições – Instituto Paranaense de Cegos, AFAN, CRAID, ADEVIPA e FACE, possibilitando deste modo fazer um comparativo entre as mesmas.

1. Identificação	
1.1 Associação/Instituto	
1.2 Área de atuação, cargo e tempo de atuação	
Instituto Paranaense de Cegos	Elayne Fabrilli Adams – Assistente Social – Há sete meses na função. (Entrevista realizada no dia 25 de jul. 2010)
AFAN – Associação Feminina de Amparo ao Deficiente e Recém Nascido	Helena Kimiko Takahashi – Professora – Há 12 anos na Instituição, mas trabalha com deficiência visual desde 1990. (Entrevista realizada no dia 16 ago. 2010)
Centro Regional de Atendimento Integrado ao Deficiente - CRAID	Márcia de Fátima Pinheiro de Melo – Coordenação Visual – Na função há oito anos. (Entrevista realizada no dia 26 ago. 2010)
ADEVIPAR – Associação dos Deficientes Visuais do Paraná	Leomir Barbosa Bil – Diretor – Há cinco anos na função. (Entrevista realizada no dia 23 ago. 2010)
Fundação de Assistência à Criança Cega - FACE	Lilian Pires da Silva Lagos (Coordenadora de Materiais – 2 anos) e Marilana Rhecke Castilhos (Coordenadora Pedagógica – 4 anos) (Entrevista realizada no dia 17 ago. 2010)

TABELA 01 – Entrevista com Representantes das Instituições: Identificação do Entrevistado
FONTE: FERREIRA, M. R. (2010)

2. Instituição	
2.1 Quantas pessoas com deficiência visual a Instituição atende atualmente?	
Instituto Paranaense de Cegos	O Instituto trabalha atualmente como centro de referência para pessoas com deficiência visual e para todas as pessoas que buscam conseguir algum benefício, informação sobre a deficiência ou para fazer alguma atividade no Instituto. Atendemos por base de 250 a 300 pessoas.
AFAN	Na escola especial da Instituição - Centro de Atendimento Especializado Altair dos Santos Carvalho – Atendemos 35 alunos
CRAID	Em torno de 120 crianças na faixa etária de 0 a 6 anos e mais ou

	menos 140 pessoas a partir dos 6 anos.	
ADEVIPAR	25 alunos	
FACE	28 alunos.	
2.2 Qual a faixa etária assistida pela Instituição?		
☐ 0 a 12 anos ☐ 12 a 25 anos ☐ 25 a 60 anos ☐ Mais de 60 anos ☐ Todas as faixas etárias		
Instituto Paranaense de Cegos	(x) Todas as faixas etárias	
AFAN	(x) Todas as faixas etárias	
CRAID	(x) Todas as faixas etárias	
ADEVIPAR	(x) 12 a 25 anos (x) 25 a 60 anos (x) Mais de 60 anos OBS: Atendem alunos a partir dos 16 anos.	
FACE	(x) Todas as faixas etárias	
2.3 Qual o grau de escolaridade das pessoas atendidas pela Instituição?		
☐ Ensino Fundamental ☐ Ensino Médio ☐ Ensino Superior		
Instituto Paranaense de Cegos	(x) Ensino Fundamental (x) Ensino Médio (x) Ensino Superior	
AFAN	(x) Ensino Fundamental (x) Ensino Médio	
CRAID	(x) Ensino Fundamental (x) Ensino Médio	
ADEVIPAR	(x) Ensino Fundamental (x) Ensino Médio	
FACE	(x) Ensino Fundamental (x) Ensino Médio	
2.4 Dentre as pessoas atendidas pela Instituição, a porcentagem maior é de pessoas do sexo Masculino ou Feminino?		
Instituto Paranaense de Cegos	Sexo feminino.	
AFAN	Sexo masculino.	
CRAID	Sexo feminino.	
ADEVIPAR	Sexo masculino.	
FACE	Geralmente são 50% de cada, mas como há uma alta rotatividade é difícil dar um dado preciso.	

TABELA 02 – Entrevista com Representantes das Instituições: Perfil das pessoas atendidas pelas entidades

FONTE: FERREIRA, M. R. (2010)

De um modo geral, as instituições entrevistadas funcionam como um centro de apoio às pessoas com deficiência visual, oferecendo atendimento individualizado e orientações sobre reabilitação, adequação física e psicológica, orientação espacial e mobilidade, entre outros tópicos. Em sua maioria este atendimento ocorre através de aulas particulares.

As instituições atendem pessoas de todas as faixas etárias, com exceção da ADEVIPAR, na qual a faixa etária assistida é a partir dos 16 anos. Dentre estas, a porcentagem de pessoas do sexo feminino e masculino varia constantemente, tendo em vista a alta rotatividade no número de pessoas atendidas pelas instituições.

Referente ao grau de escolaridade das pessoas atendidas, todos os entrevistados apontaram que estes freqüentam atualmente, ou já completaram, o Ensino Fundamental e/ou Ensino Médio, tendo sido apontado também à incidência de analfabetos.

Tendo em vista, que a maioria dos atendimentos acontece de modo individualizado, em sessões particulares de aproximadamente 45 minutos, a maioria das instituições atende um número pequeno de pessoas (entre 25 e 35). Dentre as instituições, o Instituto Paranaense de Cegos e o CRAID são as que possuem sedes com infraestrutura apta a atender um número maior de pessoas, que de acordo com os entrevistados é superior a cem pessoas.

A alta rotatividade do número de pessoas atendidas pela instituição foi citada por quatro entrevistados (AFAN, CRAID, ADEVIPAR e FACE) e apontada por alguns representantes, em muitas situações como um empecilho para a realização de atividades externas de lazer e recreação.

3. Perfil das pessoas atendidas pela Instituição: Caracterização da Deficiência			
3.1 Tipo de Deficiência:			
() Apenas Visual () Visual e Motora () Visual e Auditiva () Visual e Mental () Visual e Física			
Instituto Paranaense de Cegos	(x) Apenas Visual (x) Visual e Mental	() Visual e Motora (x) Visual e Física	(x) Visual e Auditiva
AFAN	(x) Apenas Visual (x) Visual e Mental	(x) Visual e Motora () Visual e Física	() Visual e Auditiva
CRAID	(x) Apenas Visual (x) Visual e Mental	(x) Visual e Motora (x) Visual e Física	(x) Visual e Auditiva
ADEVIPAR	(x) Apenas Visual () Visual e Mental	() Visual e Motora (x) Visual e Física	() Visual e Auditiva
FACE	(x) Apenas Visual (x) Visual e Mental	(x) Visual e Motora () Visual e Física	() Visual e Auditiva
3.2 Caracterização da Deficiência Visual:			
() Cegueira (Acuidade Visual igual ou menor que 0,05) () Baixa Visão (Acuidade visual entre 0,3 e 0,05)			
Instituto Paranaense de Cegos	(x) Cegueira (x) Baixa Visão		
AFAN	(x) Cegueira (x) Baixa Visão		
CRAID	(x) Baixa Visão		
ADEVIPAR	(x) Cegueira (x) Baixa Visão		

FACE	(x) Cegueira (x) Baixa Visão
------	---------------------------------

TABELA 03 – Entrevista com Representantes das Instituições: Perfil das pessoas atendidas pelas entidades – Caracterização da deficiência.
FONTE: FERREIRA, M. R. (2010)

Quanto à caracterização do tipo de deficiência visual das pessoas atendidas pela instituição, apenas o CRAID atende exclusivamente pessoas com Baixa Visão, ou seja, que possuem acuidade visual em entre 0,3 e 0,05.

Este é um dado importante, pois confirma a necessidade que os espaços estejam adequados de modo a respeitar as especificidades dos dois tipos de deficiência visual – Cegueira e Baixa Visão, pois como ressalta MARTINS (2008, p. 19),

Este grupo de pessoas deficiente visual [com baixa visão] frequentemente é esquecido no que concerne à criação de meios acessíveis, pois mais depressa se tem em conta as necessidades das pessoas cegas do que as pessoas com baixa visão julgando-se erradamente que o que é adequado para os primeiros serve também aos segundos.

Neste sentido é importante que se pense em adequações no que diz respeito, por exemplo, à iluminação adequada dos ambientes, dispor de informativos impressos com fonte ampliada e transcrição em Braille, e a disponibilização de auxílios técnicos como lupas para pessoas com baixa visão e sinalização tátil e sonora para pessoas com cegueira.

Uma constatação importante é que todas as instituições atendem pessoas que possuem mais de uma deficiência associada à deficiência visual. O que demonstra a importância do ambiente possuir condições de acessibilidade para todos os tipos de deficiência, compreensão que vai de encontro com o conceito de Desenho Universal.

4. Museus e Acessibilidade	
4.1 Que atividades de lazer e recreação são oferecidas pela Instituição?	
Instituto Paranaense de Cegos	Musicoterapia, artesanato, artes, academia e esportes. O centro de reabilitação, onde são desenvolvidas atividades técnicas para as pessoas com deficiência, como de reabilitação, orientação e mobilidade, estimulação visual, ensinando aos alunos com baixa visão a utilizar essa porcentagem de visão de maneira correta, de modo que não canse e

	nem intensifique a atrofia, buscando proporcionar qualidade de vida e autonomia. Também recebemos vários convites para ir a teatros, tanto com áudio descrição, quanto em peças do Festival de Teatro de Curitiba, peças de um teatro infantil em Santa Felicidade, etc.
AFAN	Aqui na verdade é uma escola, mas quando tem alguma atividade, como teve no ano passado o “Dia Especial das Pessoas com Deficiência”, com atividades para todos os tipos de deficiência, com bazar, parque, etc, os alunos participam. Mas normalmente não são realizadas muitas atividades.
CRAID	Não são realizadas atividades de lazer e recreação. O que fazemos às vezes, quando alguma professora fica sabendo de alguma atividade cultural, nós nos organizamos, convidamos os alunos e seus pais e os levamos ao local ou espetáculo.
ADEVIPAR	Sim. Visita a museus, parques, atividades físicas em bosques, etc.
FACE	A fundação tem um centro que faz os atendimentos pedagógicos especializados, na qual o aluno tem aulas individuais de 40 minutos. Então ele não permanece no local, não tem vínculo com a escola, não conhece os outros alunos. Já fizemos algumas tentativas, para ir ao cinema e teatro, mas por conta dos horários diferentes, não temos como levá-los, pois os alunos não costumam vir fora de seu horário de atendimento, por terem outros compromissos ou dependerem da disponibilidade dos pais em trazê-los. Então tentamos algumas vezes, mas por conta do pouco número de interessados, acabamos desanimando. Mas fizemos, por exemplo, uma visita ao Jardim Botânico, no espaço do Jardim das Sensações.

TABELA 04 – Entrevista com Representantes das Instituições: Museus e Acessibilidade – Promoção de atividades por parte das entidades
FONTE: FERREIRA, M. R. (2010)

De um modo geral, identificou-se que todas as instituições, em algum momento, promoveram, ou buscaram promover, alguma atividade de lazer e recreação que envolvesse as pessoas atendidas pela Instituição, destacando as atividades externas, como espetáculos de teatro, visita a Bosques, etc.

Entretanto, com exceção do Instituto Paranaense de Cegos e a ADEVIPAR, que afirmaram promover tais atividades constantemente, as ações de lazer e recreação costumam configurar eventos isolados, por conta de convite feito as instituições.

4. Museus e Acessibilidade	
4.2 A instituição já realizou alguma visita a um museu do município de Curitiba com seus alunos? Se sim, para qual (is)?	
Instituto Paranaense de Cegos	Sim, no museu do O Boticário, que tem a exposição de aromas e essências e os alunos também participaram da Premiação do Itaú no Memorial de Curitiba.
AFAN	Não.

CRAID	Sim. Ano passado, visitamos uma exposição de percepção tátil do Museu Oscar Niemeyer, na qual os alunos podiam tocar nos objetos.
ADEVIPAR	Sim, na Casa Andrade Muricy, através de um convite do local.
FACE	Não, pelo menos nestes últimos anos, não realizamos nenhuma visita a nenhum museu.

TABELA 05 – Entrevista com Representantes das Instituições: Museus e Acessibilidade – Visitas à museus.

FONTE: FERREIRA, M. R. (2010)

No que diz respeito à realização de visitas a museus do município de Curitiba, três instituições (Instituto Paranaense de Cegos, CRAID e ADEVIPAR) afirmaram já terem realizado atividades a estes espaços. Tal iniciativa, entretanto, geralmente ocorre por meio de convite feito à instituição.

Neste sentido, é válido ressaltar a importância dos espaços museais promoverem ações específicas para o público com deficiência visual e buscar se aproximar deste público, por meio, por exemplo, de ações de divulgação específicas.

4. Museus e Acessibilidade	
4.3 Houve dificuldades durante a visitação ao museu? Se sim, qual (is)?	
Instituto Paranaense de Cegos	Sim, principalmente quanto a locomoção dos alunos, tanto referente a limitação física quanto na localização dos objetos. No caso do museu do O Boticário, como eram perfumes e a localização era de 1,5 m, muitos deles eram mais altos e a bengala batia no balcão, podendo até o quebrar. O trajeto era irregular, ou tinha um <i>puff</i> no meio do caminho ou uma escada logo em frente, então nós [professoras] tínhamos que ficar descrevendo para eles. No caso do museu do O Boticário, do jeito que está hoje, seria inviável para uma pessoa com deficiência visual fazer uma visita sozinha. Já a visita ao Memorial de Curitiba foi tranqüila, porque eles fizeram painéis e era sempre um trajeto reto, sempre tinha um guia do museu explicando as obras, com o espaço delimitado por cordas. E quando se tem um trajeto delimitado para eles é muito bom, porque mesmo que não tenham a bengala, eles conseguem se situar.
AFAN	- (não houve visitação a museus)
CRAID	A primeira dificuldade foi arranjar condução até o local e a disponibilidade de tempo, pois como o atendimento aqui na instituição é cronometrado, cerca de 40 minutos por aluno, para juntar os alunos é complicado, os pais também trabalham, etc. Mas não acredito que tenha havido dificuldades durante a visitação, mesmo porque a exposição e o ambiente estavam preparados para atender a pessoa com deficiência visual.
ADEVIPAR	Talvez um pouco na questão da comunicação.
FACE	- (não houve visitação a museus)

TABELA 06 – Entrevista com Representantes das Instituições: Museus e Acessibilidade – A acessibilidade nos locais visitados. FONTE: FERREIRA, M. R. (2010)

Entre as instituições que afirmaram já terem realizado visitação a um museu da cidade (Instituto Paranaense de Cegos, CRAID e ADEVIPAR) apenas a representante do CRAID afirmou não ter tido dificuldades durante a visitação, com a ressalva de que provavelmente estas não ocorreram, pois a exposição era específica para o público com deficiência visual, logo, o ambiente estava preparado para atender as especificidades deste público quanto a acesso.

A entrevistada representante do Instituto Paranaense de Cegos destacou a ocorrência de certas dificuldades no que diz respeito à circulação dos visitantes com deficiência visual dentro do espaço de exposição, por conta do trajeto irregular para o circuito de visitação com a incidência de obstáculos, como um *puff* no meio do percurso.

A ADEVIPAR apontou certas dificuldades referentes à comunicação, entretanto, não as especificou ou detalhou como estas influenciaram no aproveitamento da visitação.

4. Museus e Acessibilidade	
4.4 Se houvesse, em um museu da cidade, uma exposição para pessoas com deficiência visual, a Instituição promoveria uma visita?	
Instituto Paranaense de Cegos	Sim, com certeza.
AFAN	Na verdade, a maioria das pessoas que atendemos são crianças de até seis anos. Há crianças pequenas que dependem da presença das mães, então não sei qual seria a aceitação dos pais, se haveria essa disponibilidade dos pais em levarem as crianças ao museu. Mas acredito que poderia ser uma atividade muito interessante para o aprendizado dos alunos.
CRAID	Sim, com certeza tentaríamos promover uma visita.
ADEVIPAR	Sim.
FACE	Tendo em vista as experiências anteriores, poderíamos repassar o convite, comunicar aos alunos, mas não podemos garantir a participação dos alunos, a visita ficaria por conta deles.

TABELA 07 – Entrevista com Representantes das Instituições: Museus e Acessibilidade – Opinião sobre a oferta de exposições para pessoas com deficiência visual.
FONTE: FERREIRA, M. R. (2010)

Quando questionados se a instituição promoveria a visitação a um museu, caso houvesse uma exposição específica para pessoas com deficiência visual, três

representantes confirmaram que realizariam (Instituto Paranaense de Cegos, CRAID e ADEVIPAR). Este dado é importante, pois demonstra que há uma demanda potencial para os museus e que, conforme apontado anteriormente, ainda não está inserido, de modo satisfatório, entre os visitantes destes espaços.

A representante da AFAN, apesar de afirmar que tal experiência seria importante para o aprendizado dos alunos da instituição, ressaltou que tendo em vista que a maioria destes são crianças na faixa etária de até 06 anos, tal visita dependeria muito da disponibilidade e do interesse dos pais em levá-las à exposição. Esta afirmação traz também uma perspectiva de que além de um da divulgação com as instituições, os espaços devem buscar a promoção das atividades junto aos familiares das pessoas com deficiências atendidas por estas instituições.

As representantes da FACE apontaram que devido a tentativas anteriores de atividades de visita neste sentido e que não deram certo em virtude da falta de adesão por parte das pessoas que frequentam a instituição, o convite e a divulgação da exposição poderiam ser repassados, mas a visita ficaria por conta de cada um, de modo individual.

Vale aqui uma reflexão que, dentre as instituições que afirmaram que promoveriam uma visita à exposição – Instituto Paranaense de Cegos, CRAID e ADEVIPAR – apenas o CRAID comentou ter visitado a exposição específica para o público com deficiência visual, promovida pelo Museu Oscar Niemeyer, no ano de 2009.

Neste sentido, seria necessário investigar por quais motivos – falta de informação e/ou divulgação, dificuldades quanto a transporte dos alunos, etc. - as outras duas instituições acabaram não realizando uma visita a esta exposição.

4. Museus e Acessibilidade

4.5 Quais os fatores que julga os mais importantes para que um museu possua condições adequadas de visita para o público com deficiência visual? (Enumerar por ordem de importância, sendo 1 o mais importante e o 7 menos importante)

- ☐ Estrutura física;
- ☐ Atendimento qualificado;
- ☐ Divulgação especializada;
- ☐ Oficinas específicas para pessoas com deficiência visual;
- ☐ Sinalização e Comunicação;

() Exposições específicas para o público com deficiência visual; () Outros:	
Instituto Paranaense de Cegos	(1) Estrutura física; (quanto a mobilidade das pessoas com deficiência visual, o principal são rampas, espaços amplos para quem utiliza a bengala) (2) Atendimento qualificado; (não em um sentido de “proteção” da pessoa com deficiência visual, mas em como entender a pessoa com deficiência visual) (5) Divulgação especializada; (6) Oficinas específicas para pessoas com deficiência visual; (3) Sinalização e Comunicação; (é um fator muito importante, não se referindo apenas ao Braille, porque hoje em dia, os jovens tem utilizados muito a área digital, então poderiam proporcionar a oportunidade de ir e receber a informação através de um fone, com alguém narrando para ele sobre aquele fato, obra, período) (4) Exposições específicas para o público com deficiência visual (É muito importante porque nos pautamos muito na visão, então a cultura, em quase tudo, utiliza-se do sentido da visão. Neste sentido, eu acho que ainda falta muito para a pessoa com deficiência. Posso ser suspeita por trabalhar em um Instituto para Cegos, mas acho que há muito por fazer para as pessoas com deficiência visual. Em um museu que é praticamente visual, precisa haver uma pessoa qualificada que narre as exposições. Acho que é incentivo a cultura, que a pessoa cega tenha esse direito de poder entrar e poder desfrutar de uma boa qualidade de uma mostra, uma boa pintura) () Outros:
AFAN	(6) Estrutura física; (5) Atendimento qualificado; (4) Divulgação especializada; (1) Oficinas específicas para pessoas com deficiência visual; (2) Sinalização e Comunicação; (3) Exposições específicas para o público com deficiência visual (7) Outros: Oferta de transporte até o local.
CRAID	(2) Estrutura física; (6) Atendimento qualificado; (1) Divulgação especializada; (no caso das pessoas com baixa visão teria que haver panfletos com letra ampliada ou o aluno com cegueira, um folder em Braille) (5) Oficinas específicas para pessoas com deficiência visual; (4) Sinalização e Comunicação; (3) Exposições específicas para o público com deficiência visual () Outros
ADEVIPAR	(6) Estrutura física; (Para nós que não enxergamos não tem problema que tenha escada, etc; Não vejo que estrutura possa ser inconveniente) (1) Atendimento qualificado; (2) Divulgação especializada; (3) Oficinas específicas para pessoas com deficiência visual; (5) Sinalização e Comunicação; (Acho que esta questão da sinalização não precisa, porque quando acontece, além de tudo fica inadequado, como uma vez que fui em um museu e o piso tátil começava rente as paredes. Costumo dizer que este piso tátil limita o meu espaço. Se você tem todo este espaço, por que eu só vou ter esta faixa aqui? Então não

	precisa, a não ser que seja talvez um tapete largo, orientando o espaço onde podemos nos locomover) (4) Exposições específicas para o público com deficiência visual; () Outros
FACE	(6) Estrutura física; (Na verdade, se o local possuir todos os outros itens, este é o menos importante) (2) Atendimento qualificado; (3) Divulgação especializada; (5) Oficinas específicas para pessoas com deficiência visual; (1) Sinalização e Comunicação; (4) Exposições específicas para o público com deficiência visual; () Outros

TABELA 08 – Entrevista com Representantes das Instituições: Museus e Acessibilidade – Fatores importantes quanto à acessibilidade em museus.

FONTE: FERREIRA, M. R. (2010)

Referente aos fatores necessários para que um museu possua condições adequadas de acessibilidade para pessoas com deficiência visual, os entrevistados elencaram, por ordem de importância, os itens sugeridos, sendo 1, o mais importante, e 7 o aspecto julgado menos importante.

Fazendo uma média entre as notas aferidas pelas instituições, pode-se propor a seguinte ordem: “Atendimento Qualificado”; “Divulgação Especializada” e “Sinalização e Comunicação”, que tiveram uma média equivalente; “Exposições Específicas para o Público com Deficiência Visual”; “Oficinas Específicas para o Público com Deficiência Visual” e por último “Estrutura Física”, apontado como o fator menos importante por três das cinco instituições entrevistadas.

Durante a aplicação desta pergunta surgiram certas dúvidas acerca da diferença entre exposições e oficinas específicas, sendo esclarecido que para esta pesquisa considerou-se oficinas específicas, como a oferta de atividades para o público com deficiência visual em uma sala específica do museu, enquanto as exposições referem-se à mostra das peças de um acervo – temporário ou permanente – e que pode ser apreciado através de uma visita auto-guiada ou acompanhado por monitores do local.

É interessante observar que o item “Estrutura Física” foi apontado como o menos importante na promoção da acessibilidade para pessoas com deficiência visual. Quando se comenta sobre acessibilidade, é comum que este item figure em primeiro, pois frequentemente relaciona-se a existência de rampas, elevadores, etc. à condições adequadas de acessibilidade.

Neste sentido, observa-se novamente a necessidade de se conhecer e compreender as características e especificidades de cada deficiência, pois as mesmas exigem diferentes adequações do ambiente externo. Esta perspectiva pode ser observada na resposta do representante da ADEVIPAR, que é deficiente visual, e afirma que a existência de escadas não influencia na acessibilidade para pessoas com deficiência visual, mas afeta diretamente no caso das pessoas com deficiência física, por exemplo.

O fato do item “Atendimento Qualificado” figurar como o primeiro da lista, ressalta a importância e a necessidade de não se limitar a acessibilidade às condições da estrutura física, mas também como um item que deve perpassar a formação e a qualificação dos colaboradores que atuam no local.

“Divulgação Especializada” e “Sinalização e Comunicação” apontados por médias equivalentes como o segundo item mais importante da lista, confirma novamente a necessidade de ações promocionais específicas e diretas ao público com deficiência.

4. Museus e Acessibilidade	
4.6 A entidade acredita ser necessário um projeto de acessibilidade para pessoas com deficiência visual em museus do município de Curitiba?	
Instituto Paranaense de Cegos	Sim, com certeza.
AFAN	Sim.
CRAID	Sim, acho que seria uma facilidade para que o aluno com baixa visão tenha opções de lazer e possa também conhecer obras de arte, saber o que está acontecendo no mundo da cultura.
ADEVIPAR	Sim. A acessibilidade maior é na verdade você poder tocar. Caso não for possível tem que haver alguém para descrever e de preferência quem realmente conheça a obra/exposição. Então é a questão de poder tocar, de explicar, descrever. E lógico que não pode haver nestes locais, questões como uma escada quebrada, espaços abertos como vãos embaixo da escada, que dificultaram a locomoção dentro do espaço.
FACE	Sim, sempre é, mas não sabemos informar se há demanda.

TABELA 09 – Entrevista com Representantes das Instituições: Museus e Acessibilidade – Importância de um projeto de acessibilidade para pessoas com deficiência visual em museus.

FONTE: FERREIRA, M. R. (2010)

O fato de as cinco instituições terem afirmado considerarem necessário um projeto de acessibilidade para pessoas com deficiência visual em museus do

município de Curitiba aponta tanto uma atual falha por parte destes espaços, em não proporcionar condições adequadas de acessibilidade para atender este público quanto uma demanda em potencial para os museus, que devem incluir em seu planejamento, ações que instiguem o interesse das pessoas com deficiência visual em conhecer e freqüentar os museus, como pode ser observado também nas sugestões e propostas dos entrevistados na pergunta apresentada a seguir:

4. Museus e Acessibilidade	
4.7 Sugestões e Propostas	
Instituto Paranaense de Cegos	Houve aqui no Instituto até uma idéia de TCC de um dos estagiários sobre “Acessibilidade na Cultura”, em um âmbito geral, só que não recebemos respaldo, digamos assim, de ONG’s que trabalham com o incentivo a cultura, para podermos propiciar isso para os alunos. Mas, é um assunto que temos pautado muito e sempre que a gente recebe convite, fazemos o máximo para que eles possam participar.
AFAN	Oficinas, ou até mesmo o modelo de um Museu Itinerante, que visitassem as Instituições para realizar atividades com as pessoas com deficiência visual, é um modelo que resolveria a questão do transporte também. Neste caso era importante incentivar os pais a virem à escola e participarem das atividades.
CRAID	Fonte ampliada nos panfletos de divulgação. Notamos que uma dificuldade muito grande do aluno de baixa visão, é que as pessoas, ou acham que ele é cego total ou acham que ele enxerga. E não é nada disso, ele tem dificuldades, mas que se fizerem algumas modificações ambientais, utilizando de alguns recursos simples e úteis, ele pode ler, se locomover, ter uma vida independente. Então se tivesse uma forma de colocar uma lente ou até mesmo disponibilizar uma lupa, para que eles pudessem usar esse auxílio óptico, como o telescópio, e assim visualizar com mais facilidade o que está sendo exposto. Também colocar uma obra dentro do museu com uma iluminação adequada, direcionada para as peças e não aquelas luzes difusas, meio apagadas.
ADEVIPAR	É necessário mais divulgação e programações para este público, pois não adianta você querer que eu vá a um museu, se eu nunca fui antes. Não basta apenas anunciar o se que tem, às vezes é necessária outra abordagem, convidar, propor um café de recepção, promover um encontro, instigar o interesse.
FACE	É interessante que haja espaços ou exposições no museu onde seja possível ao deficiente visual tocar, manusear as peças, mas o mais importante é que se estimule entre o público com deficiência visual o interesse pela cultura, promover o interesse.

TABELA 10 – Entrevista com Representantes das Instituições: Museus e Acessibilidade – Sugestões e propostas dos entrevistados.

FONTE: FERREIRA, M. R. (2010)

Os comentários e sugestões dos entrevistados reafirmam a necessidade de se compreender primeiramente, tanto as especificidades de cada tipo de deficiência, quanto às diferenças dentro da própria deficiência visual, abrangendo estas pessoas com cegueira e com baixa visão e que demandam adequações diferentes do ambiente.

Novamente destacou-se a importância de se aplicar uma divulgação mais adequada e que atinja de forma mais direta as pessoas com deficiência visual. Neste sentido, é importante observar que mais do que uma ação promocional eficaz, é necessário mobilizar um trabalho de sensibilização que instigue entre o público com deficiência visual, o interesse em conhecer e frequentar os espaços museológicos.

4.1.2 Entrevista com representante do Museu Paranaense

A entrevista foi realizada com a Sra. Neusa Cassanelli, responsável pelo Departamento Educativo do Museu Paranaense, no dia 31 de Agosto, estando há seis anos como colaboradora do museu e há três anos na presente função, e visava identificar se existem, e caso existam quais são, ações que o museu realiza a fim de promover a acessibilidade para pessoas com deficiência visual, possibilitando formular uma base do que pode ser proposto de projeto para ser implantada no museu.

1. Nome: 2. Área de atuação, cargo e tempo de atuação:	Neusa Cassanelli; Responsável pelo Departamento Educativo do Museu Paranaense; Há cerca de 3 anos na função e há 6 anos trabalhando no Museu.
3. O museu proporciona algum tipo de treinamento a seus colaboradores para o atendimento a pessoas com deficiência? () Sim () Não	(x) Não Sempre que possível participamos de cursos. Já fiz, por exemplo, uns módulos sobre ação patrimonial na UFPR e outro sobre a inclusão social da pessoa com deficiência. Como estes treinamentos geralmente são específicos apenas para representantes do Departamento Educativo, e nesta época estava trabalhando sozinha no Departamento, então apenas

	eu participei.	
4. Para quais tipos de deficiência? () Deficiência Física () Deficiência Visual () Deficiência Intelectual () Deficiência Auditiva () Deficiência Motora	(x) Deficiência Física (x) Deficiência Intelectual (x) Deficiência Motora	(x) Deficiência Visual (x) Deficiência Auditiva
	Os cursos visavam à inclusão de todas os tipos de deficiência, mas com enfoque na deficiência visual. Por que percebemos que dentre os perfis de demanda é o mais difícil, pois muitas vezes não temos o conhecimento de como realizar o trabalho de inclusão deste público. Quando abrimos espaços para deficientes visuais, tivemos sorte, pois esses espaços foram muito bem sucedidos. Preparamos uma sala onde eles puderam tocar as peças, foi uma ação bem legal.	

TABELA 11 – Entrevista com Representante do Museu Paranaense – Identificação do entrevistado e a oferta de treinamento para os colaboradores
FONTE: FERREIRA, M. R. (2010)

Referente à oferta de treinamento por parte da instituição para qualificar os colaboradores no atendimento de pessoas com deficiência, a entrevistada afirmou que apesar de já ter participado, como representante do Departamento Educativo, de cursos que abordavam a acessibilidade em museus, não há atualmente no local ações específicas neste sentido.

Tendo em vista que o item “Atendimento Qualificado” foi citado por representantes como sendo o mais importante no que diz respeito às condições adequadas de acessibilidade em museus, é fundamental que se invista no treinamento e qualificação de todos os colaboradores, não apenas do Departamento Educativo, do Museu Paranaense, a fim que estes conheçam e compreendam melhor as características e necessidades das pessoas com deficiência e assim procedam o atendimento de modo mais satisfatório. Em contraponto, destaca-se que o Museu Paranaense já realizou eventos específicos para melhor atender pessoas com deficiência visual, detalhada posteriormente, na pergunta número 08.

5. Algum colaborador já constatou algum tipo de dificuldade no atendimento a pessoas com deficiência? () Sim – Não sabia como proceder () Sim – Passou o atendimento para outro funcionário () Não, o atendimento foi normal	(x) Não, o atendimento foi normal Como foram visitas pontuais, agendadas ou em eventos específicos, na qual entramos em contato com instituições que atendem pessoas com deficiência visual, eles geralmente vinham em equipes. Então não ocorreram problemas por esse motivo, já que eles vêm especialmente para aquela sala que projetamos.
---	--

TABELA 12 – Entrevista com Representante do Museu Paranaense: Atendimento de pessoas com deficiência
FONTE: FERREIRA, M. R. (2010)

Ainda referente ao atendimento a pessoas com deficiência, por parte dos colaboradores do Museu Paranaense, a entrevistada afirmou que não houve relatos de dificuldades pois as visitas ocorreram para eventos específicos promovidos pelo museu, onde além do ambiente estar preparado para receber o público com deficiência, em especial, deficiência visual, estes vieram acompanhados por um responsável das instituições convidadas.

Com base nesta resposta, pode-se afirmar que a visita ao Museu Paranaense por parte do público com deficiência visual ocorre quase que exclusivamente em ações específicas e através de convites realizados a instituições que atendem este público.

Novamente, pode-se fazer um parâmetro com os dados obtidos através da aplicação das entrevistas nas instituições, na qual os entrevistados destacaram a importância de além de se divulgar o museu através de convites a estas instituições, é necessário que se instigue no público com deficiência visual o interesse e a curiosidade em conhecer os espaços museológicos, o que provavelmente aumentaria o número de visitas espontâneas e individuais deste público.

6. Conhece alguma lei ou norma que assegura os direitos das pessoas com deficiência? () Sim () Não	(x) Sim
7. Conhece algum museu acessível para pessoas com deficiência visual? Se sim, quais?	Conheço museus que já realizaram exposições específicas para pessoa com deficiência visual, como o Museu Oscar Niemeyer e o Museu de Arte Contemporânea. Dentre os museus que conheço, não existe um local específico para atender deficientes visuais, mas talvez não conheço porque ainda não procurei por esse tipo de informação.

TABELA 13 – Entrevista com Representante do Museu Paranaense: Legislação e museus acessíveis
FONTE: FERREIRA, M. R. (2010)

Estas perguntas visavam identificar o conhecimento da legislação específica sobre acessibilidade para pessoas com deficiência e museus acessíveis a este

público. O dado obtido demonstra um primeiro passo importante quanto à promoção da acessibilidade para pessoas com deficiência visual.

O fato de a entrevistada conhecer alguns museus do município de Curitiba que já realizaram exposições específicas para pessoas com deficiência visual proporciona à mesma uma base quanto aos tipos de ações e atividades que podem ser desenvolvidas.

8. Considera que o Museu Paranaense possui condições adequadas de acessibilidade para pessoas com deficiência visual? Justificar. (Acessibilidade física; formas de atendimento diferenciado; serviços adaptados; envolvimento, treinamento e conscientização de funcionários)	A gente sabe que nosso grande impasse é conseguir atender as pessoas com deficiência visual. Como nosso espaço é muito grande, é impossível reproduzir todo o acervo em réplicas das obras, então o ideal seria que tivéssemos determinados espaços direcionados para as pessoas com deficiência. As nossas etiquetas, por exemplo, não estão em Braille, nenhuma das peças de nosso acervo pode ser tocada. É um espaço amplo, mas com muitas escadas por ser uma casa adaptada. Teria que ser feito uma intervenção em cada espaço para adaptação. Porém como é um prédio histórico, não poderíamos mexer em tudo. Por isso sempre que temos há oportunidade, de algum evento, buscamos criar um espaço para atender as pessoas com deficiência visual. Já tivemos um evento que era a nível nacional sobre inclusão das pessoas com deficiência, onde organizamos um espaço, higienizamos as peças e as disponibilizamos para o manuseio, com uma maquete reproduzindo o museu para eles se situarem no espaço. Então temos essas ações pontuais. Temos interesse em criar um espaço permanente, mas a grande dificuldade é que estes cursos não te capacitam para tentar implantar um projeto dentro da instituição que seja compatível com as necessidades das pessoas com deficiência. Nossa idéia é tentar fechar uma parceria com as pessoas com deficiência e os profissionais que trabalham com este público para nos assessorar a criar um espaço legal e que seja significativo para eles, em que eles possam inclusive ter autonomia para visitarem sozinhos. Nós já tivemos a amostragem da experiência e percebemos que é necessário contar com assessoria especializada. Para as outras deficiências nós já estamos mais preparados quanto a acessibilidade, como por exemplo, no andar térreo tem anti-derrapantes de borrachas que eles podem circular, no andar de cima é mais difícil, mas pode-se usar o elevador.
9. Já houve no museu alguma	Nós já tivemos algumas ações em que montamos

exposição específica para o público com deficiência visual? Qual?	salas específicas para o público com deficiência visual e que ficaram em exposição por cerca de um mês. Mas percebemos que mesmo disponibilizando este espaço, o público que veio visitar foram os que nós mobilizamos, o restante não teve uma grande movimentação.
--	--

TABELA 14 – Entrevista com Representante do Museu Paranaense: Considerações sobre a acessibilidade no museu
FONTE: FERREIRA, M. R. (2010)

Este dado demonstra que apesar dos próprios colaboradores do Museu Paranaense reconhecerem que sua atual estrutura não possui as condições adequadas para atender pessoas com deficiência visual, em grande parte por razão da inviabilidade de disponibilizar o extenso acervo local para o manuseio e certas restrições quanto a infra-estrutura local, há um grande interesse por parte da administração do museu em buscar soluções para melhor atender a este público, tendo em vista as ações já realizadas neste sentido.

A presente ação, realizada em novembro de 2009, formada para o “Dia Internacional das Pessoas com Deficiência”, consistiu na adequação e montagem de uma sala, localizada no térreo do prédio principal, com a disposição de uma maquete tátil da estrutura do Museu Paranaense, a fim que estes pudessem ter uma noção espacial da estrutura física do museu e a disponibilização de peças do acervo para o manuseio, que foram selecionadas e higienizadas especificamente para esta ocasião (FIGURA 11, 12 e 13).



FIGURA 11 – Exposição temporária para pessoas com deficiência visual no Museu Paranaense

FONTE: Registros do Museu Paranaense. Imagem cedida por João Carlos Coronel



FIGURA 12 – Exposição temporária para pessoas com deficiência visual no Museu Paranaense (Manuseio de peças do acervo)

FONTE: Registros do Museu Paranaense. Imagem cedida por João Carlos Coronel



FIGURA 13 - Exposição temporária para pessoas com deficiência visual no Museu Paranaense (Maquete tátil do Museu Paranaense)

FONTE: Registros do Museu Paranaense. Imagem cedida por João Carlos Coronel

Além dos eventos específicos para pessoas com deficiência visual, promovidos pelo Museu Paranaense, outro aspecto importante é o interesse em

promover um espaço permanente para atender este público e a perspectiva da realização de parcerias com instituições para a formatação adequada deste projeto, o que demonstra uma preocupação por parte do museu, em verdadeiramente compreender as características e necessidades da deficiência visual e assim, as melhores formas de supri-las.

10. Acredita ser necessário um projeto de acessibilidade específico para pessoas com deficiência visual? Justificar.	Sim, é fundamental, pois se falamos sobre inclusão social todos tem o direito ao acesso, não podemos excluir determinados grupos. Porem acho tem que ser um projeto bem feito. Eu, como profissional não me sinto qualificada para fazer, mesmo com todos os cursos e especializações. Temos que buscar esse conhecimento e ver as condições que temos de adaptar e arcar com essas mudanças. Acho que a única forma de construir algo é trabalhando com os próprios deficientes, com o Instituto de Cegos e os alunos que frequentam esse local, só assim poderemos trabalhar e conseguir um espaço que realmente atenda as necessidades dos deficientes visuais.
--	---

TABELA 15 – Entrevista com Representante do Museu Paranaense: Considerações sobre a importância de um projeto de acessibilidade para pessoas com deficiência visual
FONTE: FERREIRA, M. R. (2010)

Este último questionamento vem complementar as duas perguntas anteriores e novamente confirmam o interesse por parte do Museu Paranaense em proporcionar condições mais adequadas para atender o público com deficiência, principalmente as pessoas com deficiência visual, que como abordado anteriormente, por conta da predominância da utilização da comunicação visual nos espaços museológicos acabam sendo os mais prejudicados durante a visitaçao.

Em suma, o fato de a entrevistada confirmar a necessidade da realizaçao de um projeto de acessibilidade para pessoas com deficiência visual justifica novamente a importância deste trabalho e de ações neste sentido.

4.1.3 Relatório da Visita Técnica ao Museu Paranaense

Assim como prevê o MTur (2009, p. 20) quanto a avaliação das necessidades de adaptação de equipamentos e instalações físicas em estabelecimentos para lazer e recreação, como os atrativos, parques temáticos e os museus, é preciso se estudar a acessibilidade individual a cada elemento e a acessibilidade ao conjunto geral.

Neste sentido, durante a visita técnica, procurou-se avaliar a acessibilidade de uma forma conjunta, ou seja, não apenas referente ao acervo do museu ou a estrutura física do local, mas principalmente a harmonização e distribuição do acervo no espaço físico do museu.

Baseado na legislação correspondente ao tema, abordada anteriormente no marco teórico deste trabalho, em especial ao previsto no Decreto Federal n.º 5296/2004 e NBR 9050:2004, e nas orientações quanto ao mapeamento, planejamento e bem atender para um turismo acessível nos destinos turísticos, propostos pelo Mtur (2009), buscou-se observar itens específicos referente a promoção da acessibilidade da pessoa com deficiência visual, como a sinalização e comunicação tátil, sonora e em Braille; pisos táteis de borracha e cimento; cardápios e demais materiais em Braille, iluminação adequada para pessoas com baixa visão, etc.

A fim de facilitar os registros, as anotações foram organizadas de acordo com o modelo de Relatório de Diagnóstico de Acessibilidade proposto pelo MTur (2009, p. 24), apresentado a seguir. No que se referem às anotações da infra-estrutura interna do edifício, estas foram organizadas por sala.

Tendo em vista que durante a visitação não foi localizada a identificação de todas as salas, neste relatório optou-se por enumerá-las de acordo com a ordem na qual foram visitadas, discriminando a localização das mesmas.

Diagnóstico de Acessibilidade do Museu Paranaense	
Estabelecimento:	Criado em 1874 e inaugurado em 25 de Setembro de 1876, o Museu Paranaense está localizado, desde 2002, em um prédio conhecido como Palácio São Francisco. A atual sede do Museu Paranaense, a sétima de sua história, abriga três edifícios e foi tombada pelo

	Patrimônio Histórico e Artístico Estadual em 1986.	
Endereço:	Prédio São Francisco, em frente à Praça Professor João Cândido, no Largo da Ordem, Centro Histórico de Curitiba.	
Introdução sobre a edificação analisada:	A atual sede do Museu Paranaense compreende a ocupação de três edificações, num total aproximado de 4.700m², que seguem a seguinte divisão: - o Palácio São Francisco (1928/1929), antiga sede do Governo, totalmente restaurado; - o anexo construído em 1960 para abrigar o Tribunal Regional Eleitoral, reformado e remodelado para abrigar o Museu; - o novo anexo, construído em 2002/2003, onde hoje está instalado o Pavilhão da História do Paraná.” (MUSEU PARANAENSE, 2006, p. 23)	
Avaliação da acessibilidade externa à edificação e o seu entorno:	Localizada em uma área do setor histórico, a pavimentação das calçadas ao redor do Museu é em paralelepípedo, não possuindo sinalização tátil. As áreas externas ao prédio (rampa de entrada e recepção do Museu) também não possuem sinalização tátil; Não há nos arredores do Museu, semáforos ou ponto de ônibus.	
Avaliação da acessibilidade interna:	Sala	Observações
	(Prédio principal – Térreo) Entrada e Recepção	Há um degrau na entrada do prédio principal do Museu e não há sinalização tátil. Os armários do guarda-volume e suas respectivas chaves não possuem identificação em Braille ou em alto relevo;
	(Térreo) Sala 01 – Cinema Educativo de Vladimir Kozák:	Exibição de vídeo com cenas do cotidiano dos povos originário. Como remete ao ambiente de um cinema, a iluminação é fraca. O vídeo exibido não tem áudio descrição e há grandes espaços sem fala, com apenas exibição de imagens.
	(Térreo) Sala 02 – Palácio São Francisco (acervo Povo Xetá)	Exposição de peças e utensílios do cotidiano e registros fotográficos e documentais com bom espaço para circulação apesar de não seguir um circuito delimitado.
	(Térreo) Sala 03 – Indígenas do Brasil (documentação em expedições de Kozák entre 1948 – 1987)	Boa disposição das peças permitindo espaço para circulação.

	(Térreo) Sala 04 (continuação da Sala 03) – Os Karajá e o mito de origem	Apenas exposição de quadros em aquarela e grafite feitos por Kozák – A sala é pequena, mas com bom espaço para circulação, sem a disposição de obstáculos. A acessibilidade para pessoas com deficiência visual, entretanto fica restrita a descrição das pinturas.
	(1º Andar) Sala 05 (necessário subir uma escada estreita que possui faixas antiderrapantes – Sala do Índio	Exposição de adornos com plumários utilizados por indígenas. Um tablado disposto no meio da sala com exposição de peças suspensas delimita o trajeto dentro da sala.
	(1º Andar) Sala 06 – O negro no Paraná	Possui um bom espaço para circulação e a iluminação é um pouco mais intensa que nos demais espaços; O acervo consiste basicamente na exposição de fotografias e documentos;
	(1º Andar) Sala 07 – Extensão da Sala do Índio	Sala pequena com exposição de peças do cotidiano dos indígenas, com algumas peças expostas fora da redoma de vidro, mas delimitada por uma corda.
	(1º Andar) Sala 08 – Vladimir Kozák	Exposição de equipamentos utilizados por Kozák, como de gravação, filmadora, entre outras.
	(1º Andar) Ala 09 – Sala de Banho	“Original do prédio construído no início do séc. XX, pelo então proprietário Sr. Julio Garmatter, eminente empresário da época. O espaço, restaurado em 2002, mostra as peças do banheiro da casa, as quais foram importadas da Alemanha. Uma pintura em afresco dá à sala um toque de fascínio.” – MUSEU PARANAENSE, 2006, p. 26) As peças estão dispostas como originalmente, entretanto a delimitação por uma barra impede a aproximação ou circulação por entre as peças.
	ANEXO - Sala 10 – Sala das confecções	Exposição de vestimentas – espaços bem iluminado (durante o dia, tendo em vista as amplas janelas do corredor próximo).
	ANEXO - Exposição História do Paraná	Corredor com linha do tempo com fatos marcantes da história da formação do Estado; Após o corredor, entrada na sala 11 com exposição de peças referentes, por exemplo, as populações sambaqueiras; com bom espaço para circulação e boa iluminação diurna.

	ANEXO - Sala 12 – Os ceramistas tupi-guarani no Paraná	Exposição de peças como lanças, potes de cerâmica e canhões
	ANEXO - Sala 13 – Companhia de Jesus	Réplicas das embarcações e armadura; Boa disposição das peças possibilitando um espaço amplo para circulação e boa iluminação.
	ANEXO – Corredores	Primeiro corredor – imagens religiosas, quadros – com piso antiderrapante; Segundo corredor – cerâmicas do litoral paranaense; Armamentos, como metralhadoras;
	ANEXO - Sala 14	Várias peças referentes a mobiliários e utensílios utilizados na época, neste ambiente o espaço para a circulação é um pouco mais estreito. A porta de saída do prédio anexo é giratória – Há uma escadaria para voltar à entrada principal estreita, um pouco íngreme e sem sinalização.

TABELA 16 – Diagnóstico de Acessibilidade do Museu Paranaense
FONTE: FERREIRA, M. R. (2010)

4.2 INTERPRETAÇÃO E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Primeiramente, com base nas entrevistas aplicadas com representantes de cinco instituições foi possível identificar que os museus do município, quase que em sua totalidade não possuem atualmente condições adequadas para atender as especificidades deste público, o que traduz a necessidade de se inserir a acessibilidade dentre o planejamento das estruturas e atividades destes locais a fim de atender esta demanda em potencial.

Avaliando as sugestões e propostas feitas pelos entrevistados, é possível verificar que muitas das adequações necessárias estão pautadas em alterações ambientais simples, como a disponibilização de auxílios técnicos ou a adequação da iluminação local.

No que diz respeito especificamente à acessibilidade do Museu Paranaense, através da entrevista e da visita técnica ao local é evidente a constatação que nas

atuais circunstâncias o espaço não consegue atender satisfatoriamente às necessidades do público com deficiência visual.

Nenhuma das cerca de 300 mil peças do acervo do Museu Paranaense pode ser manuseada pelos visitantes e a identificação destas está disposta em etiquetas com fonte em tamanho pequeno e sem transcrição em Braille, assim como destacou a Sra. Neusa Cassanelli durante a entrevista.

Tendo em vista que a percepção tátil é um fator importante, senão fundamental, na promoção da acessibilidade para as pessoas com deficiência visual, como destacado inclusive por um dos representantes das instituições, a restrição ao sentido visual para o acesso às peças acaba sendo um limitador quanto à inclusão deste público, que fica limitado a conhecer o acervo através apenas da descrição oral por parte dos monitores durante a visitação, impossibilitando, por exemplo, uma visita auto guiada.

Apesar de três dentre as cinco instituições entrevistadas afirmarem já terem promovido visitas a algum museu de Curitiba, nenhuma apontou o Museu Paranaense entre os locais visitados.

Este dado, associado ao fato de que todas as instituições acreditam ser necessário um projeto de acessibilidade para pessoas com deficiência visual nos museus do município faz com que seja possível identificar uma oportunidade para o Museu Paranaense de buscar uma melhor aproximação com este público.

5. PROJETO DE TURISMO

5.1 DESCRIÇÃO DA PROPOSTA DO PROJETO

Com base nos dados levantados através da aplicação desta pesquisa foi possível constatar que, apesar do tema acessibilidade atualmente constar nas pautas de discussão política e no planejamento dos espaços públicos, ainda há uma lacuna no que diz respeito ao discurso e à real adequação dos ambientes quanto às questões de acessibilidade.

A utilização praticamente predominante da comunicação visual nos espaços museológicos faz com que o público com deficiência visual enfrente ainda mais dificuldades para usufruir do patrimônio existente nestes locais.

Como apontado por Resource (2005, p. 51) *apud* ANDRADE e SANTIL (2010, p. 74) “[...] a falta de informação acessível é geralmente citada por portadores de deficiência como o principal fator que os impede planejar uma visita ou aproveitar uma experiência como gostariam”.

As entrevistas com representantes de instituições de Curitiba que atendem pessoas com deficiência visual demonstraram o interesse por parte deste público em também usufruir do acervo presente nos museus. A análise das condições de acessibilidade do Museu Paranaense, no entanto, demonstra que atualmente o local não possui condições adequadas para atender de modo satisfatório as particularidades e necessidades deste público.

Tendo ciência de que no presente momento, por conta do extenso acervo do Museu e visando à conservação e preservação do mesmo, torna-se inviável o acesso através do toque e manuseio das peças que compõe o atual circuito de exposição, ou a reprodução de tais peças em réplicas táteis, ainda que soluções como a disponibilização de luvas para que os visitantes possam manusear algumas peças específicas (como de mobiliário ou armamento), assim como adotado pelo Museu da Casa Brasileira, poderiam ser consideradas.

Como alternativa a este quadro, propõe-se a adequação de uma sala do Museu Paranaense em um espaço de exposição, de caráter permanente, acessível para pessoas com deficiência visual, com a disponibilização de mapa e maquete táteis que possam ser manuseados.

Sugere-se a utilização do Auditório Loureiro Fernandes (FIGURA 14) como espaço para a instalação da sala temática, por se tratar de um espaço amplo, com uma iluminação mais adequada do que os demais espaços, facilitando a circulação por entre as peças expostas.



FIGURA 14 – Auditório Loureiro Fernandes (Museu Paranaense)

FONTE: FERREIRA, M. R.; 2010 (Crédito: Governo do Estado do Paraná, Secretaria de Estado da Cultura e Museu Paranaense)

O espaço terá a história do Paraná como temática principal, utilizando-se de seis maquetes táteis de alguns dos principais marcos do Estado e um mapa tátil, sendo estes utilizados para trazer ao visitante um panorama geral da história da formação do Paraná através de reproduções bidimensionais e tridimensionais, que podem ser confeccionados de materiais como resina acrílica e borracha texturizada (FIGURA 15 e 16).



FIGURA 15 – Sala Temática Acessível: Visão Geral
FONTE: FERREIRA, F. R. (2010)

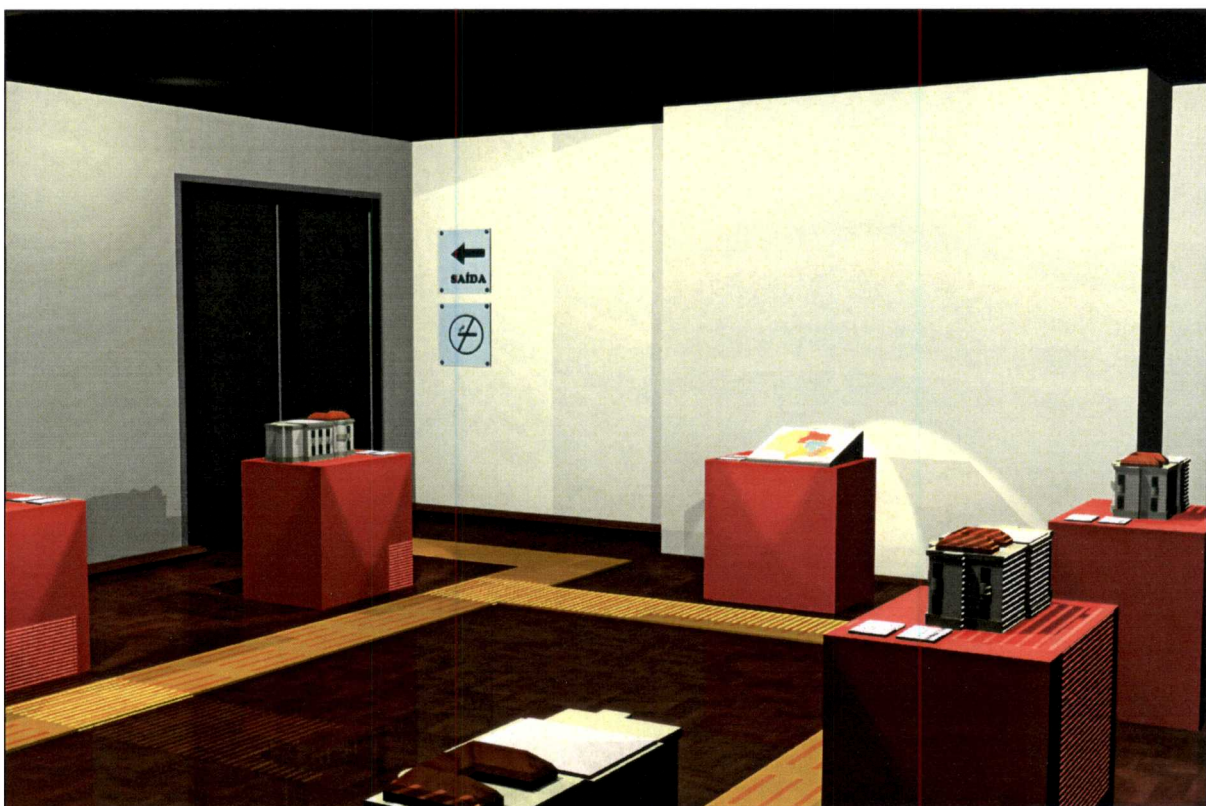


FIGURA 16 – Sala Temática Acessível: Visão Geral (Saída)
FONTE: FERREIRA, F. R. (2010)

É importante ressaltar que a sugestão quanto à temática da sala não é de resumir em um único espaço o acervo atualmente exposto no Museu Paranaense, mas sim de introduzir aos visitantes alguns fatores importantes quanto à história e à formação do Estado, de modo a instigar o interesse, auxiliar no aprendizado e na disseminação da história do Paraná e motivar os visitantes a buscarem mais informações.

De acordo com Andrade e Santil (2010), a importância de se disponibilizar tais elementos no formato de maquetes pauta-se no fato de que estes desempenham uma função constitutiva, permitindo criar e ou propiciar afinidade entre o público e os lugares nos quais estiveram ou se aproximaram por meio de histórias, identificando-os inclusive com a preservação desses bens culturais.

A intenção é permitir o conhecimento através principalmente da manipulação das peças, visando garantir a possibilidade de fruição da arte, da história e cultura para pessoas com deficiência visual, por meio de estímulos multissensoriais e lúdicos.

A percepção multissensorial é também parte inerente de uma postura semiótica aplicada à comunicação museológica que privilegia a compreensão da recepção, a partir dos estímulos provenientes dos objetos e dos sentidos, a eles atribuídos pelo público fruidor, sendo que, nesse caso mais específico, a ênfase da recepção está vinculada à fruição do objeto cultural a partir de todos os canais sensoriais além do visual, como o tátil, o auditivo, o olfativo, o paladar e o cinestésico. (TOJAL, 2007, p. 102).

TOJAL (2007, p. 103), ressalta que esses canais sensoriais podem ser estimulados por meio de recursos mediáticos (materiais sensoriais de apoio – objetos, réplicas, maquetes, extratos sonoros, entre outros, utilizados como instrumentos mediadores entre o público e o objeto cultural), “especialmente concebidos para facilitar a percepção do objeto cultural por parte do público fruidor, fator esse fundamental para a compreensão e significação deste objeto, principalmente aos públicos com necessidades especiais”.

Em suma, o objetivo deste projeto é tornar acessível às pessoas com deficiência visual e com baixa visão um pouco da história da formação e ocupação do Estado do Paraná, buscando facilitar a disseminação da linguagem tátil no

tratamento e comunicação da informação referente ao acervo hoje existente no museu.

A justificativa desta proposta pode se pautar nas palavras de ANTOLINO (2009, p. 18), que referente ao papel que o museu deve exercer, afirma:

Mais do que tornar-se conhecido e divulgado, o museu necessita ser vivido, compreendido como um local onde a tradição pode ser conhecida, percebida, questionada e reinventada, estimulando e apoiando, inclusive, a criação de novas metodologias.

Neste sentido, a presente proposta pretende não apenas proporcionar alternativas para aproximar o público com deficiência visual dos espaços museológicos, mas também instigar entre todos os visitantes, novas formas de compreensão e fruição destes locais.

Conforme pode ser observado nas imagens da planta do projeto, a Sala Temática Acessível dispõe de seis maquetes táteis e um mapa tátil do Estado do Paraná dispostas em um circuito delimitado com piso tátil. Optou-se por incluir o mapa tátil (FIGURA 17) no projeto, pois assim como afirma QUINTELA ([s.d], p. 02), “o mapa é uma representação gráfica da informação num contexto espacial e um importante instrumento de comunicação”.



FIGURA 17 – Sala Temática Acessível: Mapa Tátil
FONTE: FERREIRA, F. R. (2010)

De acordo com NOGUEIRA ([s.d.], p. 03) “mapas táteis são representações gráficas em textura e relevo que servem para orientação e localização de lugares e objetos para portadores de deficiência visual, portanto são valiosos instrumentos de inclusão social”.

A confecção do mapa deve abranger a distribuição das altitudes por meio de tonalidades (tons escuros para áreas mais altas e claros para as áreas mais baixas, por exemplo) e em relevo, além da distribuição da rede hidrográfica do Estado

Informações geográficas visuais e adicionais, como nomes de serras, de rios, de picos, de planaltos, de planícies, etc, podem ser identificadas por um número em braille no mapa associado à sua denominação na legenda do mapa, também em braille.

O texto sobre o mapa é tão importante na cartografia tátil quanto na cartografia convencional, pois um mapa deve ser compreendido a partir dos textos que ele traz no seu corpo ou na legenda. [...] Se houver possibilidade, deve ser avaliada a utilização do mapa junto com um dispositivo sonoro que permita a localização de lugares, isto é, a fala do nome do lugar cada vez que o usuário deficiente visual toca-o. Isso eliminaria a maioria da escrita em braille do mapa. (NOGUEIRA, [s.d], p. 06)

A ressalva feita por NOGUEIRA ([s.d.]) sobre a utilização de um dispositivo sonoro é um importante aspecto a ser considerado, pois além de eliminar um número excessivo de informações (em braille ou em fonte ampliada) na legenda das maquetes e do mapa, facilitariam na visita auto-guiada por parte das pessoas com deficiência, ainda que haja sempre informações adicionais que podem ser repassadas pelos monitores do museu.

No caso de uma maquete tátil sonora, no meio da maquete há sensores táteis (botões) que ao serem pressionados emitem uma informação sonora correspondente, dentro do contexto ao qual a maquete representa.

Esta alternativa exige que haja um dispositivo responsável pelos sinais dos sensores da maquete e envio ao dispositivo responsável pela emissão do som, sendo utilizado na maioria dos casos, um computador como emissor da informação sonora. Tendo em vista que esta opção torna o projeto pouco portátil e de alto custo, há ainda a alternativa de se utilizar, por exemplo, um aparelho MP3 (Bastos *et al.*, 2010).

Durante a análise das condições de acessibilidade do Museu Paranaense, constatou-se que é necessário realizar algumas adequações em sua infra-estrutura, tais como a alteração das etiquetas de identificação do acervo em fontes ampliadas e em Braille, assim como a identificação dos armários do guarda-volume e suas respectivas chaves; a instalação do piso tátil (pelo menos sinalizando a entrada e a saída do prédio); a disponibilização de materiais de divulgação e guia de visitação em fontes ampliadas e em Braille, assim como auxílios ópticos, como lupas, para pessoas com baixa visão.

A iluminação é um item que merece destaque, pois a maioria das salas de exposição possui uma iluminação branda, tornando alguns ambientes um pouco escuros, dificultando inclusive na leitura das etiquetas de identificação. Entretanto, este aspecto exige um planejamento mais aprofundado, pois o tipo de iluminação é um fator que afeta diretamente na conservação do acervo exposto.

Estas adequações ambientais, em especial para pessoas com baixa visão, segundo Ventrini (2009) podem ser obtidas através do controle de luz, por exemplo, aumentando a iluminação com focos luminosos para a leitura, realizando a transmissão da luz com o auxílio de lentes absorptivas e filtros que diminuem o ofuscamento e aumentam o contraste.

A fim de facilitar a formatação do presente projeto, tais adequações não serão detalhadas no orçamento, pois neste constará apenas os itens necessários à estruturação da sala temática.

5.2 ETAPAS PARA EXECUÇÃO DO PROJETO

5.2.1 Descrição das Etapas para a Execução do Projeto

A fim de organizar a estruturação deste projeto estipulou-se o prazo limite de um ano para a realização da obra, iniciando em Janeiro de 2011, e foram

organizadas as etapas necessárias quanto ao planejamento e instalação da sala temática no presente esquema:

Etapa	Descrição	Prazo	Observações
1. Escolha do espaço;	Escolha da sala do Museu Paranaense a ser utilizada para a instalação da sala temática	2 semanas	Conforme comentado anteriormente, sugere-se a utilização do Auditório Loureiro Fernandes para a instalação da Sala Temática Acessível
2. Seleção dos monumentos a serem reproduzidos nas maquetes táteis;	Esta etapa deve integrar além do Departamento Educativo, o Departamento de História, de Museologia e de Antropologia do Museu Paranaense.	8 semanas	Ressalta-se novamente que os monumentos devem remeter à história e cultura do Paraná, de modo a apresentar um panorama introdutório ao tema, que instigue o interesse em buscar maiores informações.
3. Análise e escolha dos materiais para as maquetes e o mapa;	Análise e seleção dos materiais a serem utilizados na confecção das maquetes e do mapa tátil	4 semanas	A escolha dos materiais poderá ser feita através da consultoria de Ateliês, Escritórios de Arquitetura e Design ou a professores destes cursos e influencia diretamente no orçamento do projeto.
4. Busca por parcerias e apoio para o financiamento do projeto;	Com base na proposta do projeto e a previsão inicial de custos pautada na escolha dos materiais a serem utilizados na confecção das maquetes e do mapa tátil.	8 semanas	Estipulou-se um prazo de 2 meses para a realização desta etapa pois a mesma exige negociações com diferentes instituições, que podem ser público ou privadas.
5. Compra dos suportes das maquetes e do mapa tátil;	Cada maquete será instalada em um suporte (madeira) com 80 cm de altura e 60 cm de largura, pois deve estar a uma altura que seja acessível também a pessoas com cadeiras de roda e crianças. A largura do suporte leva em conto que as maquetes e o mapa tátil tenham em média 50x50cm.	6 semanas	3 semanas para a pesquisa de orçamento e 3 semanas para a instalação dos suportes nas salas.
6. Confecção das	Após a escolha dos	12 semanas	Há estúdios

Maquetes e do Mapa Tátil;	monumentos a serem retratados e a compra dos materiais a serem utilizados, parte-se para a confecção das maquetes e do mapa tátil.		especializados na confecção de maquetes, entretanto pode-se cogitar como alternativa parceria com os cursos de Arquitetura, Design, Artes Plásticas, Geografia e Engenharia Cartográfica da UFPR.
7. Adequação e preparo da sala temática;	Tendo em vista a já instalação dos suportes, esta etapa abrange a instalação do piso tátil e os spots de iluminação das maquetes.	6 semanas	Esta etapa também prevê a compra de lupas (14 ao total, ficando duas para cada maquete e mapa) e a impressão das etiquetas de identificação em Braille;
8. Treinamento dos colaboradores do Departamento Educativo do Museu Paranaense	Treinamento a fim de qualificar os colaboradores do Departamento Educativo no atendimento de pessoas com deficiência, em especial deficiência visual, tendo em vista que este é o departamento responsável pela monitoria e acompanhamento das visitas.	3 dias - 3 semanas (O treinamento deverá ser realizado em três segundas-feiras, pois neste dia o Museu encontra-se aberto ao público)	O treinamento poderia ser realizado um colaborador da Pinacoteca de São Paulo, que dispõe do Programa Educativo para Públicos Especiais e oferta cursos de capacitação para profissionais; Uma alternativa seria uma parceria entre as entidades de Curitiba que atendem pessoas com deficiência visual;
9. Visita teste da Sala Temática Acessível;	A fim de testar as condições de acessibilidade e identificar possíveis ajustes na sala temática, será realizada uma visita teste com representantes das instituições de Curitiba que atendem pessoas com deficiência visual;	1 semana	Caso se identifique a necessidade de adequações quanto ao projeto, estas serão realizadas e posteriormente se efetuará uma nova visita teste.
10. Divulgação e Inauguração	A divulgação deverá ocorrer por meio de convites às instituições e a disponibilização de folheto promocional, além da divulgação em veículos de comunicação como jornais e internet.	3 semanas para divulgação	

TABELA 17 – Cronograma para o planejamento e implantação do projeto

FONTE: FERREIRA, M. R. (2010)

A fim de tornar funcional este projeto é essencial que todas as ações sejam efetivadas de maneira responsável e minimalista, proporcionando resultados práticos, proveitosos e sem falhas que acabem por prejudicar a visita da Sala Temática Acessível, tendo em vista que todos os materiais e equipamentos possuem importância para conformar a proposta como um todo.

Referente à identificação das maquetes e do mapa tátil (FIGURA 18), a NBR 9050:2004 prevê que tais informações devem posicionar-se abaixo dos caracteres ou figuras em relevo; a pessoa com baixa visão deve receber informações com texto impresso em fonte tamanho 16, com algarismos arábicos, em cor preta sobre o fundo branco (APÊNDICE 03).

A normatização destaca que textos, figuras e pictogramas em relevo são dirigidos às pessoas com baixa visão, às que ficaram cegas recentemente ou às que ainda estão sendo alfabetizadas em Braille.

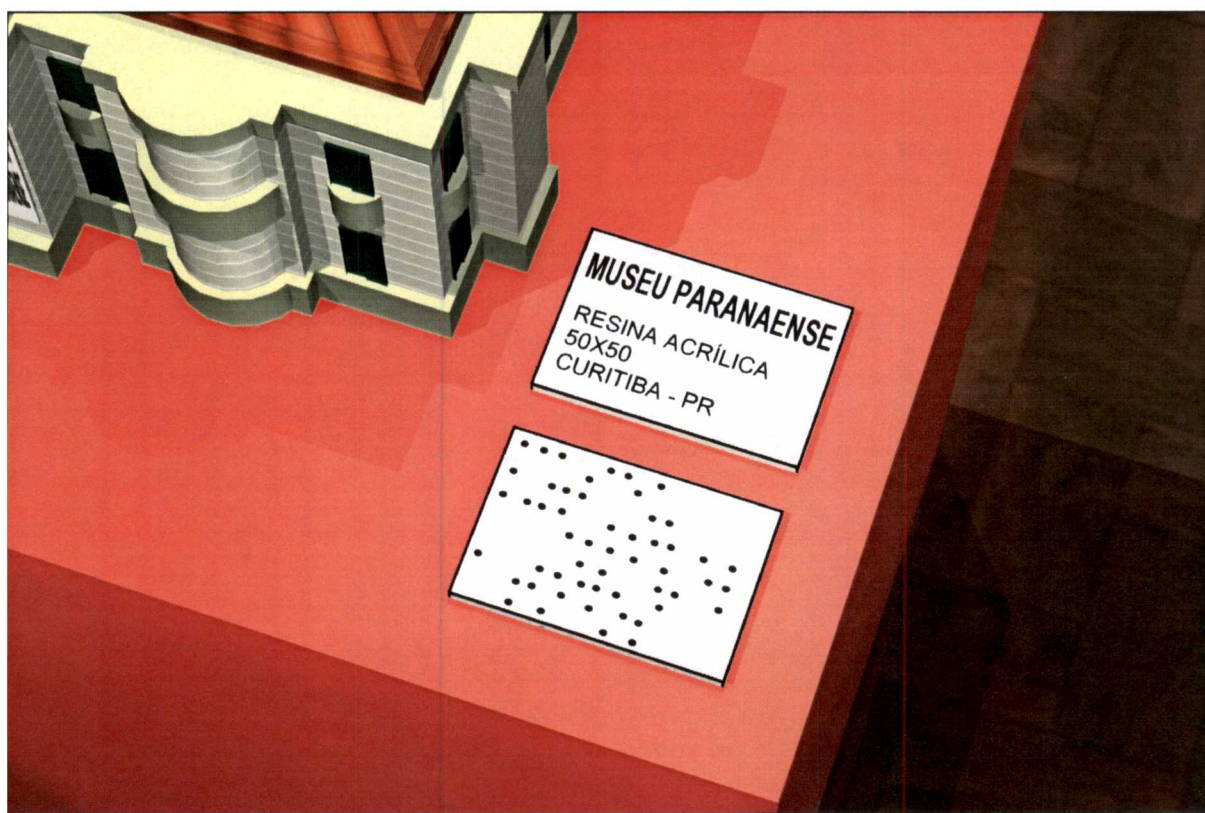


FIGURA 18 – Sala Temática Acessível: Etiquetas de identificação das maquetes e mapa tátil
FONTE: FERREIRA, F. R. (2010)

Neste sentido, para verificar se a atividade e os materiais sugeridos estarão em condições adequadas de serem praticadas pelo público com deficiência visual, destaca-se a importância da realização da visita teste (Etapa 09), planejada para ser realizada com um grupo de 25 pessoas (5 pessoas de cada instituição entrevistada nesta pesquisa: um representante e 4 alunos da instituição). Para que tal visita seja realizada, pode-se fretar um ônibus da linha especial de transporte urbano de Curitiba.

Esta visitação auxiliaria também na divulgação do espaço entre o público com deficiência, tendo em vista que durante a aplicação das entrevistas foi citada a importância de se divulgar tais ações através de convites às instituições que atendem pessoas com deficiência visual e assim os responsáveis possam replicar o convite a seus frequentadores. Neste sentido, elaborou-se um modelo de carta-convite e de um folheto de divulgação (APÊNDICE 04 e 05) que podem ser disponibilizados tanto nas entidades supracitadas, quanto em postos de informações turísticas.

Ressalta-se que a promoção deste espaço afeta diretamente no aumento de visitação do Museu Paranaense como um todo e não apenas no espaço proposto, por parte, por exemplo, de familiares e amigos dos visitantes com deficiência visual.

A internet pode ser um dos meios de divulgação, por se tratar de uma opção de baixo custo e de grande abrangência, mas como destacado anteriormente, é fundamental que a promoção do espaço inclua uma ação direta nas instituições.

Há alguns sites que poderiam divulgar gratuitamente esta alternativa de lazer, como por exemplo, o “Viaje Curitiba”, “Instituto Benjamin Constant”, “RINAM – Rede de Informação e Acessibilidade em Museus”, além dos sites de entidades representativas das pessoas com deficiência visual, em nível estadual e nacional.

5.2.2 Descrição dos Recursos Humanos

Os recursos humanos da proposta abrangem principalmente o Departamento Educativo do Museu Paranaense, que possui a função de recepcionar os visitantes,

prestar informações, auxiliar e acompanhar a visita do público, através das monitorias.

Devido à importância de um atendimento qualificado por parte dos colaboradores que atuam no Museu Paranaense, prevê-se um treinamento visando ao repasse de informações acerca da relevância de se incluir as pessoas com deficiência visual entre os visitantes dos museus, reconhecer as necessidades e particularidades deste público, assim como a forma correta de tratá-las e relacionar-se com as mesmas durante a visita.

Conforme disposto entre as observações da Etapa 08 do cronograma, seria interessante se o treinamento pudesse ser realizado em parceria com a Pinacoteca de São Paulo, que oferece através de seu Programa Educativo para Públicos Especiais, cursos de capacitação para profissionais educadores das áreas de artes, museus e saúde, entretanto isto afetaria os custos do projeto, pois exigiria o traslado dos colaboradores do Museu Paranaense a São Paulo ou de um colaborador da Pinacoteca a Curitiba.

Como alternativa, o treinamento pode ser realizado em uma parceria com uma das instituições que atendem as pessoas com deficiência visual, como o Instituto Paranaense de Cegos que também atende como centro de referência de informações sobre a deficiência visual.

Dentre os tópicos abordados no treinamento, propõe-se: acessibilidade e inclusão das pessoas com deficiência, verdades e mitos sobre as necessidades das pessoas com deficiência, caracterização da deficiência visual (cegueira e baixa visão) e condutas de atendimento ao público com deficiência visual. Nestes moldes, o treinamento deverá ser realizado em três segundas-feiras, pois neste dia o Museu Paranaense não está aberto para visitas, o que facilita a participação dos colaboradores (TABELA 18).

TREINAMENTO DEPARTAMENTO EDUCATIVO		
	HORÁRIO	ATIVIDADE
Dia 01	14h às 16h	- Introdução ao tema acessibilidade: A acessibilidade e inclusão das pessoas com deficiência - Verdades e Mitos sobre as deficiências
Dia 02	14h às 16h	- Caracterização da deficiência visual
Dia 03	14 às 16h	- Condutas de atendimento ao público com deficiência visual

TABELA 18 – Cronograma do Treinamento do Departamento Educativo do Museu Paranaense

FONTE: FERREIRA, M. R. (2010)

Conforme citado nas etapas de planejamento e execução do projeto, prevê-se a firmação de parcerias, tanto no sentido de obter recursos para a viabilização da proposta quanto para a confecção das maquetes e o mapa tátil e o treinamento dos colaboradores do Museu Paranaense.

5.2.3 Descrição do Orçamento

A previsão de custos do projeto pode sofrer diversas alterações tendo em vista a escolha dos materiais a serem utilizados para a confecção das maquetes. A variabilidade quanto aos materiais que podem ser utilizados dificultou inclusive na confecção do orçamento do projeto.

De acordo com os dados obtidos através do levantamento de projetos de maquete e mapas táteis já realizados em diferentes instituições, notou-se que os materiais mais frequentemente utilizados são: madeira, gesso e resina.

Visando à redução de custos, alguns projetos utilizaram, por exemplo, materiais recicláveis ou mais acessíveis como placas de isopor e de E.V.A, entretanto, por se tratar de uma exposição de caráter permanente, acredito que tais materiais desgastariam facilmente, o que exigiria posteriormente a substituição das maquetes. Sugestões de outros materiais podem ser obtidas através da consulta em cursos como o de Artes, Arquitetura e Design, podendo estes tornarem-se parceiros para a implantação deste projeto.

Deste modo, para a formulação do orçamento optou-se por estipular o valor máximo de R\$ 300 para o custo unitário de cada maquete e o mapa tátil, incluindo os materiais a serem utilizados e a confecção.

Além dos recursos e auxílio que pode ser obtido através das parcerias, a identificação e sinalização em Braille, por exemplo, pode ser obtida por meio do Instituto Benjamin Constant, localizado no Rio de Janeiro, tendo em vista que este fornece placas e qualquer outro material impresso em Braille gratuitamente.

Etapa	Custo Unitário	Quantidade	Custo Total
1. Escolha do espaço;	Tendo em vista que se propõe a utilização do Auditório Loureiro Fernandes, esta etapa consta como realizada e deste modo não contabiliza custos.		
2. Seleção dos monumentos a serem reproduzidos nas maquetes táteis;	R\$ 25 (Hora técnica)	32 horas (4 horas por semana); 4 colaboradores (1 de cada departamento)	R\$ 3.200
3. Análise e escolha dos materiais;	R\$ 25 (Hora técnica) (Caso seja necessário a contratação de um profissional especializado)	20 horas (10 horas por semana) 1 profissional	R\$ 500
4. Busca por parcerias e apoio para o financiamento do projeto	Impressão da proposta do projeto R\$ 0,10 (preto e branco) R\$ 1,20 (colorido)	40 páginas (30 páginas em preto e branco e 10 coloridas) - Impressão de 10 propostas do projeto	R\$ 150 (R\$ 15 cada proposta)
5. Compra dos suportes das maquetes;	R\$ 85	7 suportes de madeira (1 para o mapa tátil e 6 para as maquetes)	R\$ 595
6. Confecção das Maquetes e Mapa Tátil;	R\$ 300 (valor limite)	7 unidades	R\$ 2.100
7. Adequação e preparo da sala temática (Instalação do piso tátil e dos spots de iluminação);	R\$ 12 (o metro do piso tátil) R\$ 30 (spots de iluminação)	Piso tátil: 22 metros Spots de iluminação: 7 spots (1 spot direcionado para cada maquete)	R\$ 474
8. Treinamento dos colaboradores do Departamento Educativo do Museu Paranaense;	R\$ 6,50 (Hora técnica) 3 representantes de instituições que ministraram o treinamento	6 horas de treinamento (3 colaboradores)	R\$ 117
9. Visita teste da sala temática;	Solicitação de um ônibus da linha especial da URBS (25 pessoas)	A URBS – Urbanização de Curitiba oferece isenção tarifária para pessoas com deficiência	
10. Divulgação e Inauguração;	R\$ 1,20 (impressão do convite colorido a ser entregue nas instituições) R\$ 0,65 (folheto de divulgação)	75 convites (15 convites para cada instituição entrevistada) 2.500 folhetos	R\$ 2.750

TABELA 19 – Descrição do orçamento do projeto

FONTE: FERREIRA, M. R. (2010)

Com base nas projeções de custos propostas, estima-se que o custo total do projeto seja de R\$ 9.769, estando este valor sujeito a alterações no caso do aumento da impressão de folhetos ou no valor das horas técnicas dos profissionais.

Ressalta-se novamente que se estipulou para o custo das maquetes e do mapa tátil o valor limite de R\$ 300, entretanto este pode sofrer alterações de acordo com o material escolhido para a confecção.

Conforme apontado anteriormente, apesar de provavelmente o Museu Paranaense ter que entrar com uma contrapartida para os custos do projeto, tais recursos podem ser obtidos através de parceria com instituições públicas e/ou privadas, como por exemplo, o Banco Santander que patrocina o projeto “Museu para Todos”, que tem como intenção garantir o acesso de diferentes públicos à arte e ao patrimônio, por meio de processos educativos qualificados desenvolvidos na Pinacoteca de São Paulo. Há também a possibilidade de se obter recursos através de fundos municipais ou estaduais de incentivo à cultura, ou por meio do Fundo Nacional de Cultura.

5.2.4 Avaliação do Retorno do Investimento

Tendo em vista que o Museu Paranaense não cobra entrada para a visita, a princípio o projeto não prevê um retorno financeiro à instituição. Entretanto, é importante ressaltar que em nenhum momento o projeto teve como objetivo o lucro.

O principal retorno consiste na adequação, primeiramente de um espaço do Museu Paranaense, quanto aos quesitos da acessibilidade, aproximando o público com deficiência visual dos espaços museológicos e assim contribuindo para a democratização e o acesso à cultura e à história.

A divulgação da instalação da Sala Temática Acessível influenciará diretamente na divulgação do Museu Paranaense, tanto por sua importância histórica e cultural, para o ensino e registro da história do Paraná, quanto por sua utilização também como um atrativo turístico do município de Curitiba.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O turismo, através da utilização de bens do patrimônio histórico e cultural como componentes da oferta turística possibilita o acesso e a divulgação da cultura e da história de uma localidade, que pode ocorrer pelo próprio contato entre turistas e comunidade local em seu cotidiano.

Os museus, como bem material de patrimônio histórico e cultural, representam não apenas um espaço de exposição e pesquisa, mas principalmente, através de ações educativas, meios de propagar o ensino, o acesso e à democratização da cultura.

Neste sentido, o Decreto Lei n.º 5.264, de 5 de Novembro de 2004, que institui o Sistema Brasileiro de Museus, aponta entre as características das instituições museológicas, “o desenvolvimento de programas, projetos e ações que utilizem o patrimônio cultural como recurso educacional e de inclusão social”.

O reconhecimento do papel educativo dos museus implica a atuação destes não apenas frente ao público escolar, mas também para outros segmentos da população que ainda não estejam sendo totalmente contemplados.

Segundo Wilder (2009), a importância da acessibilidade cultural para populações marginalizadas resulta do reconhecimento da cultura como valor para os setores desfavorecidos, a chave para o tema de identidade coletiva e autoestima, portanto justifica-se como uma das missões dos museus na sua função social.

Neste sentido, Martins (2008) afirma que promover o ensino da arte a todos os públicos nos museus, configura-se como um investimento e uma responsabilidade social cujos benefícios se revertem a favor de todos.

Com base neste panorama e tendo em vista que, por conta da utilização quase que predominante da comunicação visual, os museus, em sua maioria, não dispõem de recursos que proporcionem à pessoa com deficiência visual usufruir, de modo autônomo e independente, o acervo existente nestes locais, colocou-se como objetivo para esta pesquisa investigar alternativas quanto à acessibilidade em museus, a fim de atender a demanda por parte das pessoas com deficiência visual, na qual foi possível constatar através da aplicação das entrevistas com as

instituições que atendem este público. Nesta perspectiva, apontou-se a proposta da criação de uma Sala Temática Acessível para ser instalada no Museu Paranaense, que atualmente não possui condições adequadas quanto à acessibilidade para pessoas com deficiência visual.

É desta forma que os museus podem contribuir para que a pessoa com deficiência visual adquira um auto-conceito positivo. Ou seja, estabelecendo uma relação de respeito e consideração para com o público com deficiência, estimulando a existência de experiências de sucesso mediante práticas focalizadas para as suas necessidades e para o seu desenvolvimento cognitivo. (MARTINS, 2008, p. 25)

Em suma, espera-se que este trabalho venha a contribuir na discussão acerca da acessibilidade e do papel do turismo como um instrumento de democratização do lazer e de promoção do respeito entre as pessoas, instigando a criação de novos projetos que atendam as particularidades de todos os públicos, com ou sem deficiência.

Assim como afirma Serpa (2009), o objetivo da inclusão social é permitir que todos os seres humanos se desenvolvam como são e para isto é necessário reconhecer a diversidade da população e a necessidade que todos têm de ser independentes.

7. REFERÊNCIAS

AGUIRRE, R. S. *et al.* **Recreação e Turismo para todos**. Caxias do Sul: EDUCS, 2003.

ANDRADE, L. de; SANTIL, F. L. de P. Cartografia tátil: acessibilidade e inclusão social. In: **Revista Museologia e Patrimônio**. Vol. 03, n. 01 – jan/jun de 2010. Disponível em: <<http://revistamuseologiaepatrimonio.mast.br/index.php/ppgpmus>> Acesso em 12 out. 2010

ANICO, M. A pós-modernização da cultura: Patrimônio e museus na contemporaneidade. In: **Horizontes Antropológicos**, ano 11, N. 23. Porto alegre, jan/jun 2005. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-71832005000100005> Acesso em 15 de mai 2010.

ANSARAH, M. Teoria geral do turismo. In: TRIGO, L. G. G. (Org.). **Turismo**: como aprender e como ensinar. 2. ed. São Paulo: SENAC, 2000, p. 11-36.

ANTOLINO, A. S. **Arte-Educação no museu**: um estudo dos setores educativos da Pinacoteca e do Museu de Arte Moderna de São Paulo. Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Artes. Campinas/SP, 2009.

ASHTON, M. S. G. (Org.). **Turismo**: sinais de cultura. Novo Hamburgo: FEEVALE, 2001.

BARRETO, M. **Manual de iniciação ao estudo do turismo**. 13ª ed. rev. e atual. Campinas: Papirus, 2003 (Coleção Turismo).

BASTOS, B. L. *et al.* **Implementação de Maquete Tátil Sonora para Pessoas com Deficiência Visual**. Universidade Estadual de Campinas: Campinas, 2010. Disponível em: < http://www.inf.pucminas.br/sbc2010/anais/pdf/wie/st02_03.pdf> Acesso em 22 out. 2010.

BOITEUX, B. **Legislação de turismo**: Tópicos de direitos aplicados ao turismo. 2. ed. Rio de Janeiro: Campus, 2003.

CAMISÃO, V. Turismo e Acessibilidade. In: MINISTÉRIO DO TURISMO. **Turismo Social**: diálogos do turismo: uma viagem de inclusão. Ministério do Turismo, Instituto Brasileiro de Administração Municipal. Rio de Janeiro: IBAM, 2006.

CARVALHO, A C. O futuro dos museus da cidade: gestão em rede. In: **Acervo Artístico-Cultural dos Palácios do Governo** [s.d]. Disponível em: <http://www.acervo.sp.gov.br/artigos/arquivos/O_FUTURO_DOS_MUSEUS_DA_CIDADE_GESTAO_EM_REDE.pdf> Acesso em 18 de mai. 2010

CARVALHO, A. S. **A acessibilidade dos lugares: Reflexões e práticas.** In: VI Seminário da Associação Brasileira de Pesquisa e Pós-Graduação em Turismo. 2009. Universidade Anhembi Morumbi – UAM. São Paulo/SP.

CARVALHO, M. de O. **A acessibilidade para cadeirantes nos atrativos turísticos culturais do centro de Porto Alegre:** Considerações sobre um roteiro. Curso de Turismo. Centro Universitário Metodista IPA. Porto Alegre, 2007.

CASTELLI, G. **Turismo:** atividade marcante do século XX. 2. ed. Caxias do Sul: EDUCS, 1990.

CASTRO, A. L. Siaines de. **Museu e Turismo:** uma relação delicada. In: VIII Enancib – Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação. 28 a 31 de out. 2007. Salvador /BA.

CONSTITUIÇÃO. **Constituição da República Federativa do Brasil.** Texto promulgado em 05 de outubro de 1988. Disponível em: <http://www.senado.gov.br/sf/legislacao/const/con1988/CON1988_05.10.1988/index.htm> Acesso em 16 mai. 2010.

COOPER, Chris *et al.* **Turismo, princípios e práticas.** 2. ed. Porto Alegre: Bookman, 2001.

Decreto Lei n.º 5.264, de 5 de novembro de 2004. Institui o Sistema Brasileiro de Museus e dá outras providências. In: **IPHAN – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.** Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br:8080/portal/baixaFcdAnexo.do?id=301>> Acesso em 16 mai. 2010.

DENKER, A. de F. M. **Métodos e técnicas de pesquisa em turismo.** São Paulo: Futura, 1998.

GÂNDARA, J. M. G., et al. Viabilizando a relação entre a cultura e o turismo: diretrizes para o estabelecimento de políticas integradas entre os dois setores. In : **Turismo Visão e Ação.** Vol. 08, n. 1. p. 129-140. Jan./abr. 2006.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa.** 3. ed. São Paulo: Atlas, 1991.

GIL, M. Deficiência: uma forma de viver o mundo. In: FUNDAÇÃO PREFEITO FARIA LIMA – CEPAM. Unidade de Políticas Públicas – UPP. **Município acessível ao cidadão.** Coord. Adriana Romeiro de Almeida Prado. São Paulo, 2001

GOMES, D. M. C. Turismo e museus: um potencial a explorar. In: FUNARI, Pedro Paulo & PINSKY, Jaime (orgs). **Turismo e Patrimônio Cultural.** São Paulo: Contexto, 2003.

GONZÁLES, N. E. K. de. Hospitalidade e preconceito no turismo. In: **Turismo: Visão e Ação**, ano 04, n. 10, out. 2001 / mar. 2002.

ICOM. **Código de Ética do ICOM para Museus**. Tradução da Diretoria do Comitê Brasileiro do ICOM. 3º Fórum Nacional de Museus. Florianópolis, jul. 2008.

IRVING, M. de A., BURSTYN, I., SANCHÓ, A. P., MELO, G. de M. **Revisitando significados em sustentabilidade no planejamento turístico**. 2005. In: Caderno Virtual de Turismo. Disponível em: <<http://www.ivt.coppe.ufrj.br/caderno/ojs/viewarticle.php?id=101&layout=abstract>> Acesso em 18 de mai. 2010

KÖHLER, A. F. DURAND, J. C. G. Turismo cultural: conceituação, fontes de crescimento e tendências. **Revista Turismo – Visão e Ação**. Vol. 09. N. 2. Maio/Ago 2007.

KRAVETS, I., CAMARGO, P. de. **La importância Del turismo cultural en La construcción de La identidade nacional**. Cultur – Revista de Cultura e Turismo. Ano 02, n. 02, jul/2008. Disponível em: <<http://www.uesc.br/revistas/culturaeturismo/edicao3/artigo1.pdf>> Acesso em 15 de mai de 2010.

LORA, T. D. P. Descobrimo o real papel das outras percepções, além da visão, para a orientação e mobilidade. In: MOTA, M. G. B. da (Coord.). **Orientação e Mobilidade: Conhecimentos básicos para a inclusão do deficiente visual**. Brasília: MEC, SEESP, 2003.

MARTINS, P. I. S. R. **A inclusão pela arte: Museus e públicos com deficiência visual**. Universidade de Lisboa, Faculdade de Belas-Artes. Mestrado em Museologia e Museografia. Lisboa, Portugal: 2008.

MASINI, E. F. S. (org.) **A pessoa com deficiência visual: um livro para educadores**. São Paulo: Vetor, 2007

MENEZES, J. G. de *et al.* **A acessibilidade do portador de necessidades especiais: um estudo de caso no Complexo Turístico Largo São Sebastião na cidade de Manaus – Amazonas**. In: VI Seminário da Associação Brasileira de Pesquisa e Pós-Graduação em Turismo. Setembro de 2009. Universidade Anhembi Morumbi-UAM. São Paulo/SP.

MINISTÉRIO DA CULTURA. **Política nacional de museus**. Brasília: MinC, 2007.

MINISTÉRIO DO TURISMO. Secretaria Nacional de Políticas de Turismo. **Turismo e Acessibilidade: Manual de Orientações**. Ministério do Turismo. Coordenação Geral de Segmentação – 2. ed. Brasília: Ministério do Turismo, 2006.

_____. **Segmentação Turística – Marcos Conceituais**. Brasília: Ministério do Turismo, 2005.

_____. **Turismo Acessível: Bem Atender no Turismo Acessível. Volume III.** Brasília: Ministério do Turismo, 2009.

_____. **Turismo Acessível: Mapeamento e Planejamento do Turismo Acessível nos Destinos Turísticos. Vol. II.** Brasília: Ministério do Turismo, 2009.

_____. **Turismo Acessível: Mapeamento e Planejamento do Turismo Acessível nos Destinos Turísticos. Vol. II.** Brasília: Ministério do Turismo, 2009.

_____. **Turismo cultural: orientações básicas/** Ministério do Turismo, Secretaria Nacional de Políticas de Turismo, Departamento de Estruturação, Articulação e Ordenamento Turístico, Coordenação Geral de Segmentação – 2. ed. – Brasília: Ministério do Turismo, 2008.

MUSEU PARANAENSE. **Catálogo Museu Paranaense.** Curitiba: Secretaria de Estado da Cultura, 2006.

NEVES, S. C. **Os usos sociais do patrimônio:** uma categoria de diversos pensamentos. In: VI Seminário da Associação Brasileira de Pesquisa e Pós-Graduação em Turismo. 10 e 11 de setembro de 2009 – Universidade Anhembi Morumbi – UAM – São Paulo/SP

NOGUEIRA, R. E. **Mapas táteis padronizados e acessíveis na WEB.** Laboratório de Cartografia Tátil e Escolar. Universidade Federal de Santa Catarina. Disponível em: < http://www.labtate.ufsc.br/images/mapastateis_ruth.pdf > Acesso em 21 out. 2010.

OLIVEIRA, A. M. de. Turismo e desenvolvimento local: a cultura como elemento de aporte ao desenvolvimento da atividade. In: **Turismo – Visão e Ação**, vol. 7, n. 1, p. 49-67, jan/abr. 2005.

PECIAR, P. L. R. Turismo cultural: um olhar sobre as manifestações de atratividade encontradas nas feiras populares do Brique da Redenção em Porto Alegre-RS, Brasil e a feira da Praça Matriz em Montevidéu, no Uruguai. In: BARRETO, M. (org.). **Turismo, cultura e sociedade.** Caxias do Sul: EDUCS, 2006.

PELEGRINI FILHO, A. **Ecologia, Cultura e Turismo.** 5 ed.rev, Campinas: Papirus, 2000

PELEGRINI, S. C. A . O patrimônio cultural e a materialização das memórias individuais e coletivas. In: **Patrimônio e Memória.** v. 03, n. 01, UNESP, 2007. Disponível em: <http://www.assis.unesp.br/cedap/patrimonio_e_memoria/patrimonio_e_memoria_v3.n1/sandra_pelegrini.pdf> Acesso em 14 de mai. 2010

PEREZ, M. A. R. Inclusão Escolar e Acessibilidade. In: FUNDAÇÃO PREFEITO FARIA LIMA – CEPAM. Unidade de Políticas Públicas – UPP. **Município acessível ao cidadão**. Coord. Adriana Romeiro de Almeida Prado. São Paulo, 2001.

PIRES, E. V. Impactos Sócio-Culturais do Turismo sobre as comunidades receptoras: Uma análise conceitual. 2004. In: **Caderno Virtual de Turismo**. Disponível em: <
<http://www.ivt.coppe.ufrj.br/caderno/ojs/viewarticle.php?id=60&layout=abstract>>
 Acesso em 12 de mai de 2010.

PRADO, A. R. de A. Ambientes Acessíveis. In: **Município acessível ao cidadão**. Fundação Prefeito Faria Lima – CEPAM. Unidades de Políticas Públicas. São Paulo, 2001.

QUINTELA, M. A. **O Brasil em relevo**: da construção de maquetes de relevo, como trabalho escolar, a sua utilização como recurso didático por alunos deficientes visuais. Colégio Estadual México. Disponível em: <
http://www.cartografia.org.br/xxi_cbc/280-E25.pdf> Acesso em 20 out. 2010

Rede de Informação e Acessibilidade em Museus – RINAM. Disponível em: <
<http://www.rinam.com.br/espacos.php#es>> Acesso em: 03 jun. 2010.

RODRIGUES, Marly. Preservar e consumir: O patrimônio histórico e o turismo. In: FUNARI, Pedro Paulo & PINSKY, Jaime (orgs). **Turismo e Patrimônio Cultural**. São Paulo: Contexto, 2003.

RUA, M. das G. Turismo e Políticas Públicas de Inclusão. In: MINISTÉRIO DO TURISMO. **Turismo Social**: Diálogos do Turismo: Uma viagem de inclusão. Ministério do Turismo, Instituto Brasileiro de Administração Municipal – Rio de Janeiro: IBAMA, 2006.

SÁ, E. D. de *et al.* **Atendimento Educacional Especializado**: Deficiência Visual. Brasília/DF: SEESP / SEED / MEC, 2007. Disponível em: <
http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/aee_dv.pdf> Acesso em 22 de mai. 2010

SANTOS, C.P.; FRATUCCI, A.C. **Limitações e facilidades na acessibilidade de pessoas com deficiência em atrativos turísticos da cidade do Rio de Janeiro**. In: Seminário Internacional de Turismo. Curitiba. Anais... Curitiba: OBSTUR/UFPR: UNIVERSIDADE POSITIVO, 2009.

SANTOS, R. I. C. dos. Conhecimento, conscientização e preservação de patrimônio cultural para a prática do turismo. In: **Turismo – Visão e Ação**, ano 04, n. 08, abr/set de 2001. Disponível em: <
<https://www6.univali.br/seer/index.php/rtva/article/view/1275>> Acesso em 14 de mai. 2010.

SARRAF, V. P. A inclusão dos deficientes visuais nos museus. Musas - **Revista Brasileira de Museus e Museologia**, n.2, 2006. Rio de Janeiro: Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Departamento de Museus e Centros Culturais, 2004.

_____. **Reabilitação do Museu**: políticas de inclusão cultural por meio da acessibilidade. Dissertação (Mestrado) – Departamento de Ciência da Informação. Escola de Comunicação e Artes/USP, 2008.

SASSAKI, R. K. **Inclusão no lazer e turismo**: em busca da qualidade de vida. São Paulo: Áurea, 2003.

SERPA, A. B. B. **Acessibilidade para pessoas com deficiência e inclusão social no turismo**: a experiência da cidade de Socorro – SP. Centro de Excelência em Turismo: UnB. Brasília, 2009.

SILVA, A. M. M. da; OLIVEIRA. **Fenatech – Feira Nacional de Tecnologia, Inclusão e Acessibilidade**: Proposta de Evento com a inserção de Pessoas Portadoras de Deficiência. Trabalho de Graduação em Turismo. Universidade Federal do Paraná. Curitiba, 2009.

SILVA, W. C. D. O potencial turístico dos museus brasileiros: Uma análise em Minas Gerais. In: **PUC Minas – Revista de Turismo**, vol. 03, n.º 04, Nov. 2008. Disponível em:

[http://www.turismo.pucminas.br/v3n4/PDFs/O%20Potencial%20Turistico%20dos%20Museus Brasileiros.pdf](http://www.turismo.pucminas.br/v3n4/PDFs/O%20Potencial%20Turistico%20dos%20Museus%20Brasileiros.pdf) Acesso em 12 de mai. 2010.

SOARES, M. M.; LOPES, P. W. **Patrimônio x Identidade**: A relação entre a população e o Museu Histórico de Acari/RN. In: VI Seminário da Associação Brasileira de Pesquisa e Pós-Graduação em Turismo. Setembro de 2009. Universidade Anhembi Morumbi – São Paulo.

TOJAL, A. P. da F.. **Políticas Públicas Culturais de Inclusão de Públicos Especiais em Museus**. Universidade de São Paulo – Escola de Comunicações e Artes. São Paulo, 2007.

VASCONCELLOS, C. de M. **Turismo e Museus**. São Paulo: Aleph, 2006. Coleção ABC do Turismo.

VENTORINI, S. E. **A experiência como fator determinante na representação espacial da pessoa com deficiência visual**. São Paulo: UNESP, 2009

VINHAS, T. dos S. Patrimônio Histórico e Turismo Cultural: a sustentabilidade em questão. In: **Textos e Contextos/FIB** - Centro Universitário da Bahia. Ano 3, n.4 (Jul./Dez., 2005). Salvador: Editora FIB, 2006

WILDER, G. S. **Inclusão social e cultural**: arte contemporânea e educação em museus. São Paulo: Ed. UNESP, 2009.

8. APÊNDICES

APÊNDICE 01: Modelo de Entrevista – Representante das Instituições

ENTREVISTA

1. Identificação

1.1 Associação/Instituto: _____

1.2 Área de atuação, cargo e tempo de atuação: _____

2. Instituição

2.1 Quantas pessoas com deficiência visual a Instituição atende atualmente?

2.2 Qual a faixa etária assistida pela Instituição?

() 0 a 12 anos () 12 a 25 anos () 25 a 60 anos () Mais de 60 anos

() Todas as faixas etárias

2.3 Qual o grau de escolaridade das pessoas atendidas pela Instituição?

() Ensino Fundamental () Ensino Médio () Ensino Superior

2.4 Dentre as pessoas atendidas pela Instituição, a porcentagem é maior de pessoas do sexo Masculino ou Feminino?

3. Perfil das pessoas atendidas pela Instituição: Caracterização da Deficiência

3.1 Tipo de Deficiência:

() Apenas Visual () Visual e Motora () Visual e Auditiva

() Visual e Mental () Visual e Física

3.2 Caracterização da Deficiência Visual:

() Cegueira (Acuidade Visual igual ou menor que 0,05)

() Baixa Visão (Acuidade visual entre 0,3 e 0,05)

4. Museus e Acessibilidade

4.1 Que atividades de lazer e recreação são oferecidas pela Instituição?

4.2 A instituição já realizou alguma visita a um museu do município de Curitiba com seus alunos? Se sim, para qual (is)?

4.3 Houve dificuldades durante a visitação ao museu? Se sim, qual (is)?

4.4 Se houvesse, em um museu da cidade, uma exposição para pessoas com deficiência visual, a Instituição promoveria uma visita?

4.5 Quais os fatores que julga os mais importantes para que um museu possua condições adequadas de visitação para o público com deficiência visual? (Enumerar por ordem de importância, sendo 1 o mais importante e o 7 menos importante)

() Estrutura física;

() Atendimento qualificado;

() Divulgação especializada;

() Oficinas específicas para pessoas com deficiência visual;

() Sinalização e Comunicação;

() Exposições específicas para o público com deficiência visual;

() Outros: _____

4.6 A entidade acredita ser necessário um projeto de acessibilidade para pessoas com deficiência visual em museus do município de Curitiba?

4.7 Sugestões e Propostas

APÊNDICE 02: Modelo de Entrevista – Representante do Museu Paranaense

ENTREVISTA

1. Nome: _____
2. Área de atuação, cargo e tempo de atuação:
- _____
3. O museu proporciona algum tipo de treinamento a seus colaboradores para o atendimento a pessoas com deficiência?
- () Sim () Não
4. Para quais tipos de deficiência?
- () Deficiência Física () Deficiência Visual () Deficiência Intelectual
- () Deficiência Auditiva () Deficiência Motora
5. Algum colaborador já constatou algum tipo de dificuldade no atendimento a pessoas com deficiência?
- () Sim – Não sabia como proceder
- () Sim – Passou o atendimento para outro funcionário
- () Não, o atendimento foi normal
6. Conhece alguma lei ou norma que assegura os direitos das pessoas com deficiência?
- () Sim () Não
7. Conhece algum museu acessível para pessoas com deficiência visual? Se sim, quais?
- _____
- _____

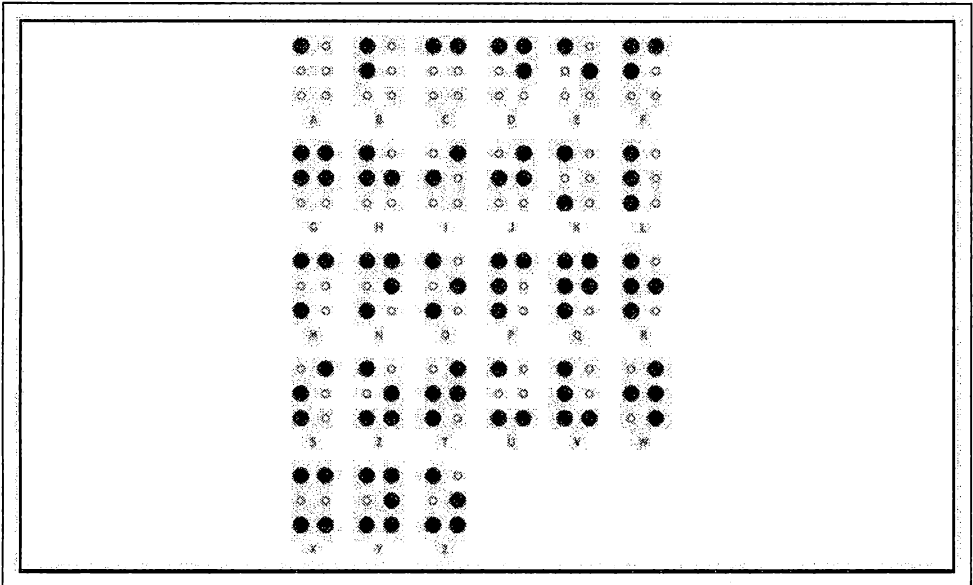
8. Considera que o Museu Paranaense possui condições adequadas de acessibilidade para pessoas com deficiência visual? Justificar.

(Acessibilidade física; formas de atendimento diferenciado; serviços adaptados; envolvimento, treinamento e conscientização de funcionários)

9. Já houve no museu alguma exposição específica para o público com deficiência visual?Qual?

10. Acredita ser necessário um projeto de acessibilidade específico para pessoas com deficiência visual? Justificar.

APÊNDICE 03 – Modelo de Placa de Identificação das Maquetes e Mapa Tátil (Em fonte ampliada e Braille)



APÊNDICE 04 – Sala Temática Acessível: Modelo de Carta-Convite

CONVITE

O Departamento Educativo do Museu Paranaense tem o prazer de convidar o Sr. (a) para a inauguração da Sala Temática Acessível instalada no Auditório Loureiro Fernandes, a realizar-se no dia 18 de Outubro de 2011 às 17h.

Ressaltamos que a presente ação tem como objetivo principal aproximar o público com deficiência visual dos espaços museológicos e assim contribuir para a democratização e o acesso à cultura.

Contamos com sua participação!

MUSEU PARANAENSE

Rua Kellers, 289 – Alto São Francisco

Curitiba / PR

Telefone: (41) 3304-3300



MUSEU PARANAENSE

APÊNDICE 05 – Sala Temática Acessível: Modelo de folheto para divulgação

VENHA SENTIR

A HISTÓRIA!



Imagem disponível em: <<http://weheartit.com/entry/1770265>>

**CONHEÇA A SALA TEMÁTICA ACESSÍVEL DO
MUSEU PARANAENSE
COM MAPA E MAQUETES TÁTEIS
PARA VER E TOCAR!**

**VISITAS DE TERÇAS ÀS SEXTAS DAS 9:00h ÀS 17:00h
SÁBADOS, DOMINGOS E FERIADOS DAS 11h às 15h
INFORMAÇÕES: (41) 3304-3300**



MUSEU PARANAENSE

Roteiro de Inspeção – Mapeamento da Acessibilidade

Descrição do Serviço Prestado pela Organização	
Detalhe, tanto quanto possível, as características básicas da edificação e do serviço prestado, especialmente os locais de acesso e circulação de pessoas. Descreva os serviços e produtos de interesse turístico.	
Dados do Pesquisador	
Nome:	Data da pesquisa:
Dados Inseridos em Banco de Dados: () Sim () Não	
Observações:	

ROTEIRO DE INSPEÇÃO

VERIFICAÇÃO DA ACESSIBILIDADE DA EDIFICAÇÃO

ACESSOS EXTERNOS À EDIFICAÇÃO

Estado de conservação das calçadas

a.() Bom

b.() Regular

c.() Ruim

d.() Péssimo

Especificação do tipo de piso externo (calçadas)

a.() Antiderrapante e antitrepicante

b.() Antiderrapante e trepidante

c.() Derrapante e antitrepicante

d.() Derrapante e trepidante

Guias rebaixadas

a.() Adequada

b.() Inadequada

c.() Utilizada atualmente, mas fora de norma

d.() Adaptáveis

Rampas acessíveis

a.() Adequada

b.() Inadequada

c.() Utilizada atualmente, mas fora de norma

d.() Adaptáveis

Sinalização Tátil de Alerta em Interferências

a.() Existente total

b.() Inexistente total

c.() Existente parcial

d.() Não existe interferência

ACESSOS PRIVADOS À EDIFICAÇÃO

Estado de Conservação da circulação interna

a.() Bom

b.() Regular

c.() Ruim

d.() Péssimo

Especificação do tipo de piso (dentro do lote)

a.() Antiderrapante e antitrepicante

b.() Antiderrapante e trepidante

c.() Derrapante e antitrepicante

d.() Derrapante e trepidante

Circulações e acessos

a.() Acessíveis

b.() Parcialmente acessíveis

c.() Inacessíveis

FONTE: Ministério do Turismo (2009, p. 17-21)

Roteiro de Inspeção – Mapeamento da Acessibilidade

ACESSOS AOS AMBIENTES INTERNOS

Os ambientes internos são acessíveis (em %)

- a.() 100% – Todos adequados e acessíveis
- b.() Entre 80 e 100% adequados e acessíveis
- c.() Entre 50 e 80% adequados e acessíveis
- d.() Entre 30 e 50% adequados e acessíveis
- e.() Entre 10 e 30% adequados e acessíveis
- f.() 10% ou menos dispositivos adequados

Quanto às circulações internas principais

- a.() Possuem largura superior a 1,20m
- b.() Possuem largura entre 1,00 e 1,20m
- c.() Possuem largura entre 0,80cm e 1m
- d.() Não são acessíveis

SANITÁRIOS

Quantidade de sanitários acessíveis

- a.() Superior ao mínimo legal
- b.() Atende a recomendação legal
- c.() Inferior ao mínimo legal

Localização de acordo com a edificação

- a.() Rota acessível em todos os pavimentos
- b.() Rota acessível em apenas um pavimento
- c.() Não está localizado em rota acessível

Disposição dos acessórios

- a.() Dentro da faixa de alcance
- b.() Parcialmente dentro da faixa de alcance
- c.() Fora da faixa de alcance

Instalação das barras de apoio

- a.() Existentes e em local adequado (vaso ou lavatório)
- b.() Existentes porém em local inadequado
- c.() Existe local adequado apenas (vaso ou lavatório)
- d.() Inexistente

Largura da porta

- a.() Igual ou superior a 1m
- b.() Entre 90 cm e 99 cm
- c.() Entre 80 cm e 89 cm
- d.() Igual ou inferior a 79 cm

Acessórios adequados da porta

- a.() Barra horizontal, maçaneta alavanca e material resistente
- b.() Barra horizontal e material resistente
- c.() Maçaneta horizontal e material resistente
- d.() Barra horizontal e maçaneta horizontal
- e.() Maçaneta tipo alavanca

AUTONOMIA E SEGURANÇA

A edificação permite autonomia e segurança

- a.() Em todos os equipamentos e atividade
- b.() Apenas em parte das atividades
- c.() Na maioria dos equipamentos e atividade
- d.() Não há autonomia em equipamentos e atividades

PISOS TÁTEIS DE ALERTA

A edificação possui pisos táteis de alerta

- a.() Em todos os locais necessários
- b.() Apenas em parte dos locais necessários
- c.() Em nenhum local necessário

PISOS TÁTEIS DIRECIONAIS

A edificação possui pisos táteis direcionais

- a.() Em todos os locais necessários
- b.() Apenas em parte dos locais necessários
- c.() Em nenhum local necessário

FONTE: Ministério do Turismo (2009, p. 17-21)

Roteiro de Inspeção – Mapeamento da Acessibilidade

SINALIZAÇÃO BRAILLE Sinalização em batentes a.() Em todas as portas existentes b.() Apenas em partes das portas existentes c.() Em nenhuma das portas existentes Sinalização em corrimão e circulações a.() Em todos os locais indicados b.() Apenas nos locais indicados c.() Em nenhum dos locais indicados Em mapas táteis a.() Em superfícies inclinadas b.() Na parede c.() Em nenhum dos locais indicados Em cardápios a.() Somente o Braille b.() Na versão tinta e Braille c.() Não existe SINALIZAÇÃO DE EQUIPAMENTOS Quanto ao SIA de equipamentos acessíveis a.() Existe em todos os elementos acessíveis b.() Existe na maioria dos elementos acessíveis c.() Existe em parte dos elementos acessíveis d.() Não existe SIA RAMPAS, ESCADAS E TRATAMENTO DE DESNÍVEIS Em qualquer tipo de desnível existente a.() Todos desníveis tratados adequadamente b.() Adaptados e utilizados, mas fora da norma c.() Maioria dos desníveis tratados adequadamente d.() Parte dos desníveis tratados adequadamente e.() Não existe tratamentos ou adaptações	RECEPÇÕES Sobre as quantidades de assentos a.() Atende à norma b.() Inferior a recomendação legal, possível de adaptação c.() Não atende à norma Sobre o atendimento às pessoas a.() Atende a PCR*, PMR* e PO* b.() Atende PCR e PMR c.() Atende PMR e PO d.() Atende PCR e PO e.() Atende apenas PMR f.() Não atende a PCR, PMR e PO Sobre o atendimento à pessoa com deficiência auditiva a.() Atende através da linguagem de sinais b.() Não atende ESTACIONAMENTO OU LOCAIS DE EMBARQUE / DESEMBARQUE Sobre a existência do serviço a.() Local adequado para embarque e desembarque b.() Local adequado para estacionamento c.() Local inadequado para embarque e desembarque d.() Local inadequado para estacionamento e.() Não existe local adequado para embarque e desembarque Sobre a distância do acesso à edificação a.() Distância confortável do acesso principal b.() Distância confortável do acesso secundário c.() Não existe o serviço na edificação d.() Distância incômoda para qualquer acesso Referente ao estacionamento a.() Possuem sinalização vertical b.() Possuem sinalização horizontal c.() Nenhuma sinalização
---	---

FONTE: Ministério do Turismo (2009, p. 17-21)

Roteiro de Inspeção – Mapeamento da Acessibilidade

MOBILIÁRIO, BEBEDOURO, TELEFONE ACESSÍVEL E TPS Mobiliário - Dispositivos pertinentes à utilização dos serviços (em %) a.() 100% - Todos adequados e acessíveis b.() Entre 80 e 100% adequados e acessíveis c.() Entre 50 e 80% adequados e acessíveis d.() Entre 30 e 50% adequados e acessíveis e.() Entre 10 e 30% adequados e acessíveis f.() 10% ou menos dispositivos adequados Bebedouro - Dispositivos pertinentes à utilização dos serviços (em %) a.() 100% - Todos são adequados e acessíveis b.() Entre 80 e 100% adequados e acessíveis c.() Entre 50 e 80% adequados e acessíveis d.() Entre 30 e 50% adequados e acessíveis e.() Entre 10 e 30% adequados e acessíveis f.() 10% ou menos dispositivos adequados Telefone acessível - Dispositivos pertinentes à utilização dos serviços (em %) a.() 100% - Todos adequados e acessíveis b.() Entre 80 e 100% adequados e acessíveis c.() Entre 50 e 80% adequados e acessíveis d.() Entre 30 e 50% adequados e acessíveis e.() Entre 10 e 30% adequados e acessíveis f.() 10% ou menos dispositivos são adequados TPS - Dispositivos adequados e acessíveis à utilização dos serviços (em %) a.() 100% - Todos adequados e acessíveis b.() Entre 80 e 100% adequados e acessíveis c.() Entre 50 e 80% adequados e acessíveis d.() Entre 30 e 50% adequados e acessíveis e.() Entre 10 e 30% adequados e acessíveis f.() 10% ou menos dispositivos adequados	COMUNICAÇÃO SONORA PARA PESSOAS COM DEFICIÊNCIA VISUAL Comunicação sonora a.() Está associada à sinalização visual em rotas de fuga, saídas de emergência e equipamentos b.() Possui alarmes sonoros vinculados a alarmes visuais, para orientação das pessoas com deficiência auditiva. c.() Não existe *PCR - Pessoa em Cadeira de Rodas *PMR - Pessoa com Mobilidade Reduzida *PO - Pessoa Obesa
--	--

FONTE: Ministério do Turismo (2009, p. 17-21)